



PROJETO MOVA - Brasil 6ª ETAPA

PROJETO ECO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO

POLO AMAZONAS



MANAUS-AM

Julho/2014

Parceiro



Patrocinio



Apoio

Ministério da
Educação



SUMÁRIO



- 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**
- 2- APRESENTAÇÃO**
- 3 - REFLEXÃO SOBRE O MARCO REFERENCIAL**
- 4- SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA LEITURA DO MUNDO**
- 5 - PLANO DE AÇÃO DO POLO AMAZONAS**
- 6 - REFERÊNCIAS**



1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo e Derivados do Estado do Amazonas (Sindipetro-AM)

Rua Bernardo Ramos, 187.
Bairro – Centro
CEP 69005-310
Telefone: (92) 3234-2897

EQUIPE DE POLO

Alice de Aparício Aidem (coordenadora de polo)

Cel: (92) 8102-1444
alice.mova@paulofreire.org

Deywison Lima de Souza (assistente pedagógico)

Cel: (92) 8102-1331
deivison_safra@hotmail.com

Luís Fernando Costa (assistente pedagógico)

Cel: (92) 8342-2119
costa_fiel@hotmail.com

Keith Oliveira de Souza (auxiliar administrativa)

Cel: (92) 8102-1415
keitholiviera12@hotmail.com

Maria Augusta Peixoto Macedo (auxiliar administrativa)

Cel: (92) 8435-2329
mariaapfoto@gmail

ARTICULADORES SOCIAIS

Aldemir Caetano (diretor da FUP)

(21) 7633-2565
caeta65@uol.com.br

Paulo Neves (diretor da FUP)

(21) 9392-2298
paulonevesjr@yahoo.com.br

Total de Núcleos: Oito Núcleos

Total de turmas instaladas: 118

Parceiro



Patrocinio



Apoio

Ministério da
Educação



Núcleo Angelim

Município de Manaquiri

Coordenador local: Necildo Monteiro da Silva

Associação de Moradores.

End: Rua Tomé Moraes – Centro nº 333 (local das reuniões semanais)

Total de turmas: 15

Núcleo Careiro- Cuidando da Nossa Gente

Município de Careiro

Coordenadora local: Maria José de Souza Soares

Centro de Tecnologia do Amazonas.

End: Avenida Adail de Sá s/n - Centro (local das reuniões semanais)

Total de turmas: 11

Núcleo Encontro das Águas

Município de Careiro da Várzea

Coordenadora local: Antonio Geraldo da Silva Souza.

Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Templo Central.

End: Rua Adriano de Queiroz nº 10 – Centro (local das reuniões semanais).

Total de turmas: 15

Núcleo Luz do Saber

Município de Caapiranga.

Coordenador local: Franquirley Macena Benicio

Igreja Assembleia de Deus Tradicional.

End: Rua Novo Horizonte S/N (local das reuniões semanais).

Total de turmas: 15

Núcleo Manaós

Município de Manaus

Coordenadora local: Keviny Barreto dos Santos

Sede da UJS (União da Juventude Socialista).

End: Rua Leonardo Malcher nº 596 - Centro

Total de turmas: 17

Núcleo Parintins

Município de Parintins

Coordenador local: Katy Sumaira Alves dos Santos Souza.

Escola Municipal Guajarina Prestes

End: Av. Nações Unidas S/N (local das reuniões semanais)

Total de turmas: 15

Núcleo Princesinha do Solimões

Município de Manacapuru.

Coordenadora local: Edilene de Menezes Pereira



Centro de Convivência do Idoso.

End: Av. Boulevard - Terra Preta (local das reuniões semanais)

Total de turmas: 15

Núcleo Velha Serpa

Município de Itacoatiara

Coordenadora local: Orita Pinheiro de Souza.

Casa Pastoral da Igreja Presbiteriana de Itacoatiara.

End: Rua Nossa Senhora do Rosário – Bairro São Jorge nº 3503 (local das reuniões semanais).

Total de turmas: 15

Parceiro



Patrocínio



Apoio

Ministério da
Educação



2 – APRESENTAÇÃO

Encaramos o Projeto MOVA-Brasil com uma responsabilidade muito grande não apenas no quesito social, por ser um projeto que visa alfabetizar, mas também como um realizador de sonhos de homens e mulheres que buscam em ter um direito que lhes é garantido por lei e um dia foi negado. Neste ano de 2014, o Polo Amazonas tinha mais um desafio em meio a tantos outros que surgem para aqueles que se propõem a não apenas ver e se conformar com o mundo em que vivemos, mas como Paulo Freire dizia: “se tornam protagonistas de suas realidades”.

A atualização do PEPP nesta 6ª etapa do Projeto MOVA-Brasil visa uma construção e reflexão sobre todas as atividades desenvolvidas pela equipe que aqui se encontra, tanto no Polo, como coordenadores locais, monitores, articuladores sociais e parceiros locais e os educandos e educandas que tiveram papel fundamental para que pudéssemos chegar ao momento de sistematizar esta riqueza de conhecimentos, já que abrange a um estado – continente tão rico em todos os sentidos.

Todo o processo de elaboração de nosso Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP), se deu desde o início desta etapa, com as formações tanto de coordenadores locais como de monitores onde houve uma troca muito grande de saberes, e mesmo já conhecendo os municípios que já atuamos em etapas anteriores, novos conhecimentos foram sendo agregados em relação à cultura, costumes locais e etc., além de neste ano estarmos recebendo um novo núcleo que entra, com certeza, para somar em meio a este processo.

Nos primeiros dois meses desta etapa foram dados pelos Núcleos todos os subsídios necessários para a construção, ou melhor, reconstrução de nosso PEPP, por meio dos círculos de cultura, leitura de mundo em sala, saída a campo para estudo da realidade que culminaram nas festas cidadãs onde juntamente com nossos educandos uma gama muito grande de aprendizagens foi sendo construídas e consolidadas. Tivemos neste sentido um grande avanço no processo de organização e acompanhamento a estas atividades desenvolvidas em todos os oito Núcleos e nas 118 turmas que compõem o Polo Amazonas, os desafios relacionados às cheias dos rios que já impactavam o estado interferiram de certa forma em algumas atividades, mas nada que impedisse suas realizações.

Sendo assim o Polo Amazonas encara mais este desafio com a certeza de que as sementes plantadas na vida de cada educando e educanda irão gerar frutos de excelência. É nessa perspectiva que vamos firme e seguindo um alvo que é contribuir com a eliminação do analfabetismo no Brasil e participar de um projeto tão sério e comprometido nos dá a esperança de que isso é possível. Bom trabalho a todos.

Parceiro



Patrocinio



Apoio



3 – REFLEXÕES SOBRE O MARCO REFERENCIAL

3.1. Apresentação

O Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) é o documento que expressa a compreensão teórico-metodológica do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, articulando as questões relacionadas tanto aos conceitos quanto às práticas desenvolvidas em cada Polo, e traduz o sonho coletivo dessa comunidade da alfabetização para a cidadania planetária, na qual os educandos e educandas atuam como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, com responsabilidades políticas, socioambientais, culturais, locais e globais.

O PEPP do MOVA-Brasil contém duas grandes partes: uma geral, comum a todos os dez Polos; e uma específica, que contempla a diversidade de cada Polo. Na parte comum, encontram-se o marco referencial e as ações gerais do Projeto. Na parte específica, encontram-se a caracterização do Polo e o plano de ação de cada Núcleo.

Este documento retrata a construção coletiva de um processo, orientador e mobilizador das ações dos Polos, o qual envolveu os sujeitos: educandos (as), monitores, coordenadores locais, equipes de coordenação de Polo, parceiros locais, articuladores sociais, comitê gestor, e representantes das comunidades onde o Projeto atua.

No PEPP do MOVA-Brasil encontramos o que entendemos por Educação Popular, conhecimento, ensino e aprendizagem, alfabetização, metodologia, socioambiental, jovem, adulto e idoso, diversidade, cultura, educação, trabalho e economia solidária. Todos esses fundamentos teóricos constituem o marco referencial do Projeto e subsidiam a construção do plano de ação, elaborado a partir da caracterização de cada um dos nove Polos.

Esperamos com essa construção a várias mãos, sob diferentes olhares, e que todos os integrantes do MOVA-Brasil possam tomá-lo como referência, tanto para apresentar o Projeto em diferentes espaços e situações quanto para o desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, buscando garantir a unidade na diversidade e estabelecer os diálogos necessários com outros agentes e programas educacionais na consolidação de iniciativas educacionais de qualidade social.

Nesta 6ª etapa recebemos educandos(as), monitores e coordenadores locais, parceiros, articuladores onde temos um propósito de nos organizarmos dentro de um planejamento para garantirmos as ações previstas para esta etapa.

Avaliamos que a cada etapa do projeto a proposta pedagógica vem trazendo um aprendizado satisfatório, pois propõe um caminho para pesquisa e para a reflexão dessa construção do conhecimento coletivo dentro da realidade de cada turma. Com relação à Leitura do Mundo Inicial sempre se parte do contexto em que vivem os educandos, e para isso é importante que cada monitor conheça o grupo, ou seja, sua turma que irá trabalhar onde foram observados os diferentes aspectos e as dimensões socioambiental, social, política, cultural, socioeconômica e pedagógica.

Dentro desta dimensão social aparecem muitos temas voltados para a área da saúde, segurança e transporte públicos; educação e moradia. Percebemos que há um grande descaso por parte do poder público para estas questões nos Municípios e principalmente nas Comunidades, onde para resolverem suas situações seja na área da saúde, segurança, transporte e educação têm de haver o deslocamento dos Comunitários à cidade. Aparecem reclamações de posto de saúde nas comunidades, especialistas da área de saúde, quando acontece alguma ocorrência, não existe policiais, os transportes para deslocamento dos comunitários de algumas comunidades são de péssima qualidade, quanto às escolas em sua maioria oferecem escolaridade somente para o Ensino Fundamental e é mantida pela prefeitura, na questão de políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência existem somente na sede do município instituições mais quanto ao espaço para recebê-los e profissionais formados para lidar com vários tipos a uma deficiência.

Quanto a Dimensão Política nossos educandos(as) alguns são associados em Associações Comunitárias, no âmbito local existem sindicatos, alguns são lideranças religiosas, presidente de bairros, de comunidade. Em nossos Municípios as principais atividades econômicas são na área a agricultura, pesca, agropecuária, criação de suínos e bovinos os trabalhos desenvolvidos pelos moradores são de feirantes, pedreiros, costureiras, venda de artesanatos, tricicleiros, carroceiros, gari, vendedores ambulantes, garis, hortifrúteis, trabalham em mercearias, lojas, temos muitas domésticas, agricultores, plantam hortaliças, vendem geladinho, café da manhã, trabalham com banca de churrasco, com relação ao sustento da família aparecem uma grande quantidade de mães que são beneficiárias do Bolsa Família, renda esta que, às vezes, é a única fonte para sustentar suas famílias.

Nosso público de educandos são, na maioria idosos, alguns aposentados, gostam de assistir televisão. Existe um a série de diferença de uma comunidade para outra e algumas têm uma predominância evangélica, outras têm as festas religiosas com festas populares danças, pastorinhas, novenas, e um dos esportes favorito praticado nas Comunidades é o jogo de futebol, onde é visível que em todas as comunidades existem um campo para lazer dos comunitários onde proporcionam torneios envolvendo

outros times vindo de outras comunidades e a interação entre o alfabetizador e o alfabetizando é bastante harmoniosa, pois existe o respeito à união entre essa amizade que é construída no decorrer do projeto.

3.2. Introdução

A perspectiva metodológica adotada neste Projeto é fundamentada na Educação Popular e na teoria de Paulo Freire e em experiências anteriores dos demais Movas, as quais relacionam a leitura da palavra à Leitura do Mundo. Nesse sentido, a ação pedagógica se desenvolve a partir da realidade do educando, identificando-se as situações significativas presentes no contexto em que ele está articulado à teoria do conhecimento e à concepção de educação, fazendo o diálogo entre a teoria e a prática.

A metodologia não se restringe a um conjunto de métodos ou técnicas a serem utilizados nas nossas ações, mas envolve a articulação entre questões de natureza teórica, de métodos, técnicas e procedimentos mobilizados em diferentes atividades. Podemos afirmar que o movimento da práxis expressa essa concepção de metodologia por se tratar de uma ação refletida por uma determinada teoria, resignificando a ação anterior, transformando-a numa nova ação; ou seja, é o diálogo entre teoria e prática, numa relação de interdependência.

É a partir do estudo da realidade que emergem os temas geradores que orientam a escolha dos conteúdos a serem problematizados no processo ensino e aprendizagem, para a compreensão dessa realidade e busca de alternativas de intervenção social. Leva-se em consideração o percurso pedagógico traçado por Paulo Freire, de maneira articulada e interdependente: a Leitura do Mundo, a problematização e a intervenção na realidade.

Para tanto, partir da realidade concreta significa reconhecer que são as necessidades práticas que motivam educadores e educandos à busca do conhecimento teórico. Teorizar a prática significa pensar sobre ela, problematizar as necessidades, levantar questões que indaguem a realidade, que façam os educandos pensarem juntos com seus educadores sobre suas ações. Para isso, é preciso buscar embasamentos teóricos que nos auxiliem a pensar a prática social, a compreender dimensões que não estão claras. E voltar à prática para transformá-la, o que requer retomar o exercício de suas ações diárias, com referenciais mais elaborados, e agir de modo mais competente, mais compreensivo e mais comprometido com a

transformação social. E a verificação, por meio da Leitura do Mundo inicial, é a nossa porta de entrada para tentar apreender a realidade à nossa volta.

A Leitura do Mundo inicial, como procedimento metodológico pautado na dialética e em uma nova razão, é o ponto de partida para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico do Projeto MOVA-Brasil. A primeira aproximação da leitura que educandos e educadores fazem de suas realidades é feita a partir de questões orientadoras e atividades de pesquisa, relatos de história de vida, debates, dentre outros que possibilitam a identificação das situações significativas e a definição dos temas geradores, subtemas e conteúdos abordados.

Daí a importância da criação de estratégias para o estudo e problematização da realidade, do desenvolvimento de atividades diversificadas articulando as diferentes áreas do conhecimento e utilização dos mais variados recursos facilitadores. Estes momentos são primordiais para intensificar a construção da identidade e fortalecimento da cidadania dos(as) educandos(as), para possibilitar o processo de reflexão a partir da realidade que faz extrapolar o dado imediato, como também a aquisição e domínio do código escrito durante todo o desenvolvimento do trabalho.

O Projeto MOVA-Brasil se pauta pelos princípios da dialogicidade, da democracia, do respeito à diversidade, da convivência com a diferença, da participação ativa e da autonomia dos sujeitos.

No Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, os diversos momentos da Leitura do Mundo são constitutivos de seus procedimentos metodológicos. Como forma de contribuir para a operacionalização da Leitura do Mundo inicial, sugerimos os seguintes procedimentos:

- sensibilização e esclarecimento aos educadores e educandos sobre a importância da Leitura do Mundo inicial;
- elaboração coletiva do planejamento;
- decisão coletiva sobre a realização da Leitura do Mundo inicial;
- delimitação do espaço a ser investigado;
- elaboração de um roteiro de investigação;
- observação de alguns aspectos relevantes do espaço geográfico;
- definição das pessoas da localidade a serem entrevistadas (liderança comunitária, parlamentar, liderança religiosa, comerciante, morador antigo, rezadeira, parteira, enfermeira, policial);
- elaboração do roteiro de entrevista, considerando-se as dimensões socioeducacional, sociocultural, socioambiental, socioeconômica, sociopolítica;
- seleção e organização do material a ser utilizado na saída a campo;



- sistematização dos dados resultantes da saída;
- exposição dos dados de cada grupo e comentários gerais sobre a saída a campo;
- problematização dos dados;
- formação de blocos de assuntos;
- análise dos dados e levantamento de possíveis temas geradores;
- relação de subtemas;
- votação do tema gerador;
- o tema gerador e a organização do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar ou intertransdisciplinar;
- relação entre as áreas do conhecimento e o tema gerador;
- seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos a partir do tema gerador;
- processo avaliativo.

3.3 Históricos do Projeto MOVA-Brasil

O Projeto MOVA-Brasil tem um passado que remonta a 1989. Foi neste ano que Paulo Freire, secretário de Educação do Município de São Paulo, lançou o Movimento de Educação de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 28 de outubro de 1989, afirmando que iria “respeitar os Movimentos Sociais Populares”, sem os quais “fracassaremos”. Ele dava origem, assim, a uma concepção nova de programa de Educação de Jovens e Adultos, tendo a parceria entre Estado e organizações da sociedade civil como intuição original. Ele afirmava que o Estado sozinho não iria acabar com o analfabetismo no Brasil e que era preciso envolver a sociedade civil. Ele conseguiu firmar cerca de 100 convênios com ONGs, universidades, movimentos sociais e populares.

Depois de quatro anos de construção, o MOVA-SP deixou um saldo positivo não apenas no campo da Educação de Jovens e de Adultos, mas, principalmente, no campo da organização popular. Ele contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade civil que se constituíram, a partir do “Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Jovens e de Adultos”, num importante ator social na cidade de São Paulo.

Depois da experiência de Paulo Freire, várias prefeituras, inspiradas no MOVA-SP, criaram seus Movas e muitos educadores e instituições se envolveram na continuidade do movimento. Entre as instituições e organizações que deram continuidade ao MOVA estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Instituto Paulo Freire (IPF) e o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC de São Paulo.

Movas foram sendo criados em vários estados (Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) e numerosos municípios (Ipatinga-MG, Porto Alegre-RS, Belém-PA, Diadema-SP, Ribeiro Pires-SP, Santo André-SP, São Bernardo do Campo-SP, Guarulhos-SP, Embú-SP).

Inicialmente, esses vários Movas não tinham espaço comum de discussão. Em comum apenas o sonho de construir uma alternativa educacional ao neoliberalismo e uma metodologia, uma filosofia de Educação de Jovens e Adultos, que ia se constituindo na dinâmica do próprio movimento. Em outubro de 2001 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Movas. Os encontros dos Movas, a partir de junho de 2004 passariam a integrar uma rede nacional chamada “Rede MOVA-Brasil”.

O Programa de Governo 2002 da Coligação Lula presidente, no Caderno Temático “Uma escola do tamanho do Brasil” (p. 20), assume como proposta de governo o “MOVA-Brasil” a ser “implantado” para “erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais”. No entanto, o Ministério da Educação instituiu em seu lugar o programa Brasil Alfabetizado. O “MOVA-Brasil” não foi implantado como política pública, mas a mobilização em favor de um programa mais amplo, de caráter nacional, com a Metodologia MOVA continuou.

Conversas já estavam acontecendo desde 2001, em diversas reuniões, com diversos atores sociais, inclusive no Fórum Social Mundial, mas não se conseguia viabilizar o Projeto por falta de recursos, até que uma iniciativa conjunta entre IPF, FUP e Petrobras permitiu dar origem a um Projeto com a Metodologia Mova no contexto do Programa Fome Zero Petrobras. O sonho tornou-se realidade e o Projeto MOVA-Brasil foi iniciado em agosto de 2003.

O Projeto MOVA-Brasil

A Metodologia Mova, com mais de duas décadas de existência, está mais do que consolidada e é hoje uma referência internacional quando se trata de Educação de Adultos. É uma das grandes e originais contribuições de Paulo Freire à pedagogia universal. A “Metodologia Mova” resume a trajetória de Freire no campo da alfabetização de adultos, na qual incorporou não só o letramento e a conscientização, mas, igualmente, a necessidade de associar o aprendizado da cultura letrada e do cálculo à cidadania, ao trabalho, à geração de emprego e renda e aos direitos humanos. O Projeto MOVA-Brasil visa também a formar a população para que reivindique e tenha acesso às políticas públicas, muitas vezes negadas às

populações mais empobrecidas, em particular o direito à educação, bem como prioriza a educação em Direitos Humanos.

O Projeto MOVA-Brasil, portanto, insere-se na tradição freiriana da Educação Popular ligada aos Direitos Humanos que nesta etapa é uma de suas vertentes. Seus princípios metodológicos, bem como sua estrutura, organização e funcionamento, sua concepção da formação inicial e continuada, inserem-se na tradição da educação libertadora. Ele mexe com as causas do analfabetismo ligadas à pobreza. O sucesso desse Projeto deve-se ao trabalho de numerosos educadores e educadoras, verdadeiros militantes, extremamente empenhados nessa causa e nessa concepção da educação. Ele tem sido um êxito onde outras iniciativas fracassaram ou tiveram um desempenho menor. Ele faz parte hoje da “Rede MOVA-Brasil”.

Ao longo de seus dez anos de existência, o Projeto MOVA-Brasil acumulou grande experiência e muitos saberes no campo da alfabetização, da administração, da gestão participativa e compartilhada. Até agora todos os trabalhos foram executados com extremo cuidado, com muito diálogo e empenho ético-político. Nesses anos, o Projeto em parceria deu também enorme contribuição ao desdobramento da própria metodologia do Mova, constituindo-se numa modalidade própria e exitosa, enriquecendo-a. Trata-se de uma experiência sem precedentes na história da Educação Popular da região. O Projeto MOVA-Brasil é um caso particular e exemplar da Metodologia Mova.

O Projeto incentiva a participação em eventos sociais e populares, nacionais e internacionais, a inserção comunitária, a mobilização e intervenção social e as parcerias locais (governamentais e não governamentais). O Mova tornou-se um ponto focal de articulação social e de mobilização. Suas ações vão muito além da alfabetização, da aquisição da cultura letrada incluindo a economia solidária, a agricultura familiar, o artesanato, o reflorestamento, o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento sustentável, redes sociais e interfaces com os temas: juventude, pontos de cultura, questão de gênero, portadores de deficiências, indígenas, negros, quilombolas e outros.

Uma das causas do êxito do Projeto são a clareza em relação aos objetivos gerais e específicos do Projeto e a clara definição de responsabilidades do comitê gestor (IPF, FUP e Petrobras), da articulação social, da coordenação nacional (técnico-pedagógica, pedagógica e administrativa), de coordenadores de Polos e seus assistentes (pedagógicos e administrativos), da coordenação local (coordenadores e monitores). A avaliação, permanente e em processo, tem sido outro ponto forte do Projeto. Como previa Paulo Freire, os articulares sociais teriam uma importância vital para o dinamismo da metodologia e do Projeto.

As orientações básicas para o processo de articulação das turmas, os procedimentos para firmar parcerias locais e para a divulgação do Projeto, têm sido importantes para a unicidade do Projeto, num País de dimensões continentais e com grande diversidade regional. Muito importante tem sido a clareza em relação aos cargos, funções, carga horária, tipo de trabalho e salário de cada pessoa contratada, inclusive em relação ao perfil de cada um e ao processo de seleção. Isso nos dá enorme tranquilidade em relação à continuidade do Projeto daqui para frente.

A Metodologia Mova ganhou em extensão e qualidade com o Projeto MOVA-Brasil, atingindo um alto grau de elaboração teórica, fundamentada em numerosas práticas, sendo reconhecida hoje nacional e internacionalmente, tanto pela quantidade de trabalhos publicados sobre o Projeto quanto pelo número de referências que podem ser encontradas na Internet sobre ele.

Estamos hoje diante de um novo contexto nacional e internacional. No nível internacional, enfrentamos uma crise econômica que certamente trará reflexos no plano interno, embora estejamos mais preparados hoje para enfrentá-la, como nos tem dito a presidenta Dilma Rousseff. No nível interno, passamos por um ciclo virtuoso de crescimento que demanda cada vez mais mão de obra qualificada. É natural, portanto, que nossos alunos estejam demandando cada vez mais atenção para certos temas ligados ao mundo do trabalho e do emprego.

Diretrizes para o Projeto:

- respeitar a diversidade;
- dar prioridade à juventude;
- atuar em sinergia com políticas públicas;
- realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais.

O Projeto MOVA-Brasil vem sendo desenvolvido numa parceria entre o IPF, Petrobras e FUP. Cada parceiro tem sua função. A Petrobras é patrocinadora, a FUP é articuladora e o IPF o executor do Projeto. O Projeto tem um Comitê Gestor composto por dois representantes de cada parceiro.

Nos estados e municípios onde são desenvolvidas as ações do Projeto, são estabelecidas outras parcerias, com entidades e governos locais, para garantir a concretização dos objetivos propostos. Estas parcerias podem se dar tanto para o fornecimento do espaço físico e infraestrutura para a formação e para as salas de aula, como para a composição da equipe de coordenadores, alfabetizadores e turmas de alfabetizandos.



Fica a cargo do Comitê Gestor o estabelecimento de parcerias locais para a gestão parcial das ações do Projeto no Polo.

O Projeto, ao estabelecer uma relação de parceria nos locais onde será implantado, busca fortalecer as comunidades, entidades e rede pública, para que possam multiplicar e continuar a metodologia. Em 2014, o Projeto está sendo desenvolvido em doze meses, sendo nove meses ininterruptos de aula, com a seguinte proposta de implantação:

1. Cada Polo do Projeto é formado por: coordenador de Polo; assistentes pedagógicos; auxiliares administrativos; coordenadores locais (um para cada 15 alfabetizadores (as)); alfabetizadores (um para cada 20 a 25 educandos (as)).

2. Em cada Polo, daremos os seguintes passos: reunião entre o Comitê Gestor e os parceiros locais; definição dos municípios participantes e Núcleos, pelos parceiros locais; seleção e contratação dos coordenadores de Polo, dos assistentes pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; definição da formação inicial dos coordenadores de Polo, dos assistentes pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; implantação e implementação do Projeto.

3. De 2013 a 2014 o funcionamento do Projeto compreende a seguinte dinâmica:

3.1. Contratação dos monitores e coordenadores locais: cada alfabetizador poderá permanecer no Projeto por duas etapas de dez meses cada e será contratado por CLT prazo determinado; cada coordenador local poderá permanecer no Projeto por duas etapas de onze meses cada e será contratado por CLT prazo determinado.

3.2. Formação inicial e continuada da coordenação de Polo: formação inicial em quarenta horas aos coordenadores de Polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos. No desenvolvimento desses encontros, estão previstos estudos relacionados às especificidades do Projeto MOVA-Brasil, planejamento, avaliação permanente, organização de encontros e eventos, gestão administrativa, elaboração e produção de subsídios, propiciando a sistematização das experiências vivenciadas com o objetivo de aprimorar a ação desencadeada. A formação será realizada pela equipe técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF, contando com a integração de profissionais especializados em temas específicos; formação continuada, em quatro encontros de 24 horas, totalizando 96 horas, aos coordenadores de Polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos do MOVA-Brasil.

3.3. Formação inicial e continuada dos coordenadores locais e alfabetizadores: formação inicial em 24 horas aos coordenadores locais, realizada pelas coordenações dos Polos e acompanhada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação inicial em quarenta horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelas coordenações dos Polos e acompanhadas pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF. Essa formação poderá ser desenvolvida em duas etapas: 24 horas para fundamentação sobre a proposta político-pedagógica e dezesseis para a dinâmica de funcionamento, instrumentais de registro e sistematização; nos Polos novos ou com equipe de coordenação nova, a formação inicial será realizada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação permanente, em quatro encontros de dezesseis horas, totalizando 64 horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelos coordenadores de Polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, contando com a integração de profissionais de outras ações; realizar dez encontros mensais de oito horas, com os coordenadores locais. Os encontros serão de responsabilidade dos coordenadores de Polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, totalizando oitenta horas. Esses encontros visam à elaboração e preparação dos cursos de formação dos alfabetizadores, acompanhamento da frequência dos alunos e alfabetizadores, elaboração de cronogramas e de relatórios das atividades, prestação de contas e avaliação.

3.4. Responsabilidades da equipe de coordenação nacional: assegurar a concretização dos princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; incentivar o registro pelos alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades, no sentido de fazer desse material uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação; garantir a interface entre o Projeto MOVA-Brasil e os demais Projetos e áreas do Instituto Paulo Freire; manter interface com Comitê Gestor no que diz respeito à execução do Projeto; elaborar os relatórios e as sistematizações demandadas pelo Projeto; participar de espaços de discussão da Educação de Jovens e Adultos, de forma a integrar o Projeto em discussões.

3.5. Responsabilidades de alfabetizadores, coordenadores locais, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos e coordenadores de Polo: assegurar a concretização dos Princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; desenvolver conteúdos relativos à especificidade da EJA e ao processo de ensino e aprendizagem; desenvolver temas geradores voltados à realidade local: participação cidadã, economia solidária, segurança alimentar, entre outros; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; executar as ações de solicitação de numerário e prestação de contas para o desenvolvimento das ações do Projeto; incentivar o registro pelos

alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades no sentido de fazer desse instrumento uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação.

3.6. Conteúdo da formação inicial: realizar encontros de formação inicial com coordenação de Polo: coordenador, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos; com coordenadores locais e alfabetizadores, de quarenta horas, com o seguinte conteúdo: contexto da EJA no Brasil; sujeitos da EJA: educadores(as) e educandos(as); diagnóstico da leitura, escrita e matemática: perfil de letramento dos(as) educandos(as); cultura e conhecimento; Leitura do Mundo, Leitura da Palavra; atualização do Projeto Eco-Político-Pedagógico; cidadania e políticas públicas. Instrumentos de trabalho pedagógico: planejamento, registro e avaliação; gestão do Polo e do Projeto; encaminhamentos das atividades em cada Polo.

3.7. Conteúdo das formações continuadas: cada grupo desenvolverá a formação continuada com seu grupo local. Os temas serão definidos no processo, de acordo com as necessidades detectadas na prática dos alfabetizadores, de sua leitura da realidade e das dificuldades encontradas.

3.8. Encontro de educandos(as) do Projeto MOVA-Brasil – Ação de Mobilização Social com o objetivo de intensificar as ações de mobilização social, o Encontro de Educandas e Educandos do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania pretende ampliar a participação dos(as) educandos(as), no processo de reflexão e proposição sobre as políticas de Educação para Jovens e Adultos.

Esta ação começa na sala de aula, passa pelo núcleo e se conclui com o Encontro Estadual dos(as) Educandos(as). Em todas as etapas, a comunidade e os parceiros envolvidos participam na construção do processo. A relevância dessa construção se constitui na mobilização local, regional e estadual, tendo em vista que as secretarias municipais e estaduais de educação, gradativamente, vêm se envolvendo com o Projeto e buscando diálogos efetivos para a travessia dos(as) educandos(as) do MOVA-Brasil para a EJA. Foram realizados, no ano de 2012, dez encontros estaduais de educandos(as).

3.9. Projeto MOVA-Brasil e a formação profissional: A educação profissional no Projeto MOVA-Brasil, não duplica esforços de outros Projetos. Ao contrário, soma-se a eles, se articula com eles, levando em conta a política nacional de qualificação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, consagrada no Plano Nacional de Qualificação, em vigor desde 2003.

O programa Brasil sem miséria, criado pela presidenta Dilma em 2010, incluiu como um dos três eixos estruturantes a “formação profissional”, respondendo positivamente a essa demanda. Essa é também a visão do Marco de Ação da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea), da Unesco, realizada em Belém, em 2009. E também a política defendida pelo MEC para essa modalidade da educação básica em seus parâmetros curriculares para Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação estabelecem como eixos estruturantes da Educação de Jovens e Adultos o trabalho e a cidadania.

Dessa forma, o Projeto MOVA-Brasil vem oferecendo relevante contribuição em nível nacional, consolidando, cada vez mais, a cada ano, “desenvolvimento” e “cidadania”. Nas suas inúmeras salas de alfabetização, a “cidadania” vem se fortalecendo na medida em que homens e mulheres – jovens, adultos e idosos deste País – compartilham suas “Leituras do Mundo”, aprendem a ler e a escrever, e se preparam para reescrever suas histórias, reinventando e construindo novas realidades e, para isso, para ampliar a cidadania, o “desenvolvimento” precisa caminhar junto, inserindo-os no mundo do trabalho, abrindo novas oportunidades de ressignificar suas existências.

Alguns Polos do MOVA-Brasil, ao longo desses anos de atuação, já vem desenvolvendo ações profissionalizantes, tanto relativas ao mercado formal quanto aquelas ligadas à economia solidária.

A economia solidária tem se constituído numa grande estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social. Ela também exige uma qualificação sócio-profissional específica.

Na formação profissional em economia solidária, os educandos participam desde o início do processo de construção dos conteúdos, no planejamento das aulas, na execução e na avaliação do programa de formação. (ÂNTUNES, NERI, STANGHERLIM, 2011, p.29).

Há que se considerar, ainda, que muitos dos educandos do Projeto MOVA-Brasil já trabalham.

Por isso, a alfabetização que defendemos precisa articular com a formação profissional e com o exercício da cidadania ativa, para assegurar uma educação integral.

A necessidade de garantir maior reflexão e aprimoramento dessa prática na perspectiva de um currículo aberto às necessidades locais e assegurar o reconhecimento, a certificação formal desses saberes e competências adquiridas ao longo da vida.

A profissionalização do educando é um elemento que irá estimular a adesão ao programa e, principalmente, a permanência, evitando a evasão. A própria Petrobras poderá beneficiar-se, contando com trabalhadores melhor qualificados.

Os articuladores sociais do Projeto, com isso, podem ter mais possibilidades de encontrar parceiros para, vinculando ações concretas, como estágios em diferentes áreas.

O Instituto Paulo Freire adquiriu grande experiência na formação profissional no convênio que executou com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008-2009, assumindo, em nível nacional, o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq-Ecosol), em parceria com seis entidades do setor: a União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (Unisol), a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas em Autogestão (Anteag), o Grupo Colmeia de Projetos, Assessorias e Serviços, a Associação dos Empreendimentos Solidários em Rede (Emrede), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Aplicada (Irapaa), a Fundação Produzir, Desenvolver e Preservar (Modert). Essa experiência será muito útil agora nessa nova fase de desenvolvimento do Projeto MOVA-Brasil.

Fase/etapa	Período	Abrangência
1ª fase	janeiro a outubro (2004)	BA, CE, RJ, RN e SP
2ª fase	novembro (2004) a julho (2005)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
3ª fase	agosto (2005) a abril (2006)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
4ª fase	agosto (2006) a junho (2007)	BA, CE, PE/PB, RJ, RN, SE/AL e SP
1ª etapa (2008)	agosto (2007) a junho (2008)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
2ª etapa (2009)	dezembro (2009) a novembro (2010)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
3ª etapa (2010)	dezembro (2010) a dezembro (2011)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE
4ª etapa (2011)	dezembro (2011) a dezembro (2012)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE
5ª etapa (2013)	fevereiro (2013) a dezembro (2013).	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE
6ª etapa (2014)	fevereiro (2014) a dezembro de (2014).	AL,AM,BA,CE,MA,MG,PE/PB,RJ,RN,SE.

3.4. Função Social da Educação

É necessário oferecer escola pública para todos, adequada à realidade onde está inserida, para que seja de qualidade. Neste sentido, ela deve ser democrática pela gestão participativa, que integre a comunidade e os movimentos populares na construção e definição de sua identidade. Enfim, ela deve ser autônoma, isto é cidadã. (GADOTTI, 2008, p. 59-60).

Entender a educação como ato político e como prática da liberdade, que busca desenvolver um processo de emancipação e humanização dos sujeitos, como se pretende aqui, exige pensá-la para além da lógica do mercado, substituindo, em grande medida, a competição pela colaboração, o papel do indivíduo – isolado em seu próprio mundo – pelo papel do cidadão, atuando numa coletividade e comprometido com a sociedade da qual participa, fazendo sua própria história e por ela sendo condicionado.

Paulo Freire sempre acreditou na possibilidade de uma educação em que educador(a) e educando(a) fossem vistos como sujeitos do processo num movimento de colaboração respeitosa entre ambos,

contrário à tese segundo a qual o(a) educador(a) detém o conhecimento e o transmite ao educando, que recebe esses conhecimentos, memoriza-os e os reproduz ao longo da vida.

Para Paulo Freire, a relação entre educador e educando é de compartilhamento de saberes diferentes, cada um com uma carga de conhecimento e sua parcela de responsabilidade na construção de novos conhecimentos. Cabe ao educador lançar mão de procedimentos metodológicos para que os educandos reconheçam que sabem um conjunto de coisas e ajam para saber o que ainda não sabem. Esses saberes devem ser sempre contextualizados a fim de que os educandos percebam a importância desses conhecimentos para suas vidas e possam, desse modo, saber mais e viver melhor.

Essa concepção de educação do Projeto MOVA-Brasil, como não poderia ser de outra forma, está diretamente vinculada ao conceito de Educação Popular expresso a seguir:

A Educação Popular possibilita que educadores(as) e educandos(as) situem-se e ajam reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida. O ato de conhecer se dá num contexto social em que o diálogo é o mediador e o fertilizador deste processo. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 51).

Por isso é que a Educação Popular dialoga com os saberes da comunidade e dos educandos. Eles são considerados de grande importância para a humanidade por fazerem parte do conjunto de conhecimentos que as pessoas construíram ao longo da vida; estão baseados nas experiências concretas do seu dia a dia. Portanto, esses saberes foram fundamentais para a vida de milhões de pessoas que desempenham diferentes funções na sociedade, de uma maneira geral, e no mercado de trabalho formal ou informal, em particular. São saberes relacionados à Química, Física, Matemática, Biologia, língua materna, Agronomia, Artesanato, Medicina, Economia, cultura e outros domínios do conhecimento humano.

O reconhecimento e a valorização desses saberes são constitutivos da Educação Popular e da educação como prática da liberdade, visando-se a estabelecer a devida articulação entre esses conhecimentos e os saberes historicamente sistematizados pela humanidade, na perspectiva da qualidade social que buscamos com a prática pedagógica, que tem como principal finalidade contribuir para a construção da autonomia de todos os envolvidos. Como afirma Brandão (2011 apud PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 63),

As diferentes expressões e dimensões das “culturas populares” não devem ser apenas “levadas em conta” como fragmentos folclóricos de modos de ser, pensar, viver e agir populares, mas devem ser assumidas como a substância social que fundamenta nossa proposta de educação. [...] Ao partir das comunidades, dos movimentos, dos grupos e dos setores populares, ela (a educação) reconhece que os seus modos de vida, suas formas sociais de ser e, enfim, suas culturas, são não algo a apagar, a transcender ou a transformar de fora para dentro. Elas são, ao contrário, a matéria-prima fundadora. São unidades, teias e redes de símbolos, de saberes, de significados únicos e essenciais. São “aquilo” através do que pessoas educandas e comunidades populares aprendentes entram em relação dialógica com “educadores populares intertransculturais” para realizarem, com eles e através deles, a construção de seus próprios, novos e inovadores saberes.

Na concepção libertadora de educação, o educando não pode ser visto como uma caixa vazia que recebe os depósitos dos educadores. O educador Paulo Freire denominou essa concepção de bancária, pela semelhança que há entre ela e um banco. Na concepção bancária, a relação que se estabelece entre educador e educando é de sujeito e objeto, sendo o educando um mero recipiente pronto a receber os saberes do educador. Nesse caso, não há diálogo e a relação entre os participantes é vertical, ficando marcada a hierarquia entre educador e educando.

Essa concepção de educação defendida por Paulo Freire perpassa a compreensão da incompletude e inacabamento do ser humano. Desse modo, todo tempo é tempo de aprender, pois não é um ato finito, mas de constante renovação. Essa perspectiva dialoga com a noção de alfabetização assumida em Jomtien (1990), associa-se a uma visão ampla de educação, que se estende ao longo de toda vida e que considera, portanto, que as pessoas estão permanentemente se educando em diversos âmbitos sociais, para além da escola.

A educação passa a ser entendida como uma condição necessária ao desenvolvimento pessoal e social. Como educador popular, Paulo Freire (1987) defende que a educação sozinha não pode transformar a sociedade, mas, sem ela, tampouco, a sociedade muda, pois ela jamais é neutra, mas, sim, impregnada de intencionalidade.

Deste modo, o ato de educar pressupõe estar consciente das escolhas realizadas em relação aos conteúdos, às metodologias, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribuir para a manutenção da organização e dinâmica social.

No caso do Projeto MOVA-Brasil, busca-se a concretização da concepção crítico-libertadora cuja principal referência é o educador Paulo Freire, criador, juntamente com os movimentos populares da cidade de São Paulo, do Programa MOVA-SP. A materialização desse conceito de educação e um pouco da organização do Programa pode ser resumido nas palavras da coordenadora do MOVA-SP (1989-1992), Sílvia Telles (2012), em seu artigo *Paulo Freire e o Projeto Mova-SP*:

O MOVA-SP teve por princípio uma educação libertadora, emancipatória, em que a ação educativa objetivava a construção da identidade de sujeitos/educandos como cidadãos de direitos; portanto, exigiu um processo substantivo de formação permanente, dos educandos, dos educadores e supervisores populares e dos educadores da Secretaria de Educação, para a garantia de sua qualidade político-pedagógica e “qualidade de suas ações sociais”, motivo de avaliação e processo de sistematização do trabalho realizado.

Em que pesem esses mais de vinte anos que separam a criação do Mova na cidade de São Paulo e a terceira etapa do Projeto MOVA-Brasil, em dez estados da federação, podemos considerar que a concepção de educação permanece atual e servindo de parâmetro para as práticas desenvolvidas nas salas de aula no MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania. Como afirma a educanda do Polo Sergipe, Dona Ana, de 68 anos:

Quando entrei no Mova, já tava entrando em depressão, hoje já lê e escreve. Ninguém deixe o MOVA-Brasil, aproveite e chame outras pessoas, o Mova não ensina só a ler e escrever, a gente aprende outras coisas também.

A prática educativa do Projeto é regida pelos princípios básicos freirianos. Dentre eles, destacam-se a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, de que o conhecimento deve ser mediado pela problematização constante da realidade, estabelecendo assim uma educação da pergunta e da pesquisa. Compreende-se ainda que a problematização consista na busca da superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica, capaz de transformar o contexto vivido. Deste modo, o conhecimento se constrói a partir da ação-reflexão-ação, ou seja, da práxis.

Como prática educativa libertadora, a nossa ação deve proporcionar aos sujeitos envolvidos a compreensão de que a forma como o mundo está sendo não é a única possível: conscientização. O conhecimento construído nessa perspectiva tem a função de motivar e impulsionar a ação transformadora. O ser humano deve entender a realidade como passível de modificação e a si mesmo como capaz de modificá-la.

A partir desta concepção de educação, é possível educadores(as) e educandos(as) situarem-se e agirem reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo

de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida.

Nesse sentido, a formação do(a) educando(a) requer um fazer pedagógico sensível e imerso na sua realidade, de forma que aborde suas problemáticas, reconhecendo seus desafios e potencialidades. É na sua existência concreta (pessoal e coletiva) que os indivíduos se constroem e reconstróem constantemente, ora afirmando o já existente ora a ele se contrapondo, mas sempre reconstruindo a si e o contexto em que atua.

A educação transformadora deve ser necessariamente dialógica, não dominadora, com relações horizontais, de cooperação entre os sujeitos. É necessário que tenhamos clareza de que democracia só se consegue com participação, é algo que se aprende vivenciando.

Essa compreensão é fundamental para nos assumirmos como sujeitos críticos e criadores de nossos mundos, da vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história. Nesse sentido, o Projeto Eco-Político-Pedagógico é pensado e construído com a participação dos diversos segmentos, como um processo de mudança e de antecipação do futuro, em que se estabelecem princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pelo movimento, processo este que se faz fundamental à concretização dos objetivos propostos.

3.5. Princípios da Educação Popular

Educação Popular é uma noção que remete às diferentes experiências e conhecimentos pedagógicos, que foram e continuam se acumulando no seio dos movimentos e das lutas populares, como ferramentas para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social; democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito-parte do processo e centro da atuação.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do indivíduo. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma ferramenta de transformação social; num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades, é o exercício da “Educação como Prática de Liberdade”.

Diferente da educação formal, a Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção histórico-crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- ético: que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- político: que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- educativo: educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a construção do conhecimento, instiga à pesquisa. Por isso, e também porque a própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa.

A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relacionam os educadores e educandos, devem se dar em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de construção coletiva de um conhecimento.

Em suma, podemos dizer a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para uma transformação social. (LIU; PINI; GOES, 2011, p. 34).

3.6. Concepção de Cultura

“Agora sei que sou culto”, disse, certa vez, um velho camponês chileno ao discutir, através de codificações, a significação do trabalho. E ao se lhe perguntar por que se sabia culto, respondeu seguro: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo”. FREIRE, 1976, p. 21

Quando nos deparamos com percepções como a que teve o camponês chileno, vemos que a concepção de cultura que esse homem simples do povo apresenta insere-se na dimensão antropológica de cultura, como declara Paulo Freire, 1963, p. 17,

Pareceu-nos, então que o caminho seria levarmos o analfabeto, através de reduções, ao conceito antropológico de cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido da mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu País, como também a poesia do seu cancionero popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.

Quando um dos mais importantes antropólogos e educadores do Brasil, Darcy Ribeiro, fala sobre como ele compreende a *cultura* ao listar os fundamentos da evolução humana. Segundo ele:

(...) a interação entre esses esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber, que se manifestam, materialmente, nos artefatos e bens, expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência em corpos de saber, de crenças e de valores.

Observem como o foco central da ideia de *cultura* não está no que os seres humanos fazem. Está no que eles sabem, está no que e no como aprendem, está no como coletivamente criam algo que vai da culinária típica até uma ampla visão de mundo. E está no que e no como transmitem uns para os outros: saberes, sentidos, sensibilidades, significados, socialidades. A partir daí, uma *cultura* existe presente dentro das pessoas que a partilham e, em diferentes círculos sociais de suas convivências, através do que-e-como elas pensam, como criam suas práticas, éticas, ideias e ideologias, envolvendo no seu todo e em cada dimensão os seus “fazeres” coletivos. E tanto aqueles que têm a ver com o manejo da natureza, do meio-ambiente, quanto os que têm a ver com a própria compreensão, a ordenação e a transformação da sociedade.

Na verdade, tudo o que em uma escala mais ampla, mais diferenciada e mais complexa, ocorre no cotidiano de uma ampla sociedade ou de uma pequena comunidade, ocorre também no interior de um de seus sistemas culturais chamados *educação*. E, nela, ocorre dentro de uma de suas mais importantes

instituições sociais, chamada *escola*. Porque tudo o que acontece na *educação*, na escola e na sala de aulas faz parte de um *mundo de cultura*.

Assim, a língua que se fala e através da qual as pessoas trocam sentimentos, saberes, e valores entre elas. E, assim também, todos os sistemas complexos interconectados e intercomunicados de maneiras de compreender o mundo, de atribuir um sentido à vida, de pensar o destino humano, de estabelecer uma ou diferentes identidades.

Deixada num livro, a gramática da nossa língua ou um poema de Adélia Prado é parte do que poderíamos chamar de “cultura morta”. Está ali, feita, realizada e deixada de lado. Mas elas retornam à vida, elas se reacendem como um momento de “cultura viva” quando uma professora toma um livro de gramática e trabalha um tema dela com seus estudantes. O poema renasce quando um grupo de estudantes de EJA o toma e lê em conjunto. Melhor ainda, quando se anima a preparar algo de arte em sala de aula, a partir do poema lido, dialogado, sentido e aprendido.

Esta é uma das razões pelas quais o mestre, a professora, educadoras e educadores são sujeitos de culturas quase sempre estimados e mesmo reverenciados entre os mais diferentes povos, de uma pequenina tribo indígena a uma complexa sociedade pós-moderna. Ao lado de sermos aquelas e aqueles que ensinam-saber-que-aprenderam, somos também aqueles e aquelas que não somente transmitem o saber-sentido de uma cultura, de uma geração para a outra. Somos as pessoas que, ao realizarem isto, estão continuamente “despertando o saber”, “acordando o sentido”, trazendo de volta à vida, nos pequenos e grandes círculos onde pessoas se reúnem para, juntas, viverem o mistério e o milagre do *diálogo do saber*, frações de valor inestimável do conhecimento humano.

Podemos duvidar dos inúmeros milagres que nos são anunciados pela mídia todos os dias. Mas como duvidar do milagre que resulta de se estar diante de uma turma de sete mulheres e cinco homens analfabetos e, ao final de oito meses, vê-los alfabetizados? Isto é, ascendidos culturalmente ao mundo da palavra escrita. O que significa trabalhar com uma “Turma de EJA” durante um período de meses e anos e descobrir em cada educando-aprendente um alguém que ascende a esferas cada vez mais densas e interligadas do saber de sua cultura?

Temos uma tendência a pensar a *cultura* como o *folclore*. Como o domínio quase residual dos costumes, das crenças, das criações artísticas e artesanais de nossos povos. Ela é “também” isto, mas é muito mais do que apenas isto. A *experiência humana* de criar e viver *culturas* envolve a totalidade da vida coletiva de uma comunidade ou de todo um povo. Todas aquelas dimensões do que aprendemos – as práticas do

fazer, as éticas do agir, as políticas do viver e os universos simbólicos – são dimensões interligadas de um mesmo complexo processo cultural.

Paulo Freire, em sua metodologia deu destaque especial à cultura. Ele criou o Círculo de Cultura, que colocava o educando no papel de investigador durante o processo de ensino e aprendizagem, criou as fichas de cultura, que eram imagens para problematizar a realidade e introduzir as palavras geradoras.

Hoje, ao nos depararmos com o desafio de reinventar Paulo Freire, não podemos desconsiderar que somos, assim como os educandos e educandas com os(as) quais trabalhamos, produtores de cultura, pois assim como o camponês chileno, transformamos o mundo com o nosso trabalho e por meio dele nos transformamos também. Essa é a dimensão antropológica da cultura.

3.7. Concepção de Educação e Trabalho

Trabalho, emprego e renda

Educador(a), você percebeu que ora falamos de trabalho e ora de emprego. Eles significam a mesma coisa? O que é trabalho? O que é emprego?

Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996), o trabalho é o esforço humano dotado de um propósito, que implica a transformação da natureza por meio do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Para Marx (2002, p. 211),

[...] o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade [...] Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza.



O homem no mundo e com o mundo



Natureza e cultura. Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos o da natureza e o da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade. Com perguntas simples, tais como: quem fez o poço? Por que o fez? Como o fez? Quando? Que se repetem com relação aos demais “elementos” da situação emergem dois conceitos básicos: o de necessidade e o de trabalho e a cultura se explica num primeiro nível, o de subsistência. O homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objeto de seu conhecimento. Submetendo-o, pelo trabalho, a um processo de transformação. Assim fez a casa, sua roupa, seus instrumentos de trabalho. A partir daí, discute com o grupo, em termos evidentemente simples, mas criticamente objetivos, as relações entre os homens que não podem ser de dominação nem de transformação, como as anteriores, mas de sujeitos.

Em outras palavras, podemos afirmar que o trabalho é a ação transformadora que o ser humano realiza sobre a natureza, sobre o meio ambiente em que vive e, ao modificar a natureza, ele modifica também a sua maneira de pensar, de agir e de sentir, transformando não só o meio ambiente, mas também a si mesmo como ser humano.

Pela realização do trabalho, o ser humano se modifica, se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua cultura.

Antes do emprego veio o trabalho. Este existe desde que o ser humano começou a intervir na natureza e nos seus ambientes de vida, fazendo uso de ferramentas e utensílios criados por ele. É por meio do trabalho que produzimos a nossa existência. Produzimos alimentos, roupas, máquinas e tantos outros produtos necessários, sejam necessidades efetivamente reais ou criadas. Trabalho é cultura. Em cada contexto histórico, social, econômico, político e cultural, a classificação, os tipos e o valor do trabalho se diferenciam.

Economia Solidária

Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Em comunidades indígenas, o trabalho é compreendido e realizado de uma forma; na sociedade feudal, de outra. No contexto do próprio mundo capitalista – da primeira, segunda e terceira revolução industrial – houve e há diferentes formas de valorizar e organizar o trabalho. Quando as condições econômicas, políticas ou tecnológicas se alteram, o trabalho também se altera. Muda a forma como ele é realizado: manual, mecânica, elétrica, eletrônica etc. Mudam os instrumentos que são utilizados, as relações, o modo de produção. Cada sociedade varia na forma como organiza, interpreta e valoriza o trabalho. O emprego é algo recente na história da humanidade. Podemos afirmar que se trata de um conceito que surgiu no contexto da Revolução Industrial. Ele consiste numa relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. Caracteriza-se por uma relação estável, com períodos mais ou menos prolongados, estabelecida entre quem organiza o trabalho e quem o executa. É uma espécie de contrato. O possuidor dos meios de produção, ou seja, o dono dos meios e dos objetos de produção (os donos das fábricas, das indústrias, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas) pagam, por meio de contratos, pelo trabalho de outros, de pessoas que não possuem meios de produção, por isso vendem sua força de trabalho, para que os objetos, serviços e produtos esperados sejam produzidos.



Trabalho como princípio educativo

Dentre as inúmeras relações que homens e mulheres estabelecem com a sociedade, o trabalho é, sem dúvida, a mais perene. É por meio do trabalho que o ser humano se reconhece como produtor de cultura. Não é a toa que na experiência realizada por Paulo Freire, na década de 1960, em Angicos, a questão do trabalho estava presente nas discussões por meio das imagens criadas por Francisco Brenan, para problematizar o conceito de cultura, uma vez que para Paulo Freire trabalho e cultura são categorias indissociáveis. Como um ser criador e recriador, o ser humano vai, por meio do trabalho, alterando a realidade e a matéria da natureza, produzindo cultura. Nessa perspectiva, “seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – e ajudar o mundo a ser melhor” (FREIRE, 2011, p. 132-151).

Paulo Freire concebe o trabalho como uma prática humana de intervenção no mundo e, por isso mesmo, prazerosa, contribuindo para a satisfação pessoal e o bem estar coletivo.

No entanto, o que temos, historicamente, é a força do capital criando modelos cada vez mais competitivos e relações de trabalho pautadas pela exploração, exigindo que homens e mulheres produzam cada vez mais e consumam mais do que produzem, tornando-se presas fáceis da exploração capitalista. O trabalho nessa lógica mercantilista apresenta-se como um fardo, castigo, sofrimento.

Concordamos com Frigotto (1989, p. 4) quando diz que a ideologia cristã e positivista prega a ideia de que todo trabalho dignifica o homem: “Nas relações de trabalho onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido, usado, constrói-se uma relação educativa negativa, uma relação de submissão e alienação, isto é, nega-se a possibilidade de um crescimento integral”. Nessa lógica mercantilista concebem-se expressões que definem homens e mulheres como “capital humano”.

Contra-pondo-se a essa visão alienante e embrutecedora do trabalho, propomos o trabalho como princípio educativo, humanizador, entendendo que os trabalhadores têm direito, não só à apropriação da técnica, mas aos fundamentos científicos do trabalho com vistas à formação humana.

O MOVA-Brasil, com sua proposta educativa comprometida com a superação de toda e qualquer situação de opressão, concebe o trabalho como ação transformadora, emancipadora e a economia, nesta perspectiva não pode ser pensada de modo exploratório, mas solidária. Assim sendo, é necessário entender a formação profissional como parte da formação integral dos educandos. À medida que o trabalhador aperfeiçoa a sua prática, ele adquire uma postura menos servil nas relações com seu empregador, adquire maior autonomia e amplia sua visão de mundo. Ao propor a formação profissional

aos educandos em processo de alfabetização, busca-se inserir os alfabetizandos no universo da cultura letrada e inseri-los ou reinseri-los no mundo do trabalho com maior autonomia. Ao propor essa ponte ligando a formação intelectual à profissional, procuramos possibilitar uma travessia mais segura da exclusão à inserção social. A formação permanente e continuada ao longo da vida é um caminho para a libertação de homens e mulheres e para a transformação da sociedade que temos para aquela que sonhamos ter num futuro próximo. Para avançar nessa direção é preciso que tenhamos claro a nossa concepção acerca de educação profissional e a importância de integrar essa à educação básica.

Etimologicamente a palavra educação (do latim *educare*) significa nutrir, criar algo e trazer esse algo para fora da pessoa, explicitando o que mais existe além dela mesma. Essa definição contrapõe-se ao conceito de educação bancária, onde o conhecimento é depositado de fora para dentro. Educar, na perspectiva freiriana é, segundo Gadotti, (2005, p. 38) “impregnar de sentido cada ato da vida cotidiana”, portanto, é um movimento de dentro para fora.

Nesse contexto, podemos entender a educação profissional como modalidade da educação que permite ao trabalhador ampliar seus saberes profissionais adquiridos ao longo da vida, de modo a tornar-se mais qualificado para o exercício de sua profissão. A qualificação nesse sentido apresenta-se como caminho, mas também como resultado do processo educativo. Qualificado profissionalmente é o trabalhador que se encontra preparado técnica e politicamente para lidar com os desafios e demandas que a sociedade atual, altamente tecnológica apresenta.

A introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão aponta para uma formação integral dos trabalhadores, que, para possibilitar a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, devem considerar: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos e capacidade de tomar decisões (BRASIL, 2007, p. 28).

Educação profissional na perspectiva socioambiental

Vivemos hoje o período em que mais encontramos oferta de formação profissional. O governo federal até 2014 espera investir 24 bilhões nessa área. Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs); Sistema S (Senai, Senac, Senat, Senar etc.) e diversas instituições públicas e privadas oferecem cursos gratuitos de formação profissional, com o intuito de melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho.

Alinhada a nossa concepção de formação profissional, a Economia Solidária se apresenta como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, enfim, gerar renda. Deixando de lado as práticas puramente mercantilistas a Economia Solidária sem explorar, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, entende que a cooperação e a solidariedade, fortalecem o grupo, onde cada um pensa no bem de todos e no próprio bem.

Com base no Caderno de Formação sobre Economia Solidária do Projeto MOVA-Brasil (2011), são dez os princípios dessa forma de economia:

- Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
- Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, País a País, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
- Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual;

Podemos resumir esses princípios em: igualdade, que é o seu princípio básico, o cooperativismo, o consumo consciente e a defesa da natureza e do trabalhador.

A Economia de Mercado, por sua vez, é pautada pelo lucro, pelo individualismo, pela competitividade, gerando desigualdade social, poluição, desmatamento, consumismo, entre outras coisas. A educação tem papel fundamental na busca de superação desse modelo.

A educação profissional na perspectiva socioambiental identifica-se com os princípios da Economia Solidária na medida em que reconhece o trabalho como elemento capaz de promover a inclusão social e a preservação da vida por meio de práticas sustentáveis.

Por isso, nossa perspectiva de formação profissional não concebe a possibilidade de adoção de propostas aligeiradas que formam os trabalhadores apenas para executar tarefas. Defendemos propostas que formem profissionais para agir e transformar a realidade e, por isso, devem ser pautadas na ética e na justiça social, garantindo aos educandos trabalhadores o exercício consciente da cidadania.

Desse modo, consideramos fundamental que o processo de formação profissional articulado à alfabetização deve levar em consideração os saberes que os educandos já trazem para o espaço da sala de aula, tanto relacionado à aquisição da leitura e da escrita quanto relativo às atividades profissionais, pois, muitos educandos já desenvolvem algumas atividades profissões, mas, não possuem o devido reconhecimento por não possuírem a respectiva certificação, seja de pedreiro, eletricista, encanador, mecânico e outras.

A nossa proposição é de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania por meio da articulação entre alfabetização e formação profissional, como maneira de consolidar o processo de aquisição da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, bem como contribuir para o reconhecimento das habilidades profissionais dos educandos participantes conferindo-lhes certificação por instituições e instâncias legitimadas historicamente pela sociedade no desempenho de cursos de diferentes profissões relacionadas à economia de mercado e à economia solidária, como são os casos do Sesi, Senai, Sebrae e Fórum de Economia Solidária.

Apresentaremos a seguir algumas possibilidades de concretização da Economia Solidária, transcritas do Caderno de Formação Economia Solidária do MOVA-Brasil (2011).

Exemplos das práticas na economia solidária

Para ficar mais claro como a economia solidária está presente em nosso dia a dia, destacaremos alguns exemplos que nos ajudam a reconhecer estas práticas:

Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

(EES) – grupos produtivos coletivos por meio dos quais as pessoas, em união, organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão, nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, de gênero, de raça e etnia. Podem

estar ou não com registro, por exemplo, formalizadas em cooperativas e associações, e mesmo grupos informais. Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços. Também podem ser grupos sociais minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pessoas com deficiência.

Redes de produção, comercialização e consumo – as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria economia solidária, com melhor qualidade e um valor acessível. Na venda, organizam-se para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

Bancos comunitários e fundos rotativos da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender de grandes bancos.

Feira de trocas – as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelos participantes, a chamada moeda social.

Empresas recuperadas autogestionárias – quando os(as) trabalhadores(as) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falência da empresa. Deixam de ser empregados(as) com patrão, para se tornarem cooperados(as), com gestão igualitária e coletiva do trabalho.

Entidades de apoio e assessoria – desenvolvem diversas ações para apoio direto junto aos empreendimentos de economia solidária, como capacitação, assessoria, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência à técnica organizativa.

Rede de gestores públicos de economia solidária – gestores de nível municipal, estadual ou federal, organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária.

Associações e entidades de representação dos empreendimentos de economia solidária.

(FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 5 e 6).



3.8. Concepção de Jovem

O jovem no MOVA-Brasil: a ousadia de saber e a humildade para aprender

Segundo documentos oficiais, jovem é a pessoa que se encontra entre os 15 e os 29 anos de idade. Entretanto, sabemos que ser jovem não se resume à faixa etária, mas trata-se de um conjunto amplo e complexo de fatores que se entrelaçam na constituição das características da juventude.

Inúmeras visões sobre os jovens foram se constituindo ao longo do tempo. Não há um conceito único e perene. Trata-se, pois, de uma concepção construída histórica e culturalmente, que incorpora cenários sociais locais e globais, além de elementos relativos a gênero, etnia, condição social, diálogo geracional, criando não apenas uma juventude, mas várias juventudes, conforme vemos em José Machado Pais (1997 apud ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 23-24), que declara haver duas grandes linhas na sociologia da juventude:

Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isto é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência. Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria.

Na sociedade atual, o jovem ainda é alvo de discriminação e preconceito. Muitas vezes são vistos como demasiadamente infantis e imaturos para algumas coisas e considerados adultos para outras (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007). Essa oscilação demonstra claramente a dificuldade de se conceber o jovem como sujeito de direitos, com identidade própria.

Sabemos das inquietações típicas dessa etapa do desenvolvimento humano, muitas são as certezas, as dúvidas, os conflitos que invadem a cabeça do jovem, provocando uma série de atitudes ora bastante refletidas, ora completamente movidas por impulso, produzindo vários momentos de instabilidade e insegurança.

Esse comportamento muitas vezes não refletido, aliado às situações de desigualdade presentes em nossa sociedade, leva milhares de jovens ao caminho da criminalidade, gravidez juvenil, dependência química e outras situações de vulnerabilidade social.

No entanto, há uma busca por afirmação. Prova disso são os movimentos juvenis.

Mas essa busca que mobiliza as juventudes precisa ser potencializada no campo educativo. Isso nos alerta para a necessidade de oferecer novas oportunidades de aprendizado. Os adolescentes, com suas linguagens próprias, seu dinamismo e curiosidade, requerem do educador uma abordagem metodológica diferenciada. A identificação com esse dinamismo, a predisposição em compreender a postura irreverente do jovem, são fatores fundamentais na relação educador-educando. Desverticalizar essa relação é o primeiro passo em busca dessa compreensão.

Nesse sentido, é possível mobilizar as juventudes, em prol da construção de processos formativos emancipadores, capazes de transformar contextos de opressão e de violação de direitos em situações de protagonismo juvenil e participação social.

Cabe aos educadores potencializar a curiosidade, a vontade de se aventurar em diferentes áreas do conhecimento, que acabam por se constituir aos jovens como necessidade inadiável, uma vez que o atrativo das descobertas se impõe como algo irresistível.

Os estudos contemporâneos sobre juventude nos mostram o importante papel da educação na socialização dos jovens.

Essa é uma preocupação do Projeto MOVA-Brasil, uma vez que os jovens representam 18,28% do total de educandos, segundo os dados da terceira etapa, 2011, sendo assim distribuídos nos nove Polos, conforme a tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	23,89	22,28	16,48	21,70	08,71	20,46	14,24	16,28	18,52
Total	18,28%								

No Projeto MOVA-Brasil, o monitor tem a complexa tarefa de explorar todo esse potencial de descoberta e construção no desenvolvimento das atividades de sala de aula, de forma que esses educandos se percebam como corresponsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem.

Acreditamos que potencializar a presença jovem, sua capacidade criadora e inventiva é anunciar um futuro melhor. Concordamos com Arroyo (2005, p. 21) quando diz:

[...] o que há de mais esperançoso na configuração da EJA como campo específico de educação é o protagonismo da juventude. Esse tempo da vida foi visto apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta. Um tempo provisório. Nas últimas décadas, vem se revelando como um tempo humano, social, cultural, identitário que se faz presente nos diversos espaços da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura... Um tempo que traz suas marcas de socialização e sociabilidade, de formação e de intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação.

Para que não naturalizemos a negação dos direitos a esses jovens, faz-se necessário que cada educador e cada educadora do MOVA-Brasil busque novos elementos metodológicos e culturais que contribuam com o enfrentamento dessa questão. Se conseguirmos articular adequadamente, nas ações do Projeto, essa potencialidade da juventude com a experiência de vida e os saberes dos adultos e idosos, possivelmente, teremos resultados ainda melhores das nossas práticas pedagógicas.

3.9. Concepção de Adulto

A hegemonia dos adultos em meio aos conflitos de geração e à solidariedade

Segundo os dados da terceira etapa, os adultos, faixa etária entre 30 e 59 anos constitui a grande maioria das educandas e educandos do Projeto MOVA-Brasil, representando 64,38%, assim distribuídos nos nove Polos:

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	65,23	62,88	65,68	63,07	65,28	64,1	59,72	66,11	67,99
Total	64,38%								

Esse número de pessoas exige o desenvolvimento de uma metodologia que contemple ao mesmo tempo essa hegemonia dos adultos e a heterogeneidade etária pela presença também dos jovens e dos idosos que, somados, atingem mais de 35% das educandas e educandos presentes nas salas de aula do Projeto.

O adulto, pela sua constituição psicossocial, pode representar o equilíbrio necessário ao convívio entre jovens, adultos e idosos, inclusive pelo seu grau de maturidade e sua capacidade de compreensão dessas relações por vezes conflituosas motivadas pela diferença de idade entre aqueles que têm entre 15 e 29 anos, os jovens, e os que têm idade a partir de 60 anos, os idosos.

Essa parcela hegemônica do Projeto pode desempenhar um papel fundamental para equacionar as diferenças entre os jovens e os idosos que, em certa medida, representa algum grau de dificuldade no desenvolvimento da prática pedagógica.

Cabe ao monitor mediar essas relações e lançar mão da compreensão e contribuição dos adultos na superação dos obstáculos que se apresentem, convocando todas e todos para uma convivência harmoniosa, apesar das diferenças de idade, de interesses e desejos. Isto é, compete ao monitor coordenar o processo educativo nas salas de aula com essa heterogeneidade, de forma que todas e todos tenham seus direitos de aprender e compartilhar seus saberes num clima de cooperação e solidariedade mesmo, e principalmente, nos momentos em que haja algum nível de tensão durante as aulas.

Acreditamos que os educandos adultos, até mesmo por se tratar de pessoas com objetivos em sala de aula, muitas vezes motivados pelas questões relacionadas à sua atividade profissional, tendem a contribuir significativamente para que as aulas atendam às suas necessidades práticas cotidianas, trazendo, inclusive, muitos elementos do seu trabalho que devem ser tratados como conteúdos das aulas.

O mesmo tratamento também deve ser dispensado aos saberes trazidos pelos jovens e idosos, como forma de reconhecimento da importância desses conhecimentos e respeito por essas pessoas, contribuindo assim para que se sintam e se percebam valorizados pela aproximação com os saberes populares historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade, apesar de, em grande medida, historicamente acumulado, mas ainda carente de sistematização com a rigorosidade metódica necessária.

3.10. Concepção de Idoso

Segundo o texto de apresentação do Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º 10.741, é considerada idosa pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto, no Brasil, tem aumentado muito os anos de vida da população e isso tem provocado algumas medidas necessárias por parte da sociedade e do poder público diante desse novo quadro. Segundo o documento, o aumento da longevidade e a redução das taxas de

mortalidade, nas últimas décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). Embora o envelhecimento populacional mude o perfil de adoecimento dos brasileiros, obrigando-nos a dar maior ênfase na prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, nossa maior atenção precisa se voltar para as políticas que promovam a saúde, que contribuam para a manutenção da autonomia e valorizem as redes de suporte social.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004).

Tomando como referência as informações da 3ª etapa do Projeto MOVA-Brasil, as pessoas idosas representam um total de 17,34%, distribuídas assim nos nove Polos, conforme tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	10,89	14,84	17,85	15,23	26,01	15,45	26,04	17,61	13,49
Total	17,34%								

No Projeto MOVA-Brasil, olhamos para o idoso como uma pessoa de muita experiência de vida e muitos saberes a serem compartilhados com outros idosos, com os adultos e, principalmente, com as pessoas mais jovens que constituem as nossas salas de aula, estabelecendo uma relação de colaboração e solidariedade entre as diferentes faixas etárias, com a certeza de que todas têm muito a contribuir com as outras e muito que aprender entre elas.

Temos a compreensão de que essas pessoas com 60 anos ou mais são portadoras dos mais variados tipos de conhecimentos já testados nas atividades práticas do cotidiano da vida. Além disso, entendemos que elas apresentam desejos e necessidades específicas de sua faixa etária, devendo ser contempladas na

seleção, organização e abordagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, fazendo valer o direito à educação ao longo da vida.

Para o Projeto MOVA-Brasil, a inclusão é um princípio fundamental. Por isso não concordamos com a afirmação segundo a qual o idoso é uma pessoa de outra época, vivendo fora do seu tempo histórico. Entendemos o mundo heterogêneo por natureza, constituído por crianças, jovens, adultos e idosos, cada um devendo ser tratado como integrante e construtor dessa sociedade e respeitado nas suas particularidades. Essa riqueza de interesses, desejos e saberes, dessas diferentes faixas etárias, pode significar um grande aprendizado na constituição da individualidade, a partir da convivência com a alteridade, tendo esta como referencial na construção da subjetividade. Para isso é determinante o trabalho que realizamos dentro e fora das nossas salas de aula em todas as ações do Projeto.

Nesse sentido, a exploração das múltiplas inteligências é imprescindível para que os aspectos cognitivos, sociais, culturais, afetivos e outros sejam contemplados na prática pedagógica trabalhada no Projeto, como forma de respeitar as especificidades da pessoa idosa e contribuir para que elas, além de terem voltado a estudar, continuem frequentando.

As nossas salas de aula até o final de cada etapa do MOVA-Brasil, numa demonstração clara da determinação da busca pela dignidade humana, materializada no exercício da cidadania, no qual a educação ocupa lugar de destaque.

O educando idoso do MOVA-Brasil não deve ser tratado nem como pobre coitado, nem como quem já sabe de tudo da vida, mas antes como pessoas que, apesar de muito já saberem, ainda têm muito o quê aprender, motivados pela convicção da experiência e pela humildade de que o horizonte do conhecimento é inalcançável, como qualquer horizonte.

O respeito às especificidades dos nossos educandos idosos não pode significar o reforço à lógica individualista e egoísta ou às suas idiossincrasias, mas a consideração às particularidades do coletivo das pessoas dessa faixa etária nas diferentes dimensões da vida na sociedade contemporânea, tendo em vista, inclusive, as conquistas sociais e culturais voltadas à dignidade humana, cabendo aos educadores do Projeto trabalhar essas conquistas no sentido de fazer valer na prática cotidiana o que já está garantido nas letras das normas e das leis, por exemplo.

Acreditamos que a nossa compreensão de currículo, expressa neste documento, contribui para a concretização da nossa ideia de inclusão na perspectiva de ultrapassagem de fronteiras entre povos,



conhecimentos e faixas etárias que caracterizam a heterogeneidade das salas do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, uma vez que o limite dessa lógica é a realização do nosso Projeto de sociedade alicerçada no respeito às diferenças, às diversidades e na afirmação da radicalidade democrática em busca da liberdade da espécie humana e da sustentabilidade do planeta. Só assim poderemos realizar nosso sonho de justiça e de paz na Terra.

3.11. Concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem

Conhecimento

Partimos do pressuposto segundo o qual não existe verdade absoluta e que o objeto nunca aparece para nós de forma completa e direta, nunca é a coisa em si que percebemos, mas sempre uma imagem de que acreditamos ser a coisa, imagem essa construída sob a mediação de nossa subjetividade. Portanto, a verdade aqui é entendida como aproximação da realidade e jamais o próprio real. Mesmo que o campo de investigação seja o das ciências tidas como positivas, como são os casos da física, da biologia ou da química. Nesses casos podemos afirmar que as hipóteses e boa parte do trabalho do cientista são marcadas pelas escolhas e rejeições do cientista, ainda que essas seleções e recusas estejam condicionadas por determinadas realidades históricas. A decisão é tomada por um sujeito ou um conjunto deles, diferindo aí apenas a subjetividade individual ou coletiva. Como afirma Miriam Limoeiro Cardoso (1978, p. 25):

O mundo à nossa volta, fora da nossa consciência enquanto nós próprios estamos dentro dele, aparece como um desafio que o nosso conhecimento se faz em relação a ele. As evidências a indicarem que o mundo real aí está como objeto à mostra, passível de ser compreendido através delas mesmas. Quanto mais o conhecemos, todavia, e quanto mais conhecemos que o conhecemos – pela ciência e sua história – mais clara se torna, embora não seja evidente que não é o mundo como tal que se constitui no objeto do nosso conhecimento, que ele não se mostra, que as evidências são sistematicamente enganadoras. E que, como consequência, o conhecimento não é absoluto e que a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade aproximada.

Não se pretende aqui, por um lado, negar o rigor necessário a todo processo de pesquisa de qualquer área, inclusive da educação, e cair no relativismo segundo o qual tudo vale, nem, por outro, supervalorizar os procedimentos tidos como científicos pelo grau de veracidade que eles supostamente engendram. Acreditamos na força do questionamento, da problematização como atitude inalienável no processo de construção do conhecimento, constituindo-se num amplo movimento cuja base relacional dos sujeitos

envolvidos é o diálogo, conforme nos orienta Bachelard (1996, p. 14), em relação à produção do conhecimento científico:

Uma hipótese científica que não esbarra em nenhuma contradição tem tudo para ser uma hipótese inútil. Do mesmo modo, a experiência que não retifica nenhum erro, que é monotonamente verdadeira, sem discussão, para que serve?

Acreditamos que o conhecimento não se dá por um processo de acumulação sequencial de etapas e sim por rupturas e saltos, quando um novo conhecimento é confrontado com o conhecimento anterior a ele. Ou seja, o novo, parte do velho e busca superá-lo num movimento constante e antropofágico no qual, muitas vezes, a novidade depende da desconstrução do antigo para o seu nascimento. Isso significa que, por diversas vezes, temos que abrir mão de velhos paradigmas em relação aos nossos conhecimentos e aos educandos para abraçarmos os novos paradigmas, não pelo simples fato da novidade, mas por se mostrarem mais amplos, mais adequados e coerentes com os nossos princípios, sem perder de vista a história do conhecimento nas diversas áreas. Segundo Possenti (2005 apud MUSSALIM; BENTES, 2005, p. 355):

O conhecimento não se produz por acumulação, mas por saltos e mudanças de rumo em relação às etapas anteriores. As novas teorias não são vistas como desenvolvimento e sofisticação das anteriores, mas como efeito, em boa medida, de seu abandono, seja por estarem “esgotadas”, seja porque novas problemáticas, novas vontades de verdades tomam seu lugar, tanto teórica como politicamente. Havendo saltos ou rupturas, também deixa de haver “finalidade”, concebida como uma corrida em relação a um ideal (de conhecimento absoluto). A suposta corrida é mais bem entendida se for vista como feroz competição, seja por espaços teóricos, seja por financiamentos, seja pelo poder que deriva do conhecimento.

No caso do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, partimos do pressuposto de que as educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e que esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

O conhecimento não está na realidade, apartada dos sujeitos, nem nos sujeitos separados da realidade. Acreditamos que o conhecimento é uma construção dos sujeitos inseridos no mundo e mediados pela realidade mais próxima e mais ampla. Nesse sentido, a aquisição da leitura e da escrita por parte das educandas e educandos passa, necessariamente, por uma intervenção do monitor na condição do par mais experiente, como preconiza Vygotsky (1991), e pelas hipóteses desses educandos a respeito de suas construções diante do desconhecido à sua frente e da novidade que começa ser gestada em suas mentes. Trata-se do conhecimento do educador sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), conceito desenvolvido pelo psicólogo russo Lev Vygotsky.

No conflito entre o desconhecimento e a possibilidade de conhecer, os papéis de educador e educando precisam estar bem definidos para que a aprendizagem seja construída, cada um intervindo com sua parcela de responsabilidade. O papel do educador não é o de facilitador, e sim o de mediador, uma vez que ele dialoga com o educando, problematizando as hipóteses deste, e suas problematizações podem deixar o educando em conflito diante do código escrito. Porém, esses questionamentos, se postos adequadamente, considerando a capacidade dos educandos de superá-los, podem levar a novos conhecimentos, confirmando ou modificando as hipóteses levantadas.

Trabalhar com a perspectiva do conhecimento como aproximação e de verdades relativas é o que pode levar o educador a considerar as variantes linguísticas presentes nas salas de aula do Mova e os diferentes processos de construção e utilização da linguagem matemática por parte dos educandos. É o que possibilita ao educador trabalhar com diferentes formas de expressão da língua portuguesa sem desqualificar nenhuma delas e ressaltar a variante de prestígio social, explicando, inclusive, as razões desse prestígio. Trata-se não de um gesto de bondade com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem dos educandos, mas sim de reconhecer que *não existem saberes melhores nem maiores, mas saberes diferentes*, como nos ensina a obra do educador Paulo Freire.

Aprendizagem

É muito comum, quando se pensa em ensino no ambiente escolar, imaginarmos a figura da professora colocando lições na lousa e ao pensar em aprendizagem nos vir à imagem de textos decorados, provas orais e escritas, questionários e outras verificações do conhecimento. Mas nem sempre essas situações

representam ensino, tampouco aprendizagem. Estas duas práticas podem se dar dentro e fora do contexto escolar, mas é no ambiente educativo, seja numa turma de alfabetização ou em uma sala de EJA nas unidades escolares que o ensino e a aprendizagem acontecem de forma articulada, por isso a importância de compreender o sentido de ambas.

No processo de ensino, cabe ao educador, em suas atividades junto aos educandos, contribuir para a construção da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), de acordo com Vygotsky, e atuar como mediador justamente nessa área, fazendo com que o educando que se encontra no nível pré-silábico avance para o nível silábico, com base nas pesquisas de Emília Ferreiro, por exemplo. Criar condições em sala de aula para que o próprio educando saia das aparências e consiga mergulhar num nível mais profundo de conhecimento da realidade à sua volta a partir das várias etapas da Leitura do Mundo, por meio de problematizações que levem a reflexões sobre as desigualdades sociais existentes e possibilidades de transformação da realidade por se tratarem de questões históricas e não naturais, sendo o próprio educando produto e produtor do meio social mais específico e mais amplo em que vive.

Em relação à aprendizagem, concordamos com Paulo Freire (1997, p. 77), quando diz:

Aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Pelas palavras de Paulo Freire, percebemos que a aprendizagem é um processo que incorpora diferentes dimensões (cognitivas, culturais, sociais etc.), e que se dá por meio do movimento constante de construção e reconstrução do conhecimento. Aprendemos a partir do que sabemos, com vistas à ampliação e ressignificação do sabido. Nesse sentido, a **aprendizagem** é meio e é fim.

As educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

A tarefa de acrescentar esses conhecimentos, sem anular os saberes dos educandos, é o que podemos definir como **ensino**. Nessa perspectiva, ensinar exige um exercício constante de ação-reflexão-ação. Mais do que isso, exige pesquisa, conforme anuncia Paulo Freire (1997, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar; constatando, intervenho; intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Para Feitosa (2008, p. 45)

O educador pesquisador, mais do que um transmissor de conhecimento, é aquele que deve acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando. Esse acompanhamento pressupõe saber como o educando aprende, quais as hipóteses que constrói os conflitos cognitivos e os caminhos que encontra para superar esses conflitos. Pressupõe também a observação, o registro e a avaliação desse processo, a fim de possibilitar as intervenções necessárias e provocar situações desafiadoras que ajudem os educandos a questionar suas certezas, para que possam considerar a existência de diferentes formas de pensar e, com isso, ampliar seu conhecimento. Essa atuação do educador exige pesquisa e reflexão crítica sobre a prática. Não há lugar para o espontaneísmo.

O Projeto MOVA-Brasil busca fortalecer o diálogo e a interação entre o sujeito que ensina (e aprende ao ensinar) e o sujeito que constrói sua aprendizagem. É nessa relação dinâmica que se dá a construção do conhecimento e a verdadeira aprendizagem.

3.12 Concepções de Alfabetização

Se levarmos em conta a historiografia dos métodos de alfabetização desde meados do século 19 até os dias atuais, principalmente quando se trata da alfabetização de jovens, adultos e idosos, vemos que sempre

houve a busca por um método de alfabetização que conseguisse agregar eficiência e rapidez. As pessoas que chegam à idade adulta sem se alfabetizar, ao começar a fazê-lo, têm pressa.

Os adultos e idosos que interromperam seus estudos quando crianças, ao voltar a estudar, trazem uma imagem que muito se assemelha à escola do seu período de infância, como se pudessem retomar os estudos do jeito que pararam, sem levar em consideração todas as aprendizagens que acumularam ao longo dos anos. Mesmo os que nunca frequentaram a escola trazem esse imaginário.

Em geral, essas pessoas esperam encontrar, na escola de hoje, a mesma do passado, que remonta a um período em que a aprendizagem estava relacionada à memorização, repetição, treino ortográfico, cópias e atividades mecânicas com o intuito de “fixar” o conhecimento.

Os métodos que melhor traduzem essa concepção, a nosso ver, são os métodos denominados “tradicionais”, dentre eles o fônico (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 22), pautado na correspondência entre letras e sons. Essa correspondência se dá na lógica aditiva: primeiro estuda-se o alfabeto à exaustão, memorizando sua sequência; depois se começa a juntar as letras para formar sílabas, num extenso trabalho de relacionar os fonemas aos grafemas; depois se juntam as sílabas para formar a palavra, desmembrando-a várias vezes com o intuito de formar outras palavras com os mesmos fonemas; depois se juntam as palavras para formar a frase e estas juntas formando o texto (método sintético).

Entendemos que o trabalho com a cultura escrita não precisa se dar de forma fragmentada, das partes para o todo e que podemos considerar o texto como unidade básica no ensino da língua materna. Com isso, muda-se a lógica, partindo do todo para as partes (método analítico), buscando respeitar, principalmente no educando adulto, o nível de consciência fonológica e de familiarização com a escrita que ele tem em função da sua vivência com as escritas do mundo.

Essa abordagem metodológica é uma das características do Construtivismo, que surge a partir dos anos de 1990, com as pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Segundo Feitosa (2008, p. 56-57),

O Construtivismo não é um método, mas uma concepção de conhecimento, um conjunto de princípios. Supõe uma determinada visão do ato de conhecer. Segundo Piaget, todo conhecimento consiste em formular novos problemas, à medida que resolvemos os precedentes. Para ele, o conhecimento é compreendido como atividade incessante e se constrói, incessantemente, por meio de permutas entre o organismo e o meio.

No entanto, embora o Construtivismo tenha revolucionado a concepção de como se aprende, mostrando que a aprendizagem se constrói à medida que somos desafiados a saber mais e não pela mera repetição de exercícios mecânicos, o método fônico tem garantido presença entre as práticas dos educadores, ora explicitamente, ora mascarado, ou embutido em outras roupagens.

Mas, falar de concepção de alfabetização exige que falemos de Paulo Freire. Para ele, (FREIRE, 1991), o conceito de alfabetização tem um significado abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, como prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais, que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”.

Um procedimento metodológico básico, nesse sentido, é a “Leitura do Mundo”: partir do conhecimento do educando, do seu contexto para compreender o contexto mais amplo. O trabalho de Leitura do Mundo é feito cotidianamente por educadores e educandos, no desenvolvimento de cada tema discutido em sala de aula, ao olharem para exemplos concretos de sua realidade. Nesse sentido, mais adequado é falarmos em Leituras do Mundo, assim, no plural, para que se entenda melhor a importância de diferentes olhares em momentos distintos da realidade na qual os envolvidos estão inseridos como constitutivos das ressignificações que o processo pedagógico exige para não se distanciar da realidade que nos cerca e envolve.

A realidade desvelada é relacionada com os temas apreendidos das Leituras do Mundo, e debatida, identificando-se as grandes questões a serem discutidas. Com a problematização, provoca-se a compreensão mais aprofundada e crítica sobre cada questão, o que pode levar a ações de intervenção: discutir como resolver, perceber os limites, buscar alternativas. Coerentes com essa visão, os programas de alfabetização precisam orientar-se para a criação de múltiplas e variadas oportunidades de aprendizagem, para valorização dos saberes prévios e cultura dos jovens e adultos.

Para Moacir Gadotti (2008, p. 73),

A alfabetização tem sido entendida tradicionalmente como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve. O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito. Enquanto prática discursiva, para Freire (1991, p. 68), “a alfabetização possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais

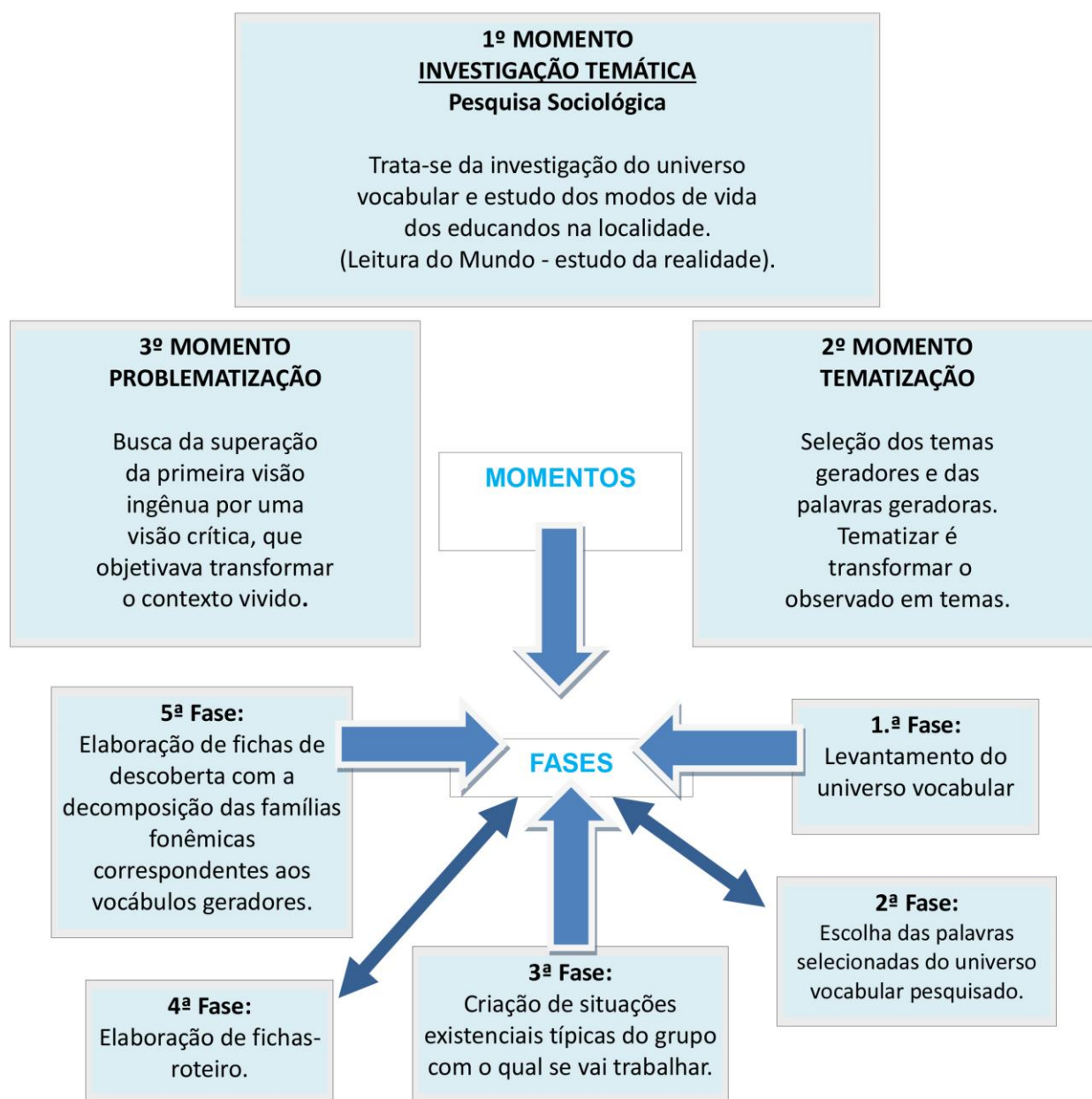
que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”. Freire defendia a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, fundamentando-se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos, já lia o seu mundo. Para ele, o processo de alfabetização, como de resto toda a educação, vai muito além do aprendizado das letras. Insistia que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra: “a prática da alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de Leitura do Mundo, de como os alfabetizados está lendo sua realidade, porque toda leitura de mundo está grávida de certo saber” (FREIRE, 2001, p. 134).

O conceito de alfabetização em Paulo Freire é muito claro. Por isso, em momento algum, na implementação do Programa MOVA-SP havia qualquer dúvida em relação ao papel da educação no processo de emancipação e a importância do domínio dos códigos da leitura e da escrita no processo de alfabetização. Maria José do Vale Ferreira, apresentando os princípios políticos-pedagógicos do MOVA-SP, afirma:

[...] alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (apud GADOTTI, 1996, p. 59).

A concepção de alfabetização do MOVA-Brasil ratifica a opção pela metodologia freiriana, por entender que a alfabetização, ao promover a emancipação dos sujeitos pela possibilidade de acesso ao universo letrado, possibilita também a libertação desses sujeitos para além do campo cognitivo, mas, essencialmente, nos campos social e político (FEITOSA, 2008, p. 82). Para melhor entender este processo, explicitaremos os **momentos e fases** que constituem a metodologia freiriana, por meio do esquema a seguir.

Momentos e fases do “Método Paulo Freire”, adotado por ele na década de 1960.





As fases aconteciam concomitantes aos momentos, procurando relacionar a dimensão pedagógica à dimensão política. As palavras e os temas geradores possibilitavam o estudo da língua e a reflexão crítica da realidade.

Atualmente, atendendo ao desejo de Paulo Freire, explicitado em muitos momentos em que ele se reuniu com os membros do IPF, buscamos não reproduzir o método adotado há cinquenta anos. Porém, muito de sua metodologia permanece atual, mas levando em conta as transformações pelas quais a sociedade passou nesses anos, as realidades locais e as contribuições dos estudos e pesquisas nesta área, dentre eles o Construtivismo e mais especificamente o Socioconstrutivismo. Acreditamos que é possível, em lugar da silabação do passado trabalhar na perspectiva da construção do conhecimento partindo do texto, sem deixar de considerar a importância da Leitura do Mundo, do Círculo de Cultura, do tema gerador, da dimensão política do ato educativo, enfim, sem perder a essência da alfabetização, que é possibilitar que, por meio da aprendizagem da leitura da palavra, os alfabetizados ampliem a sua Leitura do Mundo e possam compreender e intervir na realidade em que vivem.

Por todos esses motivos, tomamos essa concepção como referência no Programa MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania.

Parceiro



Patrocinio



Apoio



3.13 Dimensões socioambiental do MOVA-Brasil: a eco-responsabilidade na e da educação

O Projeto Eco-Político-Pedagógico congrega preocupações e proposições relacionadas aos aspectos pedagógicos, administrativos e políticos e às dimensões sociais, ambientais e econômicas para uma vida mais sustentável do nosso planeta do qual somos integrantes, constituindo uma totalidade indissolúvel. Nós não só habitamos na Terra, mas, fundamentalmente, nós também somos a Terra. Nos dias atuais, tornou-se lugar-comum falar em sustentabilidade do planeta.

Entretanto, como não poderia ser diferente, os diversos significados que possam ser atribuídos a essa expressão aproximam ou afastam muitos setores da sociedade. Se considerarmos, como o faz a Ergologia, o mundo do trabalho dividido em três Polos: político, econômico e uso de si, podemos afirmar que a prevalência hegemônica do Polo econômico tem comprometido enormemente a saúde de todas as espécies de vida do planeta, e a vida humana tem pagado um preço muito alto por isso, para usarmos expressões condizentes com o próprio mercado.

A sociedade tem vivido a ditadura do discurso único, o discurso do mercado. Todas as outras vozes que soem estranhas à lógica do lucro, dos ganhos de capital, das vantagens financeiras (talvez, mais adequado fosse falar da ganância), são tidas como atrasadas, retrógradas, fora da realidade. São até mesmo ridicularizadas como algo que nem merece ser considerado com o mínimo de seriedade pelos “donos da verdade” única, absoluta. Num movimento oposto, em que pesem as enormes dificuldades, estão as vozes dos movimentos sociais que ainda persistem na ideia do sonho de uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais justa, mais humana.

Para esses setores, a sustentabilidade do planeta não pode prescindir da devida articulação das dimensões sociais, ambientais e econômicas, buscando garantir o equilíbrio necessário entre elas. Preservar o ambiente deve, necessariamente, contemplar não apenas a sobrevivência das diferentes espécies de vida, mas, também, a qualidade dessas vidas. Pouco adianta termos acesso a uma grande e variada tecnologia se ela não for utilizada para nos libertar e humanizar, ao invés de nos escravizar e robotizar; termos acesso a passagens mais baratas se não temos tempo para viajar; termos a possibilidade de estabelecer contato com pessoas do outro lado do planeta se não conseguimos sequer cumprimentar a pessoa ao nosso lado; de



termos melhores condições para ganhar dinheiro e não termos segurança pessoal; de aumentarmos a longevidade se as nossas vidas estão constantemente ameaçadas.

Esses foram apenas alguns exemplos de que a lógica que tem orientado as nossas relações precisa ser alterada para que a sustentabilidade do planeta seja efetivamente garantida e usufruída por todos e todas. Devemos pensar numa forma de inclusão social que não coloca o consumo de toda ordem e sem limites como condição para que as pessoas se sintam pertencentes à sociedade como um todo ou a um grupo social em particular. Devemos pensar o consumo também de forma sustentável para que as pessoas saiam da condição de indivíduos e passem à condição de cidadãos e não de consumidoras, de clientes. Temos que cuidar do planeta com equilíbrio ambiental, no qual as diferentes espécies de vida sejam preservadas e valorizadas num sistema de convivência tensa e ao mesmo tempo harmônica. Tensa porque as nossas diferenças estabelecem as arenas de nossas vidas, nas quais o debate de ideias e as disputas pela ocupação dos espaços fazem parte da nossa existência como seres vivos. E harmônicas porque as razões que servem de parâmetros para essas disputas e debates devem ser dos acordos necessários para uma convivência pacífica e colaborativa.

Com essa postura crítica a respeito da sustentabilidade do planeta, entendemos as pessoas como cidadãos do mundo e a cidadania como planetária. Isso significa que somos todos responsáveis pela saúde do planeta e, conseqüentemente, pela saúde de todas as espécies de vida e pela nossa própria saúde, uma vez que somos parte do planeta e não seu simples habitante. É por essa razão que devemos articular as questões locais com o global para que nossas ações, por mais insignificantes que possam parecer, adquiram a dimensão do globo terrestre, redimensionando o nosso conceito de cidadania por entender que a atuação nos Polos, como na Grécia Antiga, repercute do outro lado da Terra. Desse modo, conforme o livro *Educação para a Cidadania Planetária* (PECP), do Instituto Paulo Freire,

A noção de *cidadania planetária* manifesta-se em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma *nova percepção da Terra* como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável



da *civilização planetária* e da ecologia. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 26, grifo do autor).

Defendemos a Pedagogia da Terra, termo cunhado por Gutierrez, como a que melhor traduz esse sentimento de pertencimento da espécie humana ao planeta como unidade indissociável e de corresponsabilidade pelo presente como estrada para um futuro mais solidário e harmônico, em meio às tensões intrínsecas a qualquer tipo de relação entre seres vivos.

A dimensão Eco do Projeto Eco-Político-Pedagógico procura instituir a sustentabilidade do planeta para além das questões ambientais. Tão importante quanto à preservação da fauna e da flora são as condições sociais, políticas e econômicas da humanidade. Por essa razão, posicionamo-nos contrários à lógica capitalista do mercado, que instaura um consumo irresponsável com consequências gravíssimas para a saúde do planeta. Defendemos as diversas iniciativas de economia solidária e o consumo com responsabilidade como forma de contribuir, decisivamente, para garantir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Vemos, por meio da educação, uma grande oportunidade de construção coletiva dessa outra lógica da sustentabilidade. Paraphraseando o Fórum Social Mundial: *Uma outra sustentabilidade é possível*. E acreditamos que a educação tem um papel de fundamental importância na constituição de uma nova cultura de preservação do planeta, na qual o sentimento de pertencimento não se dê pelo consumo de uma determinada marca de roupa ou de um certo tipo de aparelho eletrônico, mas pela responsabilidade partilhada por todos e todas em relação a um modo de vida mais solidário, mais colaborativo, mais democrático, mais civilizado. E que a competição entre as pessoas só ocorra nos casos estritamente necessários, como num concurso, por exemplo.

A educação não pode perder esse momento histórico de redimensionar as propostas curriculares introduzindo e instigando o debate em torno da sustentabilidade do planeta em suas múltiplas dimensões sob pena de lamentar num futuro bem próximo os danos irreparáveis para o planeta e todas as espécies que dele fazem parte. Como nos afirma o livro do PECP:

O conceito de “sustentabilidade” e de “sociedades sustentáveis” encerra todo um novo projeto de civilização e, aplicado à pedagogia, pode ter desdobramentos em todos os campos da educação, não apenas na educação ambiental (GADOTTI, 2009). Ele se torna, assim, um conceito chave para entender a educação do futuro. Ele supõe novos princípios e valores. Novas referencialidades curriculares são essenciais se quisermos construir com os educandos conhecimento,

habilidades e consciência crítica necessários não apenas para a justiça ou a eficácia social, preocupações importantes da teoria curricular, mas também para avançarmos na busca pela sustentabilidade da Terra e de suas formas de vida. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 35).

Dessa forma, para a concretização dessa noção pelo coletivo educacional, em todos os níveis e modalidades, temas como *liberdade, igualdade, solidariedade, inclusão social, convivência com as diferenças, respeito à natureza, responsabilidade compartilhada e diversidade étnico-racial*, devem ser desenvolvidos em qualquer proposta curricular de uma educação que se pautar pela dimensão Eco aqui apresentada e vise à cidadania planetária.

Além disso, não podemos deixar também de tratar da importância da Amazônia nesse processo socioeducativo no Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, pela riqueza da biodiversidade nela existente.

A região da Amazônia abrange nove Países da América do Sul, com 6,9 milhões de quilômetros quadrados: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa região, de incomparável biodiversidade no planeta, é o habitat da metade das espécies da Terra: cerca de cinco mil espécies de árvores, mais de trezentos mamíferos, mais de mil e trezentas espécies de pássaros, três mil espécies de peixes, e milhões de insetos. Além de toda essa biodiversidade, trata-se também da maior bacia hidrográfica do mundo, com 25 mil quilômetros de águas navegáveis. O bioma é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal – uma região administrativa de 5,2 milhões de quilômetros quadrados definida em leis de 1953 e 1966 e que, além do bioma amazônico, incluem cerrados e o Pantanal.

A maior parte da região da Amazônia está localizada em território brasileiro, com 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional), distribuídos entre Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão.

Às suas margens, vivem em território brasileiro mais de 20 milhões de pessoas, incluindo 220 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Levando-se em conta toda a bacia amazônica, os números crescem: são 33 milhões de pessoas, inclusive 1,6 milhão de povos indígenas de 370 etnias.



Toda essa biodiversidade corre sérios riscos de destruição a partir da campanha desenvolvida durante o Regime Militar, em 1970. Para se ter uma ideia, entre 1550 e 1970, o desmatamento não passava de 1% de toda a floresta. A partir do governo militar, em apenas 40 anos, o número saltou para 17% – uma área equivalente aos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo alimentação, moradia e medicamentos, a Amazônia tem uma relevância que vai além de suas fronteiras. Ela é fundamental no equilíbrio climático global e influencia diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina. Sua imensa cobertura vegetal estoca entre 80 e 120 bilhões de toneladas de carbono. A cada árvore que cai, uma parcela dessa conta vai para os céus.

Os dados e as informações foram baseados no *site* da Organização Não Governamental denominada Greenpeace:

<<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>.

Por conta de toda essa riqueza de vidas concentrada no território da Amazônia, é imprescindível o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade dessa região como forma de viabilizar a sobrevivência de todas as espécies nela existentes hoje, bem como a contenção de parte do aquecimento global que vem assolando o planeta, com perspectivas devastadoras para a Terra.

Nesse sentido, parece temerário o texto do Código Florestal aprovado no Congresso Nacional, no dia 25 de abril, do corrente ano. O Código assusta em vez de tranquilizar os setores sociais com preocupações para além do lucro imediato, e que buscam uma vida mais saudável e duradora para todas as espécies da Terra, em geral, e do Brasil, em particular, e lutam contra a impunidade daqueles que devastam as florestas e não assumem sua parcela no processo de desenvolvimento com sustentabilidade. Segundo o senador Jorge Vianna, do PT do Acre, até mesmo setores da UDR foram reticentes ao texto aprovado, por considerá-lo por demais permissivo às agressões ao meio ambiente.

Mesmo com a possibilidade de a presidenta Dilma Rousseff vetar o projeto na íntegra, de qualquer forma, essa situação já é suficiente para revelar um pouco do pensamento equivocada, do ponto de vista da sustentabilidade do planeta, das nossas autoridades legislativas sobre o assunto.

Devemos incorporar e aprofundar esse debate sobre a sustentabilidade do planeta em nossas salas de aula para que nossos educandos jovens, adultos e idosos possam compreender esse tema na sua amplitude e complexidade e passem a valorizar mais todas as espécies de vida existentes na Terra e a contribuir com a construção do *outro mundo possível* – lema do Fórum Social Mundial –, tanto fazendo a sua parte como cobrando das autoridades sua parcela de responsabilidade sobre a sobrevivência do planeta e a qualidade dessa sobrevivência, desde o combate ao consumismo individual na lógica dos três erres (reduzir, reaproveitar e reciclar) ao controle da emissão de gás carbono pelos automóveis e pelas grandes indústrias.

Nesse sentido, as diferentes Leituras do Mundo realizadas em cada Polo serão determinantes para a consecução de políticas afirmativas na direção da vida boa, como diziam os gregos da antiguidade. E o Projeto MOVA-Brasil tem uma contribuição importante para a efetivação dessas políticas em cada Polo, em cada núcleo e em cada sala de aula, partindo-se das especificidades locais e articulando-as à realidade global.

O desafio de alfabetizar na perspectiva da sustentabilidade, longe de ser pequeno e fácil, exige, por isso mesmo, esforço grande e muita dedicação de todos e todas para que juntos possamos oferecer um planeta melhor para as pessoas e pessoas melhores para o planeta, numa relação de reciprocidade meritória. Sejam todos e cada um de nós cidadãos do mundo e cobremos das autoridades governamentais, empresariais, acadêmicas etc. sua parcela de responsabilidade, na justa medida do que compete a cada um.

3.14. Dimensão da diversidade como direito humano

Desde o início da década de 1990 tem se ouvido falar no termo *diversidade*. No Brasil, esse tema começa a ecoar a partir da Constituição de 1988, chamada por muitos de “constituição cidadã”, por ter agregado em seu texto as lutas e reivindicações de muitos grupos, como os direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, dos idosos, das pessoas deficientes, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dentre outros.

O Estado brasileiro, a partir de então, foi provocado, através dos variados movimentos sociais, a elaborar políticas públicas de atendimento às “diversidades”. A partir de então, têm-se elaborado instrumentos legais que garantam os direitos aos sujeitos da diversidade, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Política Nacional de Educação Especial, dentre outras.

No campo da diversidade cultural, em 2002, a Unesco elaborou material intitulado “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural” tornando esse debate sobre a diversidade ainda mais presente, dando mais visibilidade à questão. O Brasil, signatário de muitas declarações internacionais voltadas à garantia dos direitos dos povos tradicionais, das pessoas deficientes, das populações indígenas, começa a elaborar instrumentos legais que efetivem orientações até então apenas escritas em nossa carta maior.

A expressão acerca do *respeito e da valorização da diversidade* tomou corpo e pôde ser ouvida em muitos contextos a partir da emergência das lutas de muitos movimentos que reivindicam políticas identitárias (movimento negro, indígena, quilombola, de mulheres, de pessoas com deficiência, gays, lésbicas, transexuais, dentre outros). Mas, de fato, é necessário que perguntemos, para além da celebração do multiculturalismo, das belezas e das cores que as variadas culturas imprimem ao nosso planeta, do *slogan* de “educação inclusiva”, qual o espaço político ocupado por esses grupos na efetivação de seus direitos.

Em outras palavras, é necessário que se questione: qual o impacto de tais leis e declarações recentemente elaboradas pelo Estado brasileiro e organismos internacionais na efetivação dos direitos dos chamados “sujeitos da diferença”? O que conseguimos garantir de concreto em relação ao direito ao território ancestral dos povos indígenas e das comunidades quilombolas? No campo educacional, como têm se efetivado os marcos legais que instituem o direito à educação diferenciada desses grupos? Como tem sido posto em prática o direito à educação especial reservada por lei às pessoas com deficiência? Qual a efetividade da educação inclusiva para essas pessoas (acessibilidade, professores e professoras com formação especializada, materiais de apoio)? A diversidade religiosa, como tem sido garantida em nossas salas de aula? O que tem mudado em relação ao combate à violência física e simbólica contra as mulheres, gays, lésbicas e transexuais? Os direitos dos jovens e dos idosos têm sido garantidos, seja no campo educacional como também no profissional?

Para iniciarmos uma reflexão que parte do referencial teórico crítico acerca da diversidade, é preciso que se considerem as ideologias que esse termo carrega, pois, na melhor das intenções, podemos obscurecer identidades com a intenção de reconhecê-las e valorizá-las. Isso porque em nossa sociedade capitalista tem

ocorrido a apropriação do termo na intenção de propagar o ideal da igualdade. Mas, se somos essencialmente diferentes, porque propagamos e afirmamos a igualdade? Quantos(as) de nós ouvimos de educadores(as) a seguinte afirmação a respeito de seus(suas) educandos(as): “aqui na minha turma eu trato todos de maneira igual, não há diferença entre eles(as)”.

O que esta afirmação revela é a ideia construída em nossa sociedade: a diversidade deve ser reconhecida e valorizada por todos(as), mas ignora-se o que se mostra de conflito inerente a ela. Afinal, os sujeitos da diferença com os quais lidamos são os(as) negros(as), as populações indígenas e tradicionais (ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores...), as pessoas com deficiência, os idosos, os(as) presos(as), os(as) homossexuais, mulheres e homens não alfabetizados que não representam a sociedade heterogênea à qual o imaginário do senso comum se remete: masculina, classe média, heterossexual e urbana. Ou seja, o que muitos celebram como a “diversidade” é, de fato, a representação da desigualdade. Em outras palavras: tratando o diferente como igual, transformamos a diversidade em desigualdade, pois a diferença simbólica se materializa em desigualdade material.

Negros e indígenas são as populações mais pobres do País, aquelas que têm menos acesso à educação e à saúde. As pessoas com deficiência – crianças, jovens e adultos – são as mais ausentes dos bancos escolares, o que se reflete nas oportunidades que esses sujeitos terão ao inserir-se no mundo do trabalho. As mulheres, mesmo com a escolaridade média maior que o homem, ainda recebem salários menores que eles.

Dando continuidade ao legado freiriano, comprometido com a emancipação humana e a transformação social, nos colocamos frente à necessidade de lutar e construir um mundo com justiça social para todos(as). Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade está atrelado à luta pelo direito à diferença como ponto de partida, vislumbrando a igualdade material como ponto de chegada. Assim se traduz a urgência em lutarmos pela equidade, entendida como direito à igualdade de oportunidades, considerando as diferenças.

Diversidade e preconceito

Para dar sustentação à nossa reflexão sobre a diversidade em uma perspectiva crítica, não podemos esquecer que estamos inseridos em um sistema educacional tradicional, seja ele formal ou não formal. Nesse sentido, reconhecemos a atualidade da luta dos(as) oprimidos(as) na busca pela efetividade de seus direitos por meio da conscientização e da transformação social. Por isso é necessário resgatar a origem das experiências educacionais em geral, que é, basicamente, formar seres iguais, “tornar igual”, ou seja, homogeneizar.

No Brasil, foi assim com os povos indígenas catequizados pela Igreja, como também ocorreu com os(as) africanos(as) escravizados(as) que foram obrigados a adorar os deuses católicos (apesar de, sabiamente, representá-los, um a um, com os orixás africanos) e, mais atualmente, com a expansão da escola pública, em que crianças das classes populares aprendiam a respeitar os heróis nacionais, cantar os hinos pátrios, contar as lendas e os “causos” oficiais que o livro didático divulgava, além de, é claro, falarem todos(as), a língua portuguesa, purificada de todos os regionalismos.

Não podemos negar que ainda somos herdeiros dessa tradição homogeneizadora da educação. É aí que tem origem a afirmação sobre a “igualdade de todos” em uma sala de aula completamente diversa. Interiorizamos a igualdade como um ideal e um valor, mesmo convivendo com a diferença presente em cada corpo e cada olhar em variados espaços educativos.

Mas, perguntemos: como é possível transformar a estrutura homogeneizadora e excludente dos sistemas educacionais, materializada em livros didáticos inadequados às realidades brasileiras, em pensamentos pouco abertos às religiosidades diversas presentes no País, mentalidades que negam a possibilidade da aprendizagem às pessoas com deficiência, a jovens e adultos privados de liberdade e mesmo às pessoas não escolarizadas que não tiveram oportunidade de estudar na idade considerada “ideal”.

O preconceito está corporificado em nossa realidade escolar (ou não escolar) na medida em que fechamos os olhos às realidades presentes em nossa sala de aula, quando nos negamos à possibilidade de partir da realidade do(a) educando(a), da sua cultura, da sua diferença em relação à sociedade em geral. Nesse caso, nossa opção é pela perpetuação do preconceito: assumindo o discurso da igualdade como ponto de partida estamos compactuando com a manutenção da estrutura excludente, desigual e opressora do nosso sistema.

Diferença e desigualdade: ponto de partida para a construção de “outro mundo possível”

Diante do cenário atual de valorização exacerbada (e esvaziada) da diversidade, é sempre possível e ainda necessário que resgatemos a perspectiva crítica de compreensão da realidade e, nesse sentido, não há como separar essa discussão do conflito gerado pelas relações de classe. Isto é, ainda no século 21, com a emergência de novas identidades socioculturais, com as lutas dos povos tradicionais, das populações indígenas e quilombolas, dos trabalhadores sem terra, das mulheres, das pessoas privadas de liberdade, do direito à diversidade homoafetiva, das pessoas com deficiência, torna-se imperativa a luta por uma

sociedade equânime, igualdade que se desenha como horizonte, como igualdade de oportunidades. Partindo do reconhecimento da diferença, luta-se por igualdade de direitos.

A educação que desejamos realizar junto aos(as) educandos(as) do sistema prisional, nas comunidades tradicionais, junto às populações indígenas, quilombolas, ciganas, resgatando a humanidade esfacelada das pessoas deficientes, das mulheres, daqueles(as) pertencentes a diferentes matrizes religiosas, das pessoas que possuem outras opções afetivas sexuais é aquela que, partindo de uma visão de mundo, expande-se para uma visão planetária e cidadã, que se vê parte de uma totalidade diversa que vai construindo desejos e aspirações de garantia dos direitos fundamentais a todos(as). A tão propagada “igualdade na diversidade” só pode ser proferida se igualdade for entendida como sinônimo de igualdade material e diversidade, como a diferença que faz de cada ser humano um ser único, origem da noção de dignidade humana: a humanidade que diferencia cada um(a), tornando-o(a) diferente dos(as) demais e igual em direitos.

Currículo e diversidade: questões para a prática cotidiana

As questões colocadas pelo debate da diversidade, atualmente, têm orientado políticas públicas no campo da educação comprometidas com a democratização da sociedade brasileira, orientando a construção de currículos escolares, isto é, percursos escolares de aprendizagem, que consideram a transversalidade dos direitos político-sociais que a sociedade ou os “sujeitos da diferença” passaram a usufruir depois de décadas de luta.

A partir dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), crianças, adolescentes e jovens podem ter seus futuros mudados se as escolas assumem o desafio de efetivar a plena participação desses sujeitos nos processos de planejamento pedagógico e avaliação, assim como nas demais decisões que afetam a prática cotidiana escolar. Parece pouco, mas aprender a participar, decidir e construir os rumos da educação no pequeno universo em que estão inseridos pode mudar a vida dessas pessoas, tornando-as, de fato, cidadãs. Assim também ocorre com as pessoas com deficiências, que, reconhecidas como sujeitos com pleno direito à educação e à vivência escolar inclusiva e não discriminatória, podem se ver, de fato, incluídas socialmente.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) é um importante marco legal na garantia de direitos às pessoas deficientes, na medida em que define a necessidade de que os sistemas de ensino municipais e estaduais, as escolas e demais sujeitos repensem a organização de classes especiais, implicando numa mudança estrutural e cultural da educação como um todo, para que

todos(as) tenham suas especificidades atendidas pelo sistema escolar e não fora dele, como muitas vezes ainda ocorre.

As questões relativas às diferenças de gênero, orientação sexual e diversidade religiosa também vêm sendo trabalhadas como componente constitutivo do currículo. Os dados que revelam a desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade são colocados em aberto e servem de motor para a elaboração de planejamentos e atividades pedagógicas pensadas para a construção de uma estrutura social menos desigual.

A divisão social do trabalho, por exemplo, deve ser refletida por professores(as) desde a Educação Infantil, uma vez que a divisão social do brincar define o que é do universo masculino e feminino. Isto certamente impacta nos dados que nos mostram a opção dos homens por certas profissões e, quando chegam ao Ensino Superior, optam pelas ciências exatas. Por outro lado, as mulheres, quando alcançam certa escolaridade optam por profissões de “cuidadoras”, sendo, na maioria dos casos, professoras, enfermeiras e donas de casa.

Articular essa reflexão no currículo é fundamental para compreendermos que a definição de mulher e homem é socialmente determinada pelos papéis estabelecidos na sociedade. A educação tem papel central nesse processo, na medida em que proporciona a reflexão entre meninos e meninas, jovens, adultos e idosos sobre a relação social que podem estabelecer na sociedade, assegurando igualdade de oportunidades.

A história e cultura africana, afro-brasileira e indígena foram inseridas no currículo oficial dos sistemas de ensino porque foram conquistas dos movimentos sociais que viabilizaram, por lei, esse direito. Mesmo com a Lei n.º 10.639, sancionada em 2003, e a Lei n.º 11.645, de 2008, muitos municípios e estados do País ainda não garantem nos currículos escolares essas temáticas, o que revela que a abordagem eurocêntrica está amplamente disseminada e posta como paradigma efetivo, o que gera muitas dificuldades em relação à implementação das referidas leis, seja por falta de formação de professores(as) voltada à questão, seja pela ausência de materiais didáticos que orientem as práticas dos(as) educadores(as).

Porém, o que se pode depreender é que a questão das relações étnico-raciais na educação ainda é um ponto a ser aprofundado por todos(as) que constroem a educação, uma vez que os dados revelam ser a população negra e indígena as mais vulneráveis social e economicamente. Os piores índices da educação –

analfabetismo, relação faixa etária-escolaridade, e não acesso ao Ensino Médio e Superior – estão entre os negros e indígenas.

Essa realidade só poderá ser transformada quando os sistemas de ensino, secretarias de educação, escolas e comunidade escolar em geral estiverem conscientes da necessidade de que venha à tona a contribuição intelectual e cultural dos povos africanos, indígenas e afro-brasileiros, o que, de imediato, impactará na autoestima positiva de brasileiros e brasileiras pertencentes a esses grupos sociais. Conseqüentemente, o pertencimento religioso, as expressões culturais, a contribuição às ciências se farão reconhecer e valorizar.

Um eixo de ação importante para todos(as) que atuam na educação e a ela dão vida, no sentido de fazerem dela uma experiência de exercício de cidadania ou de manutenção das estruturas sociais desiguais, é a questão dos direitos humanos. Necessária em contextos socioeconômicos e culturais onde a violação dos direitos humanos é uma realidade, como é o caso do Brasil, a *educação em direitos humanos* se apresenta com a preocupação de difusão, fomento e construção de uma cultura em direitos humanos.

Nascida do período pós-guerra, do contexto histórico que se originou a partir dos governos ditatoriais europeus e após o massacre contra os judeus, a educação em direitos humanos pretende se concretizar em práticas efetivas de enfrentamento da intolerância contra as diferenças, a partir da conscientização que permite aos sujeitos assumir atitudes de luta e transformação. Assumir a efetivação de uma educação em direitos humanos é incorporar a perspectiva da educação política, aquela que exige do(a) educador(a) uma postura crítica e transformadora, de maneira nenhuma neutra.

A transformação social em direção a uma sociedade inspirada nos direitos humanos supõe que sejam incorporadas ao processo educativo ações concretas destinadas à mudança de atitudes, garantindo a efetividade de uma educação que contribui com a participação político-social para a cidadania, a luta pelos direitos coletivos e pelo reconhecimento e valorização das variadas identidades em jogo que se fazem presentes nessa experiência não formal de educação, que lida, essencialmente, com os chamados “sujeitos da diferença”.

Referenciais curriculares

A partir desses princípios e valores supracitados, devemos levar em conta as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores, de acordo com as orientações do MEC para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico, como forma de contemplar a educação como espaço de multiculturalidade na perspectiva de



uma prática pedagógica que contribua para o exercício da cidadania planetária, sem perder de vista as especificidades locais:

Ambiente educativo

- Compromisso, solidariedade e colaboração.
- Alegria
- Combate à discriminação
- Disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia
- Respeito ao outro
- Respeito às ideias, conquistas e produções dos educandos.

Ambiente físico do Núcleo e materiais

- Ambiente físico educacional em condições satisfatórias para a realidade do Projeto MOVA-Brasil
- Espaços e mobiliários que favoreçam as experiências dos educandos
- Materiais variados e acessíveis aos educandos
- Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos jovens, adultos e idosos.

Planejamento institucional e prática pedagógica

- Projeto Eco-Político-Pedagógico definido e conhecido por todos
- Registro da prática educativa
- Planejamento
- Contextualização
- Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo
- Variedade das estratégias e dos recursos de ensino-aprendizagem
- Prática pedagógica de apoio à diversidade e às diferenças como algo positivo
- Respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas na perspectiva da multiculturalidade.
- Multiplicidade de diferentes linguagens: imagética, simbólica, verbal, musical e corporal.

Avaliação

- Monitoramento do processo de aprendizagem do educando
- Instrumentos variados de avaliação e autoavaliação
- Participação dos educandos no processo avaliativo
- Avaliação do trabalho dos educadores do Núcleo



- Acesso, compreensão e uso dos indicadores de avaliação do Projeto

Acesso e permanência dos educandos na escola

- a. Metodologia adequada para a educação popular de jovens, adultos e idosos
- b. Atenção aos educandos com alguma defasagem de aprendizagem
- c. Atenção às necessidades educativas da comunidade
- d. Atenção aos educandos que faltam
- e. Preocupação com o abandono e evasão

Promoção da saúde

- a. Orientação sobre alimentação saudável para os educandos
- b. Limpeza e salubridade
- c. Segurança
- d. Cuidados com a higiene e a saúde

Educação socioambiental e práticas eco pedagógicas

- a. Respeito às diversas formas de vida
- b. Práticas eco-pedagógicas
- c. Cuidado com as pessoas
- d. Preocupação com a sustentabilidade do planeta

Cooperação e envolvimento com as famílias e participação na rede de proteção social

- a. Respeito, acolhimento e envolvimento com as famílias dos educandos
- b. Participação do núcleo na rede de proteção aos direitos dos educandos

Gestão escolar democrática

- a. Democratização da informação e da gestão
- b. Parcerias locais e relacionamento do núcleo com os serviços públicos
- c. Participação efetiva de educandos, familiares e comunidade em geral nas decisões do núcleo.

Formação e condições de trabalho dos educadores do Núcleo

- a. Formação inicial e continuada
- b. Condições de trabalho condizentes com a Educação Popular
- c. Assiduidade dos educadores populares



Processos de alfabetização e letramento

- a. Atenção ao processo de alfabetização de cada educando
- b. Ampliação da capacidade de leitura e escrita dos educandos
- c. Acesso e aproveitamento dos espaços de leitura
- d. Acesso a diversos gêneros discursivos, de acordo com cada realidade
- e. Alfabetização matemática
- f. Ampliação dos conhecimentos matemáticos para o exercício da cidadania
- g. Abordagem interdisciplinar dos conteúdos de ensino
- h. Indissociabilidade entre os processos de alfabetização e letramento
- i. Entrelaçamento entre leituras da palavra e Leituras do Mundo
- j. Articulação entre os saberes dos educandos e os saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade
- k. Alfabetização e letramento na perspectiva da cidadania planetária.

A organização didática do conhecimento

Optamos pela organização sugerida pela Proposta Curricular – 1º Segmento – para a Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação e Cultura, elaborada pela Ação Educativa (2001): *Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza*.

A área de Língua Portuguesa está organizada em leitura, produção de texto e análise linguístico-discursiva, trabalhando-se com diferentes gêneros discursivos. Base alfabética, formação e decomposição de palavras. Os níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico, desenvolvidos nas pesquisas da educadora Emília Ferreiro também são considerados no desenvolvimento das atividades pedagógicas em cada sala de aula do Projeto MOVA-Brasil.

Na lógica bakhtiniana o homem age sobre o meio ao mesmo tempo em que sofre a influência desse meio, tendo a linguagem como elemento mediador e a história como “cenário” de realizações, sendo ela própria elemento e também produto dessa interação. A interação entre sujeitos e entre sujeito-objeto inseridos num determinado contexto sócio-histórico constitui-se em paradigma fundante de uma nova concepção de linguagem. É o próprio Bakhtin (1929) quem afirma: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. Entendemos a linguagem verbal como um processo de interação humana e a Matemática como linguagem.”



Consideramos fundamental desenvolver juntos aos educandos os seguintes blocos de conteúdo em cada uma das áreas do conhecimento supramencionada:

Matemática

- Números e operações numéricas
- Sistema monetário
- Pesos e medidas
- Noções de geometria
- Noções de estatística

Língua portuguesa

- Linguagem oral
- Sistema alfabético
- Trabalho com os níveis da alfabetização
- Ortografia, no contexto do texto.
- Pontuação, no contexto do texto.
- Análise linguístico-discursiva, no contexto do texto.
- Alguns gêneros discursivos, de acordo com a realidade das turmas.
- Leitura e produção de texto, de acordo com os gêneros trabalhados.
- Capacidades e procedimentos de leitura

Estudos da sociedade e da natureza

- O educador e o lugar de vivência
- O corpo humano e suas necessidades
- Cultura e diversidade cultural
- Os seres humanos e o meio ambiente
- As atividades produtivas e as relações sociais
- Cidadania e participação

(Baseado em BRASIL, 2001, p. 5-6)

Acreditamos que a abordagem desses blocos de conteúdo só faz sentido na perspectiva interdisciplinar ou, ainda mais coerente com os objetivos do Projeto MOVA-Brasil, numa perspectiva intertransdisciplinar, uma vez que o conhecimento e a realidade não são constituídos por fragmentos de conteúdos e sim por um rico processo de entrelaçamento desses conteúdos em forma de blocos, guardando entre si uma relação de interdependência. Salientamos ainda que a unidade significativa para o trabalho em sala de aula, mesmo com pessoas que ainda não são alfabetizadas, deve ser sempre o texto.

É importante ressaltar que há anos a educação trata desse conceito com o diálogo entre os educadores para construir uma relação entre os conteúdos. No entanto, ainda não se avançou na prática interdisciplinar, pois a mudança de postura e atitude exige a ruptura com velhas lógicas (FAZENDA, 2003). Apesar do tempo entre essa constatação e o momento atual, cerca de uma década, infelizmente, os avanços não foram muitos.

3.15 Diversidade étnico-racial

Direitos humanos e as relações étnico-raciais e de gênero

Gevanilda dos Santos

Maria José Pereira dos Santos

Mariana Galvão

Este artigo sobre a temática dos direitos humanos e as relações étnico-raciais pretende contribuir com o debate atual acerca do papel do Estado brasileiro na garantia dos direitos humanos a toda a população brasileira, notadamente àqueles grupos excluídos e destituídos de dignidade e cidadania. Nesse conjunto aparece, majoritariamente, a população negra e, como desdobramento, representando uma dupla exclusão, a mulher negra brasileira.

Aliados da participação nos espaços sociais (como o acesso à saúde, à justiça, à educação, à moradia, ao trabalho) necessitam, desde o fim da escravidão, há mais de um século, ser incluídos(as) como cidadãos(ãs) nas políticas do Estado brasileiro. Sendo o País que possui a segunda maior população negra fora do continente africano, e diante das políticas abertamente excludentes do governo republicano no período pós-escravidão, faz-se urgente a criação e a implementação de políticas públicas e privadas de reparação ou compensação histórica, voltadas à equiparação de condições entre brancos e não brancos.

A temática dos direitos humanos, à luz da releitura das relações étnico-raciais trazidas pelo Movimento Negro Brasileiro é um ingrediente importante para a compreensão de palavras e sentidos que explicam e



definem o “ser negro no Brasil”, bem como as desigualdades das relações entre os(as) brancos(as) e negros(as), ou a ideologia do branqueamento escamoteada pela aferição do quesito “raça/cor” utilizado para definir o pertencimento étnico-racial da população brasileira a partir da reunião das categorias de pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A expressão “questão racial”, o conceito de racismo ou a palavra “raça” passaram por ressignificações que explicam a construção ideológica da hierarquia entre os grupos étnicos nacionais, com vantagem e valorização para os brancos em detrimento dos grupos étnicos negros e indígenas.

É inovador nesse debate relacionar direitos humanos, desenvolvimento educacional e relações de gênero e raça. Este novo olhar reunirá aspectos diferentes da vida dos negros, mulheres e jovens, como Marcos Referenciais de indicadores sociais para o Estado brasileiro desenvolver políticas públicas na perspectiva da promoção e da garantia dos direitos humanos.

Pensar os direitos humanos sob o prisma da população negra significa, sobretudo, inclusão social. A inclusão/exclusão social, dentre outros aspectos, diz respeito à noção de pertencimento, sentir-se parte da comunidade, da escola, da cidade, do País. Ser sujeito de sua própria história: participando, criando, transformando. Sentir-se sujeito, com vontade de participar, de contribuir, de mudar.

O grupo de rap nacional Racionais MC's, na música *Fim de semana no parque*, denuncia a situação da juventude na periferia de São Paulo, exposta à violência, ao uso e abuso de drogas, à desigualdade social, ao não acesso aos bens e serviços e, sobretudo, ao sentimento de exclusão.

Chegou fim de semana todos querem diversão...

Olha o meu povo nas favelas e vai perceber

Daqui eu vejo uma caranga do ano, toda equipada,

E um tiozinho guiando, com seus filhos ao lado,

Estão indo ao parque...

Olha só aquele clube que da hora,

Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora...



Ele apenas sonha através do muro...

Polícia, a morte, polícia, socorro

Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo

Pra molecada frequentar, nenhum incentivo

O investimento em lazer é muito escasso...

Famílias destruídas, fins de semana trágicos...

Toda esta juventude sofre com a vulnerabilidade social decorrente da distribuição de renda extremamente desigual e do acesso restrito aos bens e consumos; com a vulnerabilidade institucional, na medida em que a escola, os órgãos e equipamentos culturais, de segurança pública e a mídia não promovem o desenvolvimento pessoal, social e cultural de crianças, adolescentes e adultos não brancos. Normalmente, além da vulnerabilidade social e institucional, há uma inter-relação com a vulnerabilidade individual que fragiliza e compromete o indivíduo em sua capacidade de ter projetos de felicidade em meio a este contexto.

Munanga (2009) nos faz perceber a violência gerada pelo enfraquecimento da identidade negra em nossa sociedade, situação que impacta diretamente na produção de sentidos sobre o “eu”, o “outro” e os espaços que estes ocupam. Neste sentido, o racismo e a interiorização do sentimento de inferioridade são estratégias de manutenção da estrutura excludente.

[...] se, cientificamente, a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente, esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (MUNANGA, 2009, p. 17).



Esse mesmo autor nos atenta, por outro lado, que são a memória e a história as categorias responsáveis pela reconstrução e fortalecimento da identidade negra, de sua *negritude*:

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de ser negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro (MUNANGA, 2009, p. 53).

Cabe ao Estado reconhecer a diferença de condições entre brancos e não brancos – traduzida em termos de desigualdade – e avaliar o ponto de vista destas vulnerabilidades para instituir políticas públicas que as combatam, na área da educação, da saúde, da justiça, dentre outras.

Um parâmetro orientador deste tipo de política é o que propõe Sposati (2001) na construção do mapa de exclusão/inclusão social. Ela estabeleceu sete referenciais de inclusão, fundamentais na garantia dos direitos humanos para a população brasileira, e em especial a população negra, quais sejam: a) a autonomia; b) a qualidade de vida; c) o desenvolvimento humano; d) a equidade; e) a cidadania; f) a democracia; g) a felicidade.

Direitos humanos e os conceitos de igualdade e diferença

No intuito de enriquecer o debate sobre as relações étnico-raciais no contexto dos direitos humanos, é importante refletirmos sobre a origem desse conceito no contexto pós 2ª Grande Guerra e o que alguns autores, como Bobbio (1992), Candau (1994) denominam de “problemática da igualdade e dos direitos humanos”.

O que a autora nos alerta é o fato de os direitos humanos terem surgido pela primeira vez num contexto de luta por liberdade, em pleno iluminismo do século XVIII. O que caracteriza esse momento, denominado como *primeira geração dos direitos* é a consolidação dos direitos individuais (civis e políticos), coroando a noção de propriedade privada e o processo de desenvolvimento da economia industrial sem garantias para os trabalhadores, mulheres e os afrodescendentes.

O momento histórico posteriormente vivido enfoca a necessidade de os Estados serem reorientados à proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais – a *segunda geração dos direitos* –, uma vez que a experiência do capitalismo e da escravidão produziu, como vítimas, trabalhadores(as) em todo o mundo e

trouxe consigo a necessidade de serem estabelecidos direitos voltados à saúde, à moradia, ao trabalho digno etc.

A explosão dos movimentos identitários em meados do século 20 (movimento negro, de mulheres, imigrantes, indígenas e outros grupos étnicos), por sua vez, desencadeou uma nova virada no conceito de direitos humanos, comprometida com o direito dos povos, ampliando a concepção dos direitos coletivos voltados à valorização dos diferentes grupos humanos, tais como o direito à titularidade coletiva (por exemplo, as terras indígenas e quilombolas), o direito à paz, a um ambiente preservado, dentre outros, também chamados de *direitos difusos*, uma vez que ultrapassam a esfera individual e coletiva, tornando-se um direito “mundializado”.

Sob a égide do direito à igualdade, combinando tanto o discurso liberal da primeira geração dos direitos humanos quanto o discurso social, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz um alerta ao contexto do nazismo e à expansão do racismo, exacerbado pela noção de inferioridade étnica, raiz do genocídio antissemita e em relação aos afrodescendentes e demais povos não brancos.

Assim, atualmente, muitos autores, dentre eles, Henriques (1994), Pierucci (1998) e Candau (2008) têm se detido na reflexão sobre o direito à diferença ou, como afirmam alguns, sobre “a igualdade na diferença”.

Em outras palavras, a primeira fase dos direitos trazia a ideia de proteção geral a um ser humano também “genérico”, uma igualdade meramente formal; por sua vez, a partir da segunda fase dos direitos, o foco é dado não mais à igualdade de oportunidades (por exemplo, “todos são iguais perante a lei”), mas à igualdade de condições, evidenciando a real situação dos sujeitos e, conseqüentemente, reconhecendo as desigualdades vivenciadas pelos grupos humanos.

O Brasil é um País de grande dimensão territorial e com enorme diversidade cultural, características que encobrem as desigualdades de raça, gênero e classe que imbricam no empobrecimento da população negra, na discriminação racial sofrida por esses sujeitos em espaços ditos “universais”, como a educação, a saúde, o acesso à justiça e o mercado de trabalho e, finalmente, na invisibilidade da mulher negra em vários espaços sociais.

Esses pilares da desigualdade racial no Brasil se estruturaram historicamente a partir de três grandes sistemas de opressão: o colonialismo, o racismo e o patriarcalismo, que geraram a condição de pobreza, o racismo e o machismo (SAFFIOTI, 2004):

Os três comportamentos sociais discriminatórios impuseram um tipo de violência social que degrada a qualidade de vida da população negra: a violência que discrimina e desvaloriza a mulher, a violência gerada

pelo preconceito contra crianças, jovens e adultos negros(as) que os estigmatiza e produz a imagem de inferioridade, o que, por sua vez, afeta sua autoestima, enfraquece e desconfigura a identidade negra. Outro tipo de violência é aquele oriundo da extrema pobreza que, no Brasil, impede a ascensão social da população negra, especialmente, da mulher negra.

Diante desse quadro de desigualdade e ausência de direitos, é necessária a criação de dispositivos jurídicos para alcançar a igualdade material para certos grupos humanos, especialmente àqueles mais atingidos pelas desigualdades e opressões da sociedade neoliberal. Para assegurar a igualdade material, é necessário estabelecer um tratamento diferenciado para promoção das condições de igualdade de fato.

É nesse contexto que pretendemos inserir o debate sobre as políticas públicas de *ações afirmativas* e direitos humanos, a partir da consideração de que o princípio de igualdade é uma meta a ser alcançada numa sociedade totalmente marcada pela herança da escravidão ou, em outras palavras, que uma parcela significativa da população brasileira ainda sofre com as desigualdades raciais, de gênero e classe.

Segundo a Constituição brasileira, o Estado brasileiro deve se comprometer com a equidade de todos(as), acrescida a necessidade de reconhecimento de suas diferenças intrínsecas. No processo de efetivação de uma sociedade verdadeiramente democrática e cidadã, é essencial o comprometimento do Estado com a equidade de oportunidades entre brancos(as) e não brancos(as), entre homens e mulheres.

[...] a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias (ROCHA apud GOMES, 2005, p. 54).

A situação da mulher negra brasileira

A condição da discriminação por ser mulher e negra e a condição de pobreza reúnem aspectos significativos da desigualdade no Brasil.

Nas últimas décadas, os movimentos sociais, tais como o Movimento Negro, Movimento Feminista e em defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), trouxeram grande contribuição sociocultural para o aumento do respeito à diversidade cultural e a defesa do direito à diferença. Em especial, o Movimento Negro orientou o fortalecimento identitário da população negra a assumir sua afro descendência e a desmistificar a farsa da democracia racial brasileira (SANTOS, 2009, p. 47-56):

Essa mudança repercutiu em vários organismos da sociedade civil que dão início a um processo de reeducação das relações sociais entre a população negra, indígena e branca. A mentalidade preconceituosa, discriminatória ou de naturalização da ideia de inferioridade de negros, indígenas e mulheres na escola, no trabalho, na família, no sindicato, na igreja, nos partidos políticos, nas universidades e nos governos, pouco a pouco cede lugar ao debate das desigualdades entre aqueles grupos sociais.

Os órgãos de pesquisa, de coleta de opinião e informação, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são órgãos públicos que incorporam e analisam o item cor/raça e já apresentam novos dados que comprovam a realidade da discriminação racial no Brasil. Novos estudos acadêmicos da linha de pesquisa antirracista contribuíram com novas informações e estatísticas e foram capazes de quantificar o quadro das discriminações de gênero e raça, o que implicou na revisão e reinterpretação de conceitos, de indicadores sociais e da legislação.

Este conjunto de mudanças de mentalidade acabou contribuindo para o surgimento de uma nova consciência e assunção do racismo.

O mais importante é que este fato influenciou o comportamento de professores(as), alunos(as), familiares, lideranças sociais e políticas a compartilhar a preocupação de eliminar o racismo e todas as formas de intolerância. Tal novidade, ainda que imperceptível na grande mídia de comunicação de massa, já pode ser vista; é visível na criminalização do racismo, na atenção ao conteúdo racista de livros didáticos e demais livros de literatura brasileira, em passeatas, no feriado do dia 20 de Novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”. As conferências nacionais e internacionais, como a Conferência de Durban (2001) contra o preconceito, racismo e todas as formas de intolerância correlatas, os órgãos de governo brasileiro, como a Fundação Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2007, que tornam obrigatório o ensino de História da África, Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas escolas brasileiras, públicas e particulares e o Estatuto da Igualdade Racial, são exemplos de mudanças já ocorridas que atestam a caminhada do movimento negro no sentido de reivindicar a inclusão social, econômica e cultural da população negra.

Em se tratando de percepção da situação da mulher na sociedade contemporânea, há bastante progresso na aceitação do novo papel da mulher na sociedade. Na última década, observamos dados de pesquisa de opinião que apontam uma melhoria na percepção de gênero entre as brasileiras. Subiu de 65% para 74% o número das brasileiras que percebem melhoria na “situação das mulheres” em comparação com a percepção de uns vinte ou trinta anos atrás. Cerca de duas em cada três mulheres (63%) elencam espontaneamente razões referidas ao mundo público para definir “como é ser mulher hoje”, com destaque para maior liberdade e independência e para conquistas no mercado de trabalho, mas quase metade refere-se também aos papéis tradicionais de mãe-esposa e seus encargos sociais (43%).

Vejam os outros lados da moeda. Na mesma pesquisa, a percepção sobre “as piores coisas de ser mulher” são: subordinação aos homens decorrente do machismo (19%), desigualdades de gênero no mercado de trabalho (16%), violência doméstica (14%), falta de reconhecimento e ou apoio para a criação dos filhos (12%) e por fim decorrências biológicas da condição feminina, como menstruar e ter cólicas (12%).

Embora a pesquisa não tenha realizado um recorte étnico-racial, ou seja, os dados não foram coletados e analisados indagando separadamente a opinião de mulheres negras e brancas, podemos inferir que a percepção das mulheres sobre “as melhores coisas” da situação atual da mulher como a independência e participação no mercado de trabalho não diferem significativamente. Muito embora as mulheres negras tenham entrado no mercado de trabalho com muitas desvantagens, como a desqualificação para o mercado de trabalho, atributo de boa aparência mais relacionado ao padrão europeu e menos ao padrão africano, o assédio moral e a violência sexual no trabalho doméstico, a solidão afetiva e a chefia da família são atualmente relações sociais discriminatórias que mais afetam a qualidade de vida das mulheres negras.

Segundo Maria Regina Teodoro representante brasileira na 100ª Reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aconteceu em Genebra de 1 a 18 de junho de 2011, no Brasil, o trabalho doméstico formal representa 15,8% do total da ocupação feminina, cerca de sete milhões de mulheres, e a maioria das mulheres, cerca de 73,2% ainda está no trabalho informal, ou seja, não possui carteira assinada e, por isso não têm os direitos trabalhistas e previdenciários que a Constituição brasileira garante a todos(as) os(as) trabalhadores(as). Quanto ao salário, as mulheres sem carteira assinada recebem em média R\$ 303,00 e as trabalhadoras domésticas negras recebem R\$ 280,00, ou seja, 67,4% do salário mínimo.

O fato de as mulheres negras estarem no serviço doméstico é sinal de que o mercado de trabalho não abriu muitas oportunidades para essas mulheres. Quando as mulheres negras conseguem investir em educação, numa tentativa de mobilidade social, elas se concentram em empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.

Quando observamos a distribuição espacial da mulher negra no território nacional, os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo demonstram que a concentração de “mulheres e negros na área rural e nordestina é maior que a dos brancos, estes mais representados na área urbana das regiões sul e sudeste. Das mulheres negras, 20% estão na área rural e 80% na urbana, ao passo que, das mulheres brancas, 14% concentram-se na área rural e 86% na urbana”.

Sabemos que a mais alta taxa de analfabetismo dentre as regiões brasileiras está no Nordeste. Levando-se em conta que há desigualdades regionais que somam as desigualdades de gênero e raça, encontramos uma elevada concentração de analfabetismo das mulheres negras no Nordeste (SANTOS; SILVA, 2005, p. 64)

O quadro da educação segundo gênero e raça

Uma curiosidade na relação de gênero no campo educacional é que há ligeira vantagem da presença feminina em detrimento da masculina, porém esta vantagem não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho ou em maiores salários, como podemos observar o quadro das desigualdades das raciais traçado pelo IPEA.

[...] “as diferenças raciais são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Com base nos dados apresentados, podemos concluir que o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso País, mas significativamente mais limitado para a população negra e que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

A presença do racismo, machismo e de todas as formas de intolerância evidencia cada vez mais que a escola precisa refletir sobre os preconceitos da sociedade que reproduz. O ambiente escolar, assim como os currículos e os livros didáticos, tem forte influência nas aspirações educacionais e profissionais de meninos e meninas, de brancos, negros ou indígenas. Por isso, uma das políticas mais significativas implementadas pelo governo brasileiro diz respeito ao desafio, no campo educacional, de trazer à tona a

história de africanos(as) e afro-brasileiros(as), contadas por eles(as) mesmos(as), sujeitos da história, o que seria elemento fundamental para o restabelecimento e fortalecimento da identidade negra.

A desvalorização da imagem da mulher negra no ambiente escolar reforça o preconceito e a baixa estima, que em muitos casos inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida. A escola não pode mais reproduzir a percepção negativa que a sociedade tem sobre o papel do negro na sociedade e não desmistificar a ideologia de acomodação das desigualdades de qualquer natureza.

O papel da escola é o de provocar a reflexão, o diálogo e a crítica, capaz de reeducar as relações sociais para o combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de preconceito, e contribuir com mudanças comportamentais, cognitivas e psíquicas de respeito ao outro, valorização da diversidade, estímulo ao ecumenismo e solidariedade.

Eliminando as desigualdades de gênero, raça e classe: promovendo a igualdade.

A necessidade de, hoje, o Estado brasileiro instituir as políticas compensatórias em relação à população negra e indígena se justifica pelo descompromisso do governo brasileiro em incluí-los e até hoje a marca da desigualdade afeta negativamente esses grupos humanos.

O governo republicano não teve o propósito de promover a cidadania dos ex-escravos e de seus descendentes nem de reverter a intolerância étnica, o racismo e as desigualdades raciais herdadas do sistema escravista. Ao contrário, no final do século 19, o Estado brasileiro, em meio aos esforços de construção de uma identidade nacional, incorporou mecanismos informais e simbólicos de discriminação, fundados nas teses de racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos, e concretizados em políticas de atração de imigrantes europeus e em barreiras aos negros no nascente mercado de trabalho urbano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

É importante ressaltar que é necessário integrar as chamadas políticas focalizadas e temporárias (voltadas à reparação de injustiças históricas contra grupos humanos) às políticas universalistas, que promovem direitos a todos(as), sem distinção. Assim, por exemplo, é fundamental fortalecer a luta por uma educação de qualidade para todos (as), somada à efetivação das legislações voltadas à valorização, no espaço escolar, da contribuição de diferentes povos na construção da nação, uma forma de política compensatória.

Atualmente, a adoção das políticas públicas de ação afirmativa se concentra principalmente em duas áreas: educação e acesso ao trabalho e à renda; uma vez que é principalmente nessas áreas que a população negra se encontra em pior situação. As políticas de cotas para ingresso em universidades e acesso ao serviço público – porcentagem de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as) e/ou indígenas – são uma experiência pioneira no processo de democratização da educação e do trabalho. Porém, este modelo de política pública aguarda aprovação no congresso nacional, local onde atualmente há mais controvérsia e oposição, devido às distorções promovidas pela mídia brasileira. Exemplos de distorções promovidas pelos meios de comunicação brasileiros são muito comuns quando o foco é a promoção dos direitos às populações marginalizadas, fato que denuncia a fragilidade desses grupos frente à opressão neoliberal, ocidental, branca e machista.

Os relatórios das Conferências Nacionais de Educação realizadas nos anos de 2007 e 2009 apresentam inúmeras indicações para a democratização do acesso e permanência da população negra na escola, desde o ensino infantil até o ensino superior, além das inúmeras sugestões para a revisão dos conteúdos e adequação da formação dos professores necessária ao cumprimento da alteração da LDB imposta pelas leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

A política de melhoria do quadro educacional brasileiro, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2007), tem como meta principal a construção de uma educação básica de qualidade, cujo foco está na melhoria do quadro profissional, administrativo e curricular, porém o PDE não faz referência às desigualdades de gênero e raça.

Na educação superior, o PDE enfatiza os problemas da qualidade do ensino superior na relação com a expansão de vagas, desigualdades regionais e exclusão econômica dos jovens, porém não incorpora o debate do acesso de jovens negros e negras ao ensino superior e não há referência nenhuma das 37 experiências pioneiras e exitosas de políticas de ação afirmativa seja no ensino superior de âmbito estadual ou federal.

Conclusão

A implantação de política pública com recorte de gênero e raça é um debate importante e urgente no âmbito da sociedade civil, que poderá orientar a ação democrática dos governos e a garantia dos direitos humanos a toda população brasileira. Na educação, por exemplo, é importante que os ministérios da Educação e da Cultura criem linhas de financiamento para atividades que envolvam, de forma acolhedora, professores, mestres, doutores, educadores sociais, arte-educadores, dispostos a atuar numa linha de

programas, projetos e atividades que visem à eliminação das desigualdades de gênero, raça e classe, bem como é fundamental que se invista massivamente na qualificação de professores, valorização do profissional em sala de aula, reestruturação das grades curriculares no ensino fundamental e médio de acordo com as leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/2007. Na área da educação e saúde é importante a orientação e a prevenção ao uso de drogas, em parceria com o Ministério Saúde/Secretaria Nacional de Drogas (Secad).

Na área da segurança e direitos humanos, é importante a proteção aos jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente aqueles que têm direta ou indiretamente qualquer relação com o “tráfico de drogas ou estão em cumprimento de medidas sócio-educativas”.

De uma forma geral, é fundamental ampliar o debate, investimentos e metodologias capazes de inter-relacionar a educação em direitos humanos com o foco no gênero e raça.

Referências

AYRES, J. R. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e Aids entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, D.; SANTOS, N. L. (Org.). *Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/Aids*. São Paulo: FDE, 1996. (Ideias, 29).

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAMPOS, A. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.

CANDAU, V. M. et al. *Direitos Humanos e educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Novamérica, 1994.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa de opinião pública “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”*. São Paulo: FPA/Sesc, 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaoperseuabramo.org>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

HENRIQUES, F. *Igualdade e diferença*. Porto: Porto, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Igualdade racial*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/11_igualdaderacial.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2011a.

_____. *Pesquisa Retrato das Desigualdades*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa Retrato das Desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa%20Retrato%20das%20Desigualdades.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2011b.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano – racismo, pobreza e violência*. Brasília, DF: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Edições 34, 1998.

ROCHA, C. L. A. Ação Afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica, 1996. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, G. G.; SILVA, M. P. da (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, M. J. P. Adolescentes negros: o significado da escolha do parceiro afetivo e sexual. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 65-89.

SANTOS, G. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, Summus, 2009.

SPOSATI, A. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

3.16 Declaração Mundial sobre Educação para Todos

Educação para todos: objetivos

Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada País e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.



2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. São nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os Países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

Educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado

Artigo 2. Expandir o enfoque

1. Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.

2. Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:

- universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- concentrar a atenção na aprendizagem;
- ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- fortalecer alianças.

3. A concretização do enorme potencial para o progresso humano depende do acesso das pessoas à educação e da articulação entre o crescente conjunto de conhecimentos relevantes com os novos meios de difusão desses conhecimentos.

Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

2. Para que a educação básica se torne equitativa, é *mister* oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.

3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua; os trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais, os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem

1. A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula dos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são

particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

Artigo 5. Ampliar os meios de e o raio de ação da educação básica

A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes elementos:

- A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado.

O principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a escola fundamental. A educação fundamental deve ser universal, garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, e levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade. Programas complementares

- alternativos podem ajudar a satisfazer as necessidades de aprendizagem das crianças cujo acesso à escolaridade formal é limitado ou inexistente, desde que observem os mesmos padrões de aprendizagem adotados na escola e disponham de apoio adequado.

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como: saúde, nutrição, população, técnicas.

- agrícolas, meio ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar – incluindo-se aí a questão da natalidade – e outros problemas sociais.

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos

- tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos.

Estes componentes devem constituir um sistema integrado – complementar, interativo e de padrões comparáveis – e deve contribuir para criar e desenvolver possibilidades de aprendizagem por toda a vida.

Artigo 6. *Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem*

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração.

Artigo 7. *Fortalecer as alianças*

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Neste contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os Países signatários da Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente OIT/Unesco (1966). Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a “um enfoque abrangente e a um compromisso renovado”, incluímos as alianças como parte fundamental.

Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio

1. Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e

de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade.

2. A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo.

Artigo 9. Mobilizar os recursos

1. Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um País.

2. Um apoio mais amplo por parte do setor público significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento humano, mediante o aumento em valores absolutos e relativos, das dotações orçamentárias aos serviços de educação básica. Significa, também, reconhecer a existência de demandas concorrentes que pesam sobre os recursos nacionais, e que, embora a educação seja um setor importante, não é o único. Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre setores, como por exemplo, uma transferência de fundos dos gastos militares para a educação. Acima de tudo, é necessário uma proteção especial para a educação básica nos

Países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico.

Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional e relações econômicas honestas e equitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. Todas as nações têm valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.

Será necessário um aumento substancial, a longo prazo, dos recursos destinados à educação básica. A comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições intergovernamentais, tem a responsabilidade urgente de atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta da educação para todos. Este esforço implicará, necessariamente, a adoção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos Países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem. Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos Países em desenvolvimento de responder efetivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida.

As necessidades básicas de aprendizagem dos adultos e das crianças devem ser atendidas onde quer que existam. Os Países menos desenvolvidos e com baixa renda apresentam necessidades especiais que exigirão atenção prioritária no quadro da cooperação internacional à educação básica, nos anos 90.

Todas as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas, pôr fim às ocupações militares e assentar populações deslocadas ou facilitar seu retorno a seus Países de origem, bem como garantir o atendimento de suas necessidades básicas de aprendizagem. Só um ambiente estável e pacífico pode criar condições para que todos os seres humanos, crianças e adultos, venham a beneficiar-se das propostas desta declaração.

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reafirmamos o direito de todos à educação. Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva – assegurar educação para todos.

Comprometemo-nos em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento.

As necessidades básicas de aprendizagem para todos podem e devem ser satisfeitas. Não há modo mais significativo do que este para iniciar o Ano Internacional da Alfabetização e avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (1983-1992), Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher, e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Nunca antes uma época foi tão propícia à realização do nosso compromisso em proporcionar oportunidades básicas de aprendizagem a todos os povos do mundo.

Adotamos, portanto, esta Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, e aprovamos o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos nesta Declaração.

3.17. Marco de Ação de Belém

Aproveitando o poder e o potencial da aprendizagem e educação de adultos para um futuro viável

Nós, os 144 Estados-Membros da Unesco, representantes de organizações da sociedade civil, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, organismos intergovernamentais e do setor privado, nos reunimos em Belém do Pará, no Brasil, em dezembro de 2009, como participantes da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea VI) para fazer um balanço dos avanços alcançados na aprendizagem e educação de adultos desde a Confintea V. A educação de adultos é reconhecida como um componente essencial do direito à educação, e precisamos traçar um novo curso de ação urgente para que todos os jovens e adultos possam exercer esse direito.

Reiteramos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos conforme estabelecido nas cinco Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confintea I-V) desde 1949, e unanimemente comprometer-nos a promover, com urgência e em ritmo acelerado, a agenda da aprendizagem e da educação de adultos.

Apoiamos a definição de educação de adultos, inicialmente estabelecida na Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos adotada em Nairóbi em 1976 e aprofundada na Declaração de Hamburgo em 1997, qual seja, a educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade.

Afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos. Diante da dimensão do desafio da alfabetização global, consideramos fundamental redobrar nossos esforços para garantir que as prioridades e os objetivos de alfabetização de adultos já existentes, conforme consagrados na Educação para Todos (EPT), na Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*United Nations Literacy Decade*, em inglês) e na Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (*Literacy Initiative for Empowerment*, em inglês), sejam alcançados por todos os meios possíveis.

A educação de jovens e adultos permite que indivíduos, especialmente as mulheres, possam enfrentar múltiplas crises sociais, econômicas e políticas, além de mudanças climáticas. Portanto, reconhecemos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), da Educação para Todos (EPT) e da agenda das Nações Unidas pelo desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental sustentável, incluindo a igualdade de gênero (CEDAW e a Plataforma de Ação de Pequim).

Por isso, adotamos este Marco de Ação de Belém para nortear o aproveitamento do poder e do potencial da aprendizagem e educação de adultos na busca de um futuro viável para todos.

Rumo à aprendizagem ao longo da vida

O papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental para resolver questões globais e desafios educacionais. Aprendizagem ao longo da vida, “do berço ao túmulo”, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento.

Reafirmamos os quatro pilares da aprendizagem, como recomendado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros.

Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal.

Aprendizagem e educação de adultos atendem às necessidades de aprendizagem de adultos e de idosos. Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada País.

Estamos convencidos e inspirados pelo papel fundamental da aprendizagem ao longo da vida na abordagem de questões e desafios globais e educacionais. Além disso, estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos.

Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento.

Recomendações

Apesar de reconhecermos nossas conquistas e avanços desde a Confinte V, estamos cientes dos desafios com que ainda somos confrontados. Reconhecendo que o exercício do direito à educação de jovens e adultos é condicionado por aspectos políticos, de governança, de financiamento, de participação, de inclusão, equidade e qualidade, conforme descrito na Declaração de Evidência anexa, estamos determinados a seguir as recomendações abaixo. Os desafios específicos enfrentados pela alfabetização nos levam a priorizar a alfabetização de adultos.

Alfabetização de adultos

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente

do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

Dada à persistência e a escala do desafio da alfabetização, e o desperdício concomitante de recursos e potencial humanos, é imperativo que redobremos os esforços para reduzir os níveis de analfabetismo do ano 2000 em 50% até 2015 (EPT Objetivo 4 e outros compromissos internacionais), com o objetivo central de prevenir e romper o ciclo da baixa escolaridade e criar um mundo plenamente alfabetizado.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) assegurar que todas as pesquisas e levantamentos de dados reconheçam a alfabetização como um *continuum*;
- (b) desenvolver um roteiro com objetivos claros e prazos para enfrentar esse desafio com base em avaliações críticas dos avanços alcançados, dos obstáculos enfrentados e dos pontos fracos identificados;
- (c) aumentar a mobilização de recursos internos e externos e conhecimentos para realizar programas de alfabetização com maior escala, alcance, cobertura e qualidade promovendo processos integrais e de médio prazo, para garantir que as pessoas alcancem uma alfabetização sustentável;
- (d) desenvolver uma oferta de alfabetização relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes, empoderando-os para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo seu desempenho reconhecido por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;
- (e) concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;
- (f) estabelecer indicadores e metas internacionais para a alfabetização;
- (h) planejar e implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências para além das habilidades básicas de alfabetização, com o apoio de um ambiente letrado enriquecido.

Políticas

Políticas e medidas legislativas para a educação de adultos precisam ser abrangentes, inclusivas e integradas na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com base em abordagens setoriais e intersetoriais, abrangendo e articulando todos os componentes da aprendizagem e da educação.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) desenvolver e implementar políticas que contem com pleno financiamento, planos bem focados e legislação para garantir a alfabetização de adultos, a educação de jovens e adultos e aprendizagem ao longo da vida;
- (b) conceber planos de ação específicos e concretos para aprendizagem e educação de adultos, integrados aos ODMs, à EPT e à UNLD, bem como a outros planos de desenvolvimento nacional e regional, e às atividades da LIFE onde estão sendo implementadas;
- (c) garantir que aprendizagem e educação de adultos sejam incluídas na iniciativa das Nações Unidas *Delivering as One*;
- (d) estabelecer mecanismos de coordenação adequados, como comitês de monitoramento envolvendo todos os parceiros engajados na área de aprendizagem e educação de adultos;
- (e) desenvolver ou melhorar estruturas e mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem, pela criação de referenciais de equivalência.

Governança

A boa governança facilita a implementação da política de aprendizagem e educação de adultos de forma eficaz, transparente, responsável e justa. A representação e a participação de todos os parceiros são indispensáveis para garantir a capacidade de resposta às necessidades de todos os educandos, principalmente dos mais vulneráveis.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) criar e manter mecanismos para envolvimento de autoridades públicas em todos os níveis administrativos, de organizações da sociedade civil, de parceiros sociais, do setor privado, da comunidade e organizações de educandos adultos e de educadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas de aprendizagem e educação de adultos;
- (b) empreender indicadores de formação para apoiar a participação construtiva e informada de organizações da sociedade civil, da comunidade e de organizações de educandos adultos, conforme o caso, no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas;
- (c) promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial;
- (d) promover a cooperação transnacional, por meio de projetos e redes de compartilhamento de conhecimentos e práticas inovadoras.

Financiamento

Aprendizagem e educação de adultos representam um investimento valioso que resulta em benefícios sociais por criar sociedades mais democráticas, pacíficas, inclusivas, produtivas, saudáveis e sustentáveis.

É necessário um investimento financeiro significativo para garantir a oferta de aprendizagem e educação de adultos de qualidade.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) acelerar o cumprimento da recomendação da Confintea V de buscar investimentos de no mínimo 6% do PIB em educação, e buscar trabalhar pelo incremento de recursos na aprendizagem e educação de adultos;
- (b) expandir os recursos educacionais e orçamentos em todos os setores governamentais para cumprir os objetivos de uma estratégia integrada de aprendizagem e educação de adultos;
- (c) considerar novos programas transnacionais de financiamento para a alfabetização e educação de adultos, além de ampliar os existentes, à semelhança de ações realizadas no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia;
- (d) criar incentivos para promover novas fontes de financiamento, por exemplo, do setor privado, de ONGs, comunidades e indivíduos, sem prejuízo aos princípios da equidade e da inclusão;
- (e) priorizar investimentos na aprendizagem ao longo da vida para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiência. Em apoio a essas estratégias,
- (f) cumprir seu compromisso de preencher lacunas financeiras que impedem a consecução de todos os objetivos da EPT, em particular os Objetivos 3 e 4 (aprendizagem de jovens e adultos, alfabetização de adultos);
- (g) aumentar os recursos financeiros e o apoio técnico para a alfabetização, aprendizagem e educação de adultos, e explorar a viabilidade da utilização de mecanismos alternativos de financiamento, tais como troca ou cancelamento de dívida;
- (h) exigir que os planos setoriais de educação submetidos à Iniciativa de Via Rápida (*Fast Track Initiative*, em inglês) incluam ações confiáveis e investimentos na alfabetização de adultos.

Participação, inclusão e equidade

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) promover e facilitar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos, reforçando a cultura de aprendizagem e eliminando barreiras à participação;

- (b) promover e apoiar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos por meio de orientações e informações bem elaboradas e direcionadas, bem como atividades e programas como as Semanas de Educandos Adultos e Festivais de Aprendizagem;
- (c) prever e atender grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas, especialmente no início da idade adulta;
- (d) criar espaços e centros comunitários multiuso de aprendizagem e melhorar o acesso e a participação em toda a gama de programas de aprendizagem e educação de adultos voltados para mulheres, levando em conta necessidades de gênero específicas ao longo da vida;
- (e) apoiar o desenvolvimento da escrita e da leitura em várias línguas indígenas, desenvolvendo programas, métodos e materiais que reconheçam e valorizem a cultura, conhecimentos e metodologias indígenas, desenvolvendo ao mesmo tempo, e adequadamente, o ensino da segunda língua para comunicação mais ampla;
- (f) apoiar financeiramente, com foco sistemático, grupos desfavorecidos (por exemplo, povos indígenas, migrantes, pessoas com necessidades especiais e pessoas que vivem em áreas rurais), em todas as políticas e abordagens educacionais, o que pode incluir programas oferecidos gratuitamente ou subsidiados pelos governos, com incentivos para a aprendizagem, como bolsas de estudo, dispensa de mensalidades e licença remunerada para estudos;
- (g) oferecer educação de adultos nas prisões, apropriada para todos os níveis;
- (h) adotar uma abordagem holística e integrada, incluindo mecanismos para identificar parceiros e responsabilidades do Estado em relação a organizações da sociedade civil, representantes do mercado de trabalho, educandos e educadores;
- (i) desenvolver respostas educacionais efetivas para migrantes e refugiados como foco central ao trabalho de desenvolvimento.

Qualidade

A qualidade na aprendizagem e educação é um conceito e uma prática holística, multidimensional e que exige atenção constante e contínuo desenvolvimento. Promover uma cultura de qualidade na aprendizagem de adultos exige conteúdos e meios de implementação relevantes, avaliação de necessidades centrada no educando, aquisição de múltiplas competências e conhecimentos, profissionalização dos educadores, enriquecimento dos ambientes de aprendizagem e empoderamento de indivíduos e comunidades.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) desenvolver critérios de qualidade para os currículos, materiais de aprendizagem e metodologias de ensino em programas de educação de adultos, levando em conta os resultados e as medidas de impacto;

NT: Não há em Português uma palavra equivalente ao termo inglês *accountability*, que significa uma mescla de responsabilização, transparência e prestação de contas.

(b) reconhecer a diversidade e a pluralidade dos prestadores de serviços educacionais;

(c) melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos, por exemplo, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, associações de professores e organizações da sociedade civil;

(d) elaborar critérios para avaliar os resultados da aprendizagem de adultos em diversos níveis;

(e) implantar indicadores de qualidade precisos;

(f) oferecer maior apoio à pesquisa interdisciplinar sistemática na aprendizagem e educação de adultos, complementada por sistemas de gestão de conhecimento para coleta, análise e disseminação de dados e boas práticas.

Referências

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Metodologia Mova*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 2).

_____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira; STANGHERLIM, Roberta. *Economia Solidária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 4).

ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). (1929/1992) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Líber, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *A Educação como Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



_____; FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutiléa. *Princípios Curriculares Orientadores para a EJA*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Receja, Caderno 2).

BRASIL. *Estatuto do idoso*: Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. MEC/ACÃO EDUCATIVA. Educação de Jovens e Adultos - Proposta Curricular para 1º Segmento do Ensino Fundamental. São Paulo/Brasília. 2001.

CARDOSO, M. L. Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978

CEMBALISTA, Sílvia; FEITOSA, Sônia Couto Souza. *Conviver, respeitar e valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber livros, 2011.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. *Revista de Cultura da Universidade do Recife*. No 4; Abril-Junho, 1963. _____. *Ação Cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Leitura).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.



_____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

_____; TORRES, Carlos Alberto. *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.

GALVÃO, Mariana; PADILHA, Paulo Roberto; LEITE, Rosângela. *Diversidade e Direitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 5).

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz Rojas. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 1999.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. *Educação Popular*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 3).

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a. v. 2. p. 203-234.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b. v. 3. p. 208-210.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNCK, Alexandre; MONTEZANO, Daniel; SILVA, Sandra Pereira da. *Gestão Compartilhada*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 6).

MUSSALIN, F. & BENTES, A. C.(Orgs) *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo, Cortez, p 355.

NASCIMENTO, Luiz Marine José do; DA SILVA, Rodrigo Costa (Org.). *Alfabetização inicial de jovens, adultos e idosos: a ousadia de fazer e o dever de mostrar*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda Barreto (Org.). *Pesquisa em Educação: Métodos, temas e Linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OSASCO. Secretaria Municipal de Educação. *Diversidade, Inclusão e Avaliação: Perspectivas para a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Instituto Paulo

Freire, 2011.

PADILHA, Paulo; FAVARÃO, Maria; MORRIS, Erick; MARINE, Luiz (Org.). *Educação para a cidadania planetária: Currículo Intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre a educação de adultos*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Alessandra Rodrigues de; NASCIMENTO, Luiz Marine do. *Educação de Adultos*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 1).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TELLES, Sílvia. *Paulo Freire e o Projeto Mova-SP*. Disponível em: <[http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire\(a\)rtigos/Silvia_Telles.htm](http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire(a)rtigos/Silvia_Telles.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990.

VYGOTSKY, L. S. (1934/1991) *A Formação Social da Mente*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: Educação Popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Site da internet:

<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>



4 – SISTEMATIZAÇÕES DOS DADOS DA Leitura do Mundo

O processo de Leitura do Mundo nesta 6ª etapa foi realizado pelos 08 Núcleos que compõem o Polo Amazonas. Durante os meses de abril, maio e junho através da saída a campo foram identificadas as situações significativas para cada turma como a questão ambiental que se destacou muito já que nos encontramos no seio da Amazônia. A poluição dos rios, queimadas, desmatamentos foram assuntos que chamaram a atenção de nossos educandos, bem como segurança, saúde, transporte público, infraestrutura, temas identificados e problematizados pelas turmas sempre buscando alcançar a situação mais agradável a todos.

A definição destes temas se deu durante a realização das festas comunitárias cidadãs onde as turmas se reuniram junto à comunidade, e com a participação de algumas autoridades como vereadores, prefeitos, secretários municipais, médicos, falaram e questionaram quanto as suas realidades vividas, e juntas definiram aqueles temas mais significantes de acordo com a Leitura do Mundo realizada, e durante as festas cidadãs mais uma vez um tema se destacou entre os demais, a questão ambiental na Amazônia, pesou bastante e como todos estão inseridos nesta realidade a discussão fluiu com maior qualidade. Definidos os temas geradores por turma durante a realização das festas as estratégias começaram a ser montadas para que possam ser garantidas intervenções na realidade de cada turma buscando sempre chegar a uma situação futura desejada e o mais importante, despertar o senso crítico de cada educando e fazendo-o um participante ativo de sua comunidade.

Abrangência do Polo

O Polo Amazonas é composto por uma equipe de 131 colaboradores, sendo 05 integrantes da coordenação de Polo, 08 coordenadores locais e 118 Monitores (as).

A maioria de nossos monitores são pessoas que estão envolvidos diretamente em suas comunidades, o grau de escolaridade varia bastante desde o fundamental até o nível superior, além da oportunidade que o projeto dá aos educandos de serem alfabetizados, também propicia a nossos colaboradores a oportunidade de ter seu primeiro emprego com carteira assinada, tendo assim também um papel social nos Núcleos em que atua. As 118 turmas do Projeto MOVA-Brasil no Polo Amazonas estão organizadas em 08 Núcleos, com presença em 08 municípios:

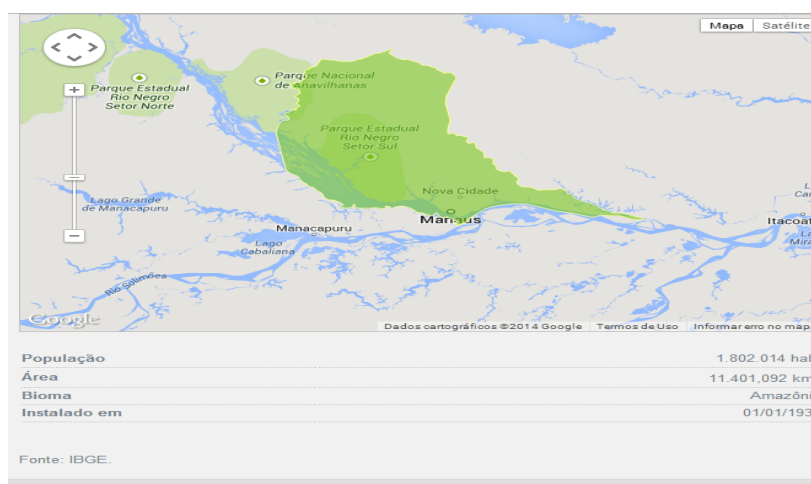


Figura 1 Mapa do Município de Manaus.

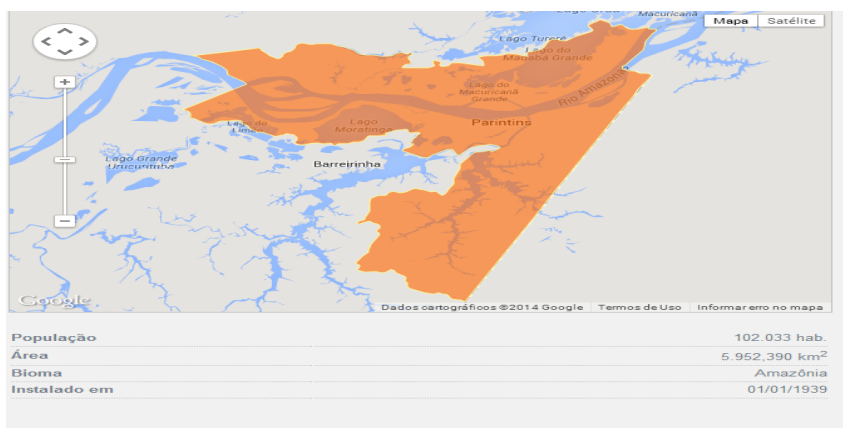


Figura 2 Mapa do Município de Parintins

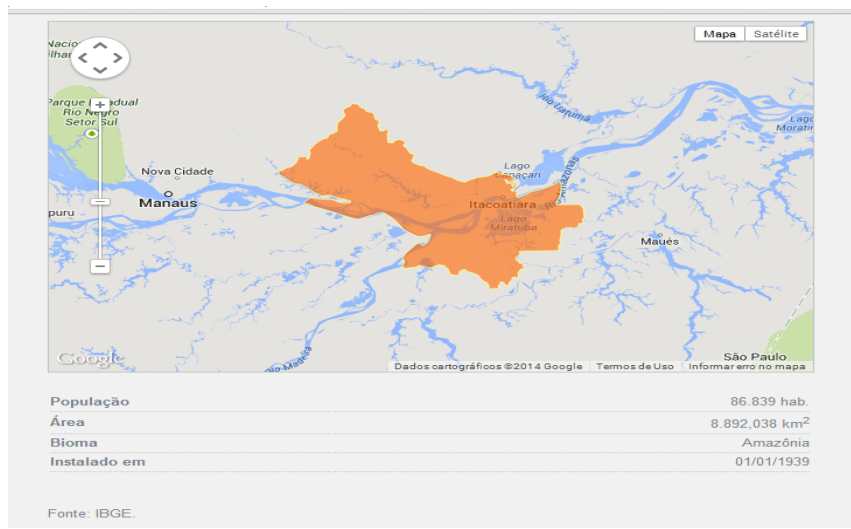


Figura 3 Município de Itacoatiara

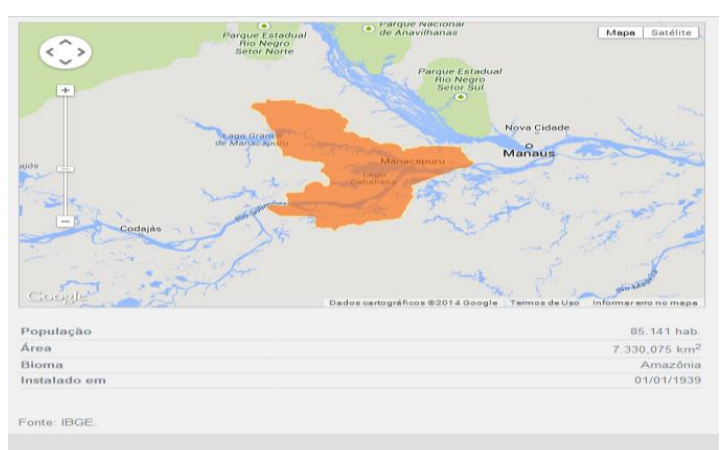


Figura 4 Município de Manacapuru

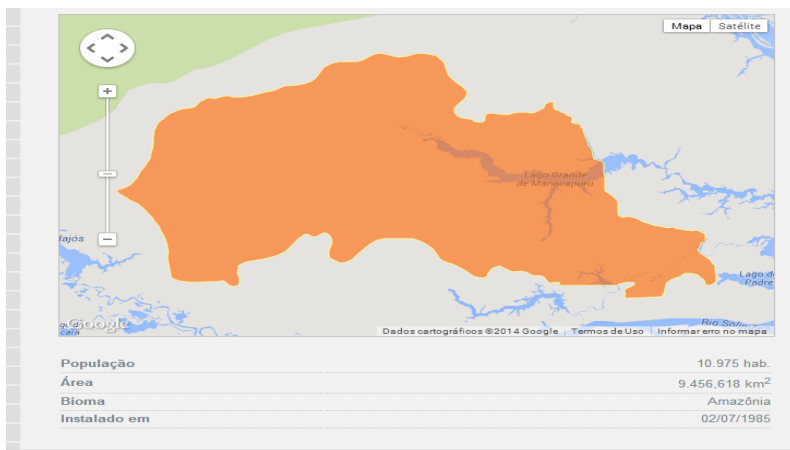


Figura 5 Município de Careiro Castanho

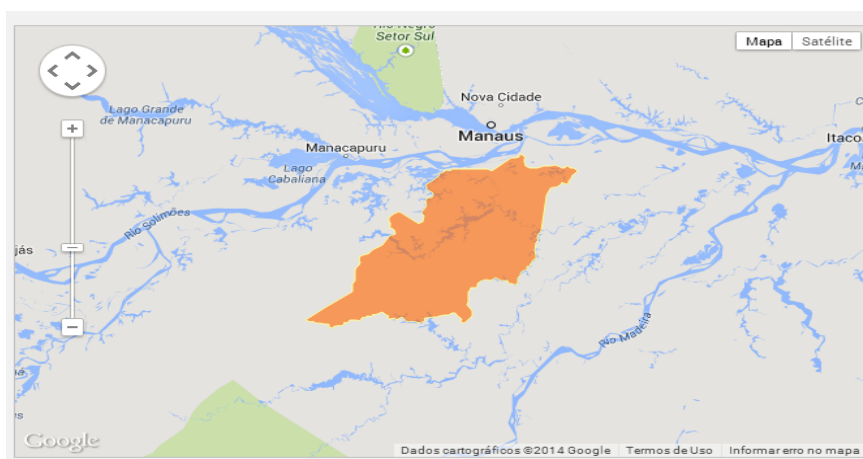


Figura 6 Município de Caapiranga

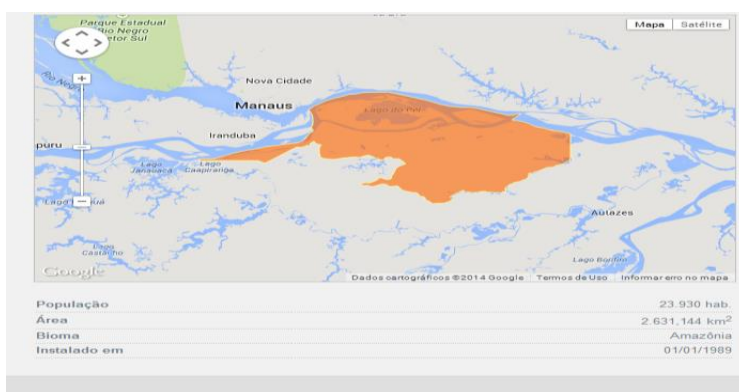


Figura 7 Município de Manaquiri

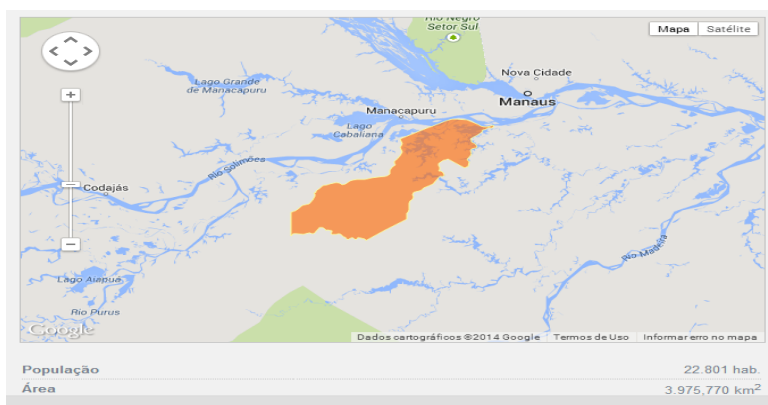


Figura 8 Município Careiro da Várzea

Caracterização do território:

Situado na região norte do País, o Amazonas é o maior estado do Brasil, com uma área de 1.570.745,680 km². Oficialmente segundo o IBGE o Amazonas é subdividido ainda em 13 microrregiões, além de quatro mesorregiões. Faz limite com o Pará (leste); Mato Grosso (sudeste); Rondônia e Acre (sul e Sudoeste); Roraima (norte); além da Venezuela, Colômbia e Peru.

O estado está dividido em 62 municípios, e abriga a maior e mais populosa cidade da Amazônia, Manaus, com 1.832.423 habitantes. A capital amazonense congratula-se ainda como a maior região metropolitana da região, com população superior aos 2,2 milhões de habitantes.

População:

O Amazonas com seus 3,5 milhões de habitantes (Censo 2010). Apenas dois de seus municípios possuem população acima de 100 mil habitantes: Manaus, a capital e sua maior cidade com 1,8 milhões de habitantes em 2011 (e efetivamente, a sétima maior do País), que concentra cerca de 60% da população do estado. E Parintins, a segundo maior município do estado, possui 102 mil habitantes.

Grupos culturais:

Indígenas – O Amazonas possui o maior número de etnias do mundo, concentrados principalmente no extremo norte do estado, na região do Alto Rio Negro, área contemplada como Território da Cidadania Indígena.

Em todo o Estado temos: 178 terras indígenas; 64 povos; 29 línguas faladas; 168 mil pessoas; 42 milhões de hectares; 3 Federações indígenas; 180 organizações; e 1 Secretaria de estado – SEIND (**Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas**), recém-criada pelo Governo do Estado do Amazonas.

Ribeirinhos – Majoritariamente presentes em todos os cantos do estado, essa população é nosso maior público alvo, **povos ribeirinhos** é uma população tradicional que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo

próprio e também podem praticar atividades extrativistas, muitos de nossos educandos fazem parte desse grupo que se encontram espalhados em todos os 08 municípios atendidos pelo projeto.

Caracterização dos sujeitos

Nossos colaboradores monitores (as) desta etapa são na maioria mulheres mães, onde de certa forma todos já tiveram alguma experiência em outras áreas como: vendedores, recepcionistas, líderes em igrejas, catequistas, motoqueiros, estagiárias na área da educação e saúde, lideranças comunitárias, voluntárias, com o grau de escolaridade Ensino Médio Completo, alguns tem Faculdade ou estão cursando. Quanto aos nossos Coordenadores Locais são no total oito sendo cinco mulheres e três homens, com escolaridade em Ensino Médio, Educação Física, Matemática, Pedagogia Intercultural.

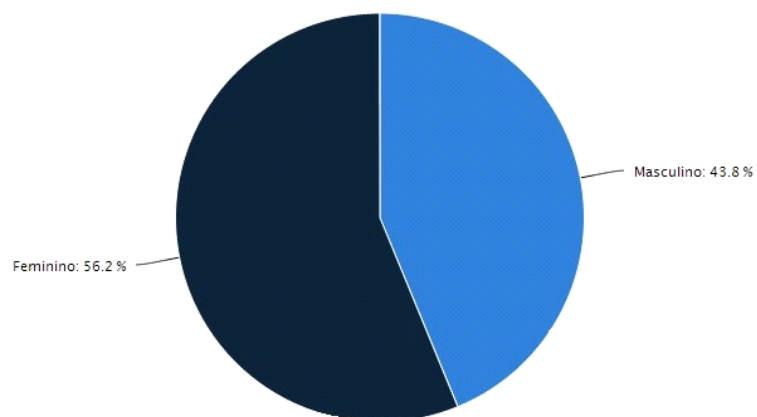
Com relação aos nossos Educandos (as) percebemos que nosso público do projeto para esta etapa é uma clientela diversificada como: pedreiros, tricicleiros, padeiros, artesãos, diaristas, pensionistas, aposentados, vendedores, autônomos, auxiliar de cozinha, babás, domésticas, agricultores, pescadores, costureiras, entre outras funções, referente as aprendizagem dos nossos educandos (as) ao chegarem as turmas do Projeto MOVA-Brasil com relação ao nível de escrita, leitura e matemática, as turmas atendidas nesta etapa são bastante heterogêneas, observamos nas atividades produzidas no início da etapa aonde sua escritas iam de garatujas a produções mais desenvolvidas, para quem não domina o sistema da escrita não se diferem os contornos das letras individualmente e sim as curvas de cada palavra como um todo. Agora percebemos que já houve um grande avanço deles e quando o visitamos perguntamos qual o objetivo deles estarem estudando muitos nos diz que é para ler a bíblia, pegar o ônibus, para arranjar um emprego fazer o concurso para merendeira, gari, serviço geral, ajudar o filho na tarefa da escola, ir ao banco, fazer lista de compras, escrever uma mensagem, usar o celular, tirar a identidade, ler bula do remédio, e etc.

O Polo Amazonas possui 08 coordenadores locais que atuam em nossos municípios que são atendidos pelo projeto e 118 monitores, guerreiros e guerreiras que muito além do salário buscam um ideal de igualdade e um sonho da eliminação dessa chaga chamada analfabetismo, se vendo com sujeitos ativos em nossas comunidades, ramais, nos locais mais longínquos do nosso estado, a grande maioria de nossos colaboradores possuem ensino superior e médio, com alguns casos de monitores com nível fundamental mais que não deixam nada a desejar em suas práticas alfabetizadoras.

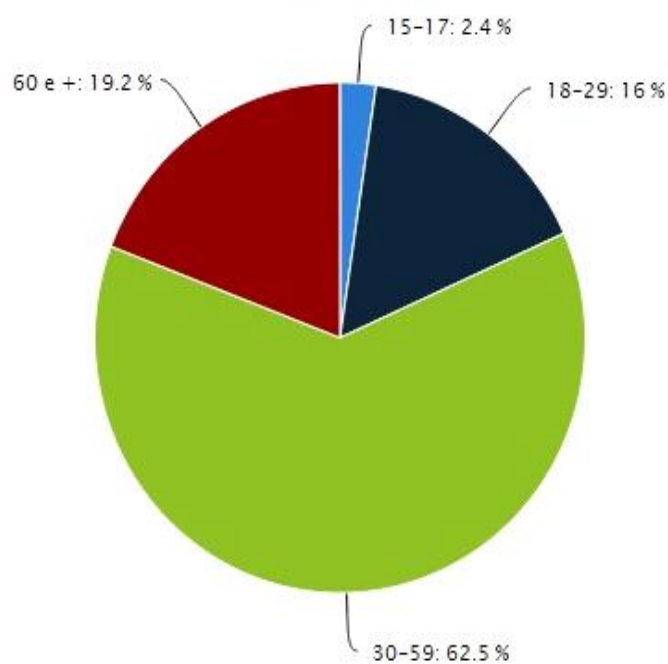
De aproximadamente 2.648 educandos atendidos nesta 6ª etapa que entraram em nível pré-silábico e silábico conforme apontado pelas atividades diagnósticas iniciais realizadas em início de etapa com algumas exceções de educandos que se encontravam em nível mais elevado, mais como dizia Paulo Freire a principal função do projeto é fazer com que o educando além da palavra saiba fazer uma leitura de mundo, 56,2% são mulheres e 43,8% são homens, sendo que a maioria dos educandos/as está na faixa etária adulta (30 a 59 anos), e mais de 82,3% se autodeclararam pardos/as.

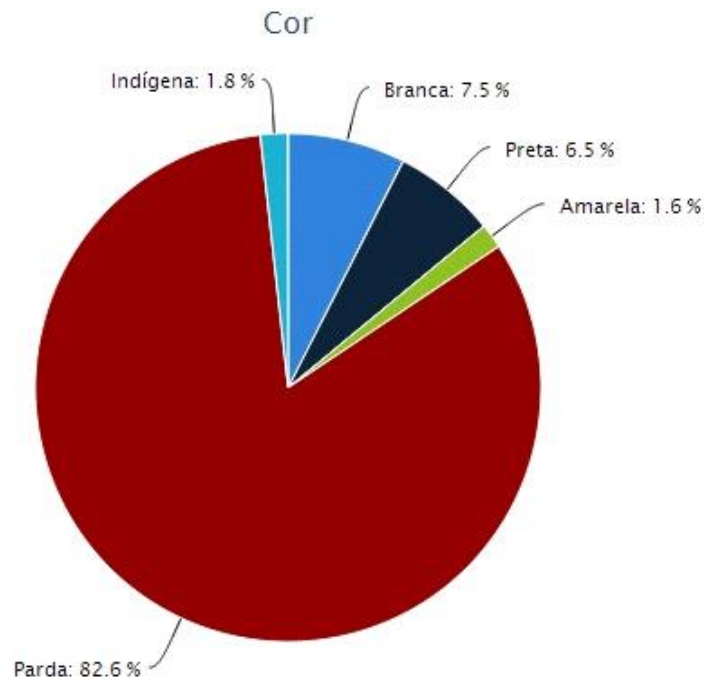


Sexo



Faixa etária

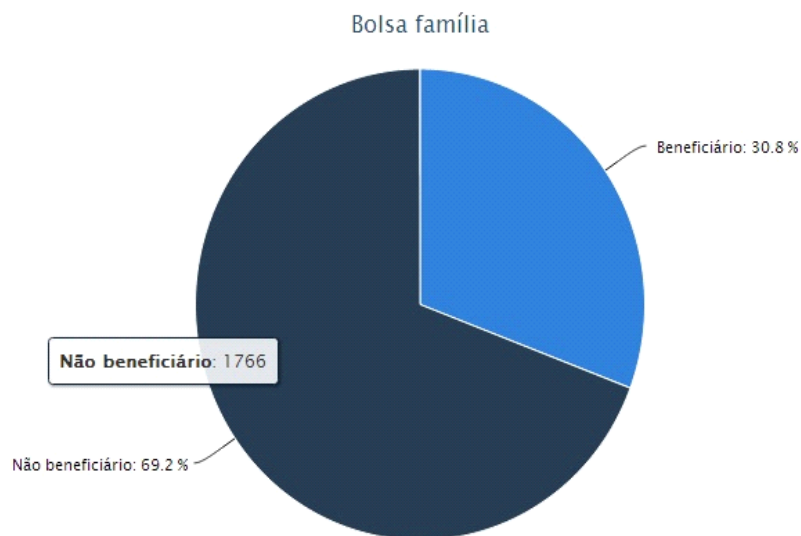




O IBGE identificou 65 grupos indígenas no Estado, que detém a maior população de índios do País, no total de 168.680, de acordo com o Censo 2010, apesar da grande quantidade de indígenas no estado o Projeto atende um pequeno número dos mesmos em suas turmas cerca de 45 pessoas.

Mesmo com uma taxa de alfabetização mais alta que em 2000, a população indígena ainda tem nível educacional mais baixo que o da população não indígena, especialmente na área rural. Nas terras indígenas, nos grupos etários acima dos 50 anos, a taxa de analfabetismo é superior à de alfabetização.

Apenas 18,4% de educandos/as são jovens e 69,2% de educandos/as não recebem o benefício do Programa Bolsa Família. A maioria dos/as educandos/as está desempregados/as ou trabalham sem carteira assinada, exercendo funções, tais como: pescadores, doméstica, babá, vaqueiro, pedreiro, lavrador, agricultor, carpinteiro e outros.



O Polo Amazonas atende a comunidades ribeirinhas, em sua maioria, locais estes aonde o poder público ainda não atende com a prestação de vários serviços públicos, sendo o Mova assim a grande oportunidade de alfabetização desses grupos de guerreiros alocados no seio do Amazonas, pessoas que sonham em conhecer as letras, tem a ânsia e a vontade de conquista um direito que há tanto tempo lhes é negado, pessoas simples, que em sua maioria casaram muito cedo, trabalhadores do campo, pescadores, cidadãos que há algum tempo se veem excluídos pela sociedade, e com o Mova vislumbram nada mais e nada menos que serem vistos por esta sociedade muitas vezes tão excludente e percebendo que podem ter voz e vez no local em que moram.

Dimensão Política

Territórios da Cidadania: O estado do Amazonas possui seis territórios: Alto Juruá, Baixo Amazonas, Madeira, Manaus e entorno, Mesorregião Alto Solimões, Rio Negro da Cidadania Indígena. Considerando essa organização geopolítica, estão incorporados nos seguintes Territórios: Baixo Amazonas (Parintins), Manaus e Entorno (Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manaus e Rio Preto da Eva). Nesta etapa podemos contar como principais parceiros o Poder Público Municipal e Estadual, Secretaria de Pesca, Secretaria de Produção, Associações de Mulheres, Universidades, Secretaria Municipal do Trabalho, Posto de Saúde, Colônias de Pescadores e Associações Comunitárias, lideranças religiosas, bem como a participação efetiva de nossos articuladores locais. Estas parcerias contribuem ao Projeto desde merenda escolar a nossos educandos, a contribuição com deslocamento da equipe de Polo e coordenadores locais na visita às turmas, na cessão de espaços para funcionamento de turmas etc.

Controle Social

No estado do Amazonas existem vários espaços de participação democrática para o controle social das políticas públicas, entre os quais estão os Fóruns e Conselhos Municipal e Estadual de Educação, Conselho Municipal e Estadual de Saúde, Fóruns Estadual de EJA, Fóruns da Diversidade Étnico-racial, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselhos Municipal e Estadual de Cultura, dentre outros, o qual através de articulação de membros do Projeto MOVA-Brasil são firmadas parcerias para a inserção de monitores, educandos e equipe de Polo nos Fóruns de EJA e os demais fóruns.

Dimensão Histórica

Etnologia: O nome Amazonas foi originalmente dado ao rio que atravessa o estado de mesmo nome pelo capitão espanhol Francisco de Orellana, quando o mesmo desceu o rio em todo o seu comprimento, em 1541. Afirmando ter encontrado uma tribo de índias guerreiras, com a qual teria lutado, e associando-as às Amazonas da mitologia grega, deu-lhes o mesmo nome.

Essas terras eram ocupadas há aproximadamente 10.000 anos pelos povos indígenas antes da chegada dos colonizadores ibéricos, na partilha do mundo entre portugueses e espanhóis essa porção do território que hoje pertence ao Brasil pertencia pelo tratado de Tordesilhas à coroa espanhola, os portugueses aproveitando-se da união entre as duas coroas em 1580, estenderam seus domínios ao que hoje é o nosso território. Com o fim da união entre os reinos de Portugal e Espanha em 1640, todo o território que é hoje o estado do Amazonas acabou pertencendo aos portugueses pelo tratado de Madri em 1750 e após o Grito do Ipiranga, 1822, passou ao império brasileiro.

Missões Jesuíticas: Com o objetivo de catequizar os indígenas, várias missões religiosas se instalaram nas margens dos rios amazônicos das mais diversas congregações como os carmelitas, jesuítas, capuchinhos, franciscanos, mercedários.

Os religiosos fundaram várias missões no território amazonense, os aldeamentos, deram origem a dezenas de povoados que mais tarde se tornariam cidades, dentre elas estão às cidades atendidas pelo Projeto MOVA-Brasil. A cidade de Manaus, capital amazonense, que teve origem no forte de São José do Rio Negro, fortificação construída estrategicamente pelos portugueses no encontro dos rios Negro e Solimões para impedir a navegação de estrangeiros que quisessem explorar a região.

A cidade de Parintins assim como a maioria das cidades amazonenses, foi originada de uma missão religiosa, o frei carmelita José das Chagas foi responsável pela fundação do povoado que posteriormente se tornaria a cidade de Parintins.

As primeiras viagens exploratórias da Coroa Portuguesa em Parintins foram registradas somente em 1796. Assim como as demais localidades da Amazônia, a região era habitada por diversas etnias indígenas, entre eles os Tupinambás, que deram origem ao nome da ilha em que se encontra o município, a ilha Tupinambarana. O primeiro nome recebido por Parintins, já na categoria de Freguesia, foi Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana, em 1833. O nome da Freguesia só foi alterado em 1880, quando a sede passou a chamar-se "Parintins", em homenagem aos povos indígenas Parintintins, um dos inúmeros que habitavam a região.

A cidade de Itacoatiara, no ano de 1759 a aldeia de Itacoatiara é elevada a vila, com a denominação de Serpa, nome de origem portuguesa. Foi a terceira vila instalada no Amazonas, antecedida apenas por Borba e Barcelos. Era, então, das mais importantes aglomerações da região. Mais tarde, em 1874, a vila de Serpa recebeu foros de cidade passando a denominar-se Itacoatiara. Depois de Manaus e Tefé foi a primeira localidade amazonense a ter categoria de cidade, daí o núcleo desta cidade se chamar Velha Serpa.

Os municípios de Careiro da Várzea, Careiro, Manacapuru, Caapiranga Manaquiri, são formados não por missões religiosas, mas por desmembramentos de outros municípios por questões administrativas, assim Manacapuru foi desmembrada de Barcelos, Caapiranga desmembrada de Manacapuru, Careiro Castanho desmembrado de Manaus, Careiro da várzea desmembrada de Careiro castanho.

História econômica: O primeiro ciclo econômico do estado do Amazonas foi a extração das drogas do sertão produtos típicos da região, como ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha-do-pará e guaraná.

Esses produtos eram considerados especiarias na Europa, alcançando excelentes preços nesse período.

A partir de 1827, o Brasil iniciou a exportação de borracha natural, cujo uso como matéria-prima para a indústria se generalizou. Na década de 1840, a invenção do processo de vulcanização, por Charles Goodyear, possibilitou o início da produção de pneus - a princípio, para veículos de tração animal.

O crescimento da exploração da seringueira no Amazonas estimulou o crescimento demográfico da região, graças ao aumento da imigração. Em 1830, a população de Manaus que era de 3 000 habitantes; em 1880, passou a 50 000 habitantes.

Uma das expressões da riqueza gerada pela borracha é o suntuoso Teatro Amazonas, construído a partir 1896.

Em 1906, já estavam sendo exportadas mais de 80.000 toneladas de látex para todo o mundo.

Mas, já a partir de 1875, o botânico inglês Henry Wickham, a serviço do Império Britânico, havia coletado sementes da seringueira no vale do Tapajós, enviando-as para Sir Joseph Dalton Hooker, director dos Reais Jardins Botânicos de Kew, nos arredores de Londres. Posteriormente, o material foi levado para as colônias britânicas, na Ásia, iniciando-se o processo de multiplicação da *Hevea brasiliensis* no Sudeste Asiático, sobretudo na Malásia. Ali a produção acabou por superar a do Amazonas. Em consequência, inicia-se o esgotamento do ciclo da borracha, com um gradual esvaziamento econômico da região.

Zona Franca de Manaus: A Zona Franca de Manaus (também chamada de Polo Industrial de Manaus ou Polo Industrial da Amazônia Brasileira) foi um projeto de desenvolvimento socioeconômico implantado através da Lei Nº 3.173 de 6 de junho de 1957, que reformulava, ampliava, estabelecia incentivos fiscais para implantação de um Polo industrial, comercial e agropecuário numa área física de 10 mil km², tendo como sede a cidade de Manaus. Apesar da aprovação em 1957, tal projeto só foi de fato, implantado, pelo Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

A princípio, os benefícios desse projeto se estendiam à Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Em 20 de agosto de 2008, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá, que foi incluída no Conselho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e assim, o Amapá recebeu o mesmo benefício destinado aos estados.

Dimensão Social

O Amazonas é o 13º na posição nacional do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com 0,780 (PNUD/2008). Como sabemos o índice de analfabetismo é um dos fatores levados em consideração para a formulação do IDH, além da longevidade, e a renda per capita.

Nos 08 municípios atendidos pelo Projeto MOVA-Brasil as características são semelhantes, temos uma boa parcela da população adulta analfabeta, vivendo subempregada ou vivendo da agricultura de subsistência ou do extrativismo vegetal e com baixa renda per capita.

Segundo dados do IBGE (SENSO 2010), o Amazonas possui 229.337 analfabetos, o que corresponde a 9,9% da população. O que nos coloca na 13ª posição deste triste ranque do País.

Índices do analfabetismo por municípios:

Caapiranga: 15,07%

Careiro Castanho: 13,72%

Careiro da Várzea: 16,63%

Itacoatiara: 9,12%

Manacapuru: 15,55%

Manaquiri: 10,63%

Manaus: 3,78%

Parintins: 6,03%

Observamos que dentre as diversidades Culturais que temos: festas religiosas, danças folclóricas os arraiais das escolas, Festas Municipais, Aniversários das Cidades, os locais que acontecem essas festas são nos mais diversos espaços como: quadras escolares, palcos montados, pátios de igrejas, arenas, clubes, Casas Comunitárias.

Destaco alguns eventos característicos da região que são as Festas das Padroeiras e Santos, assim como aniversário das igrejas evangélicas por tempo de fundação e Ministério, e nos oito municípios que atuamos temos a Festa do Cará em Caapiranga, Festa da Ciranda em Manacapuru, Festival da Canção Fecani em Itacoatiara, Festa do São Pedro em Manaquiri, Dia dos Evangélicos e Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Careiro da Várzea, Festival Folclórico de Parintins os Bois Garantido e Caprichoso, Manaus o Carna Boi e Careiro a Agropec. Dentre os grupos indígenas existentes nas comunidades ainda temos alguns que se assumem, pois, comprovam pelo Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), que representa cerca de 1,6%, e quanto ao cadastramento do Bolsa Família temos uma porcentagem de 29,9% de comunitárias que recebem esse benefício representando um total de 814 beneficiárias, com relação à situação de violência pelo uso de álcool e drogas elas acontecem mais nos períodos das festas e torneios de futebol nas comunidades. E quanto ao pertencimento racial na sua maioria se declaram como pardos com uma porcentagem de 83,4% representando um total de 2.269 educandos. Quanto aos movimentos de reivindicações apresentados nas Leituras do Mundo nas turmas, pelos comunitários são voltados para o poder público que envolve a área da saúde, segurança, infraestrutura, meio ambiente, educação, transporte público aparecem solicitações de postos de saúde, poços artesianos, creches, iluminação pública, pavimentação das ruas, escolas equipadas, e etc.

Habitação e Condições de Vida: Em 2010 foram identificados 902.780 domicílios no estado, dos quais 801.640 deles eram ocupados e 101.140 não eram ocupados. Em relação ao tipo de material dos domicílios particulares permanentes, 415.884 domicílios eram feitos de alvenaria com revestimento, 75.426 feitos de alvenaria sem revestimento, 256.467 domicílios feitos de madeira aparelhada, 9.265 domicílios construídos em palha, 2.519 domicílios em taipa revestida e 3.368 domicílios construídos com outro tipo de material. As maiores partes dos domicílios possuíam cinco cômodos;

Em relação ao abastecimento de água canalizada, 637.314 domicílios eram atendidos pelo sistema, um percentual de 83,05%. Os bens duráveis populares (geladeira, rádio, televisão e máquina de lavar) estavam presentes em 799.314 domicílios. Microcomputadores com acesso à internet existiam em 211.872 destes domicílios e 618.065 possuíam o uso de telefones fixo ou celular.

Dimensão Econômica

PIB: o Amazonas é ainda o 2º estado mais rico da região Norte, responsável por 32% do PIB da região. Em âmbito nacional, ocupa a 14ª posição. Possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano (empatado com o Amapá), o maior PIB per capita, a 4ª menor taxa de mortalidade infantil, além 3ª menor taxa de analfabetismo entre todos os estados do Norte do Brasil.

Nos municípios atendidos pelo projeto as atividades econômicas são muito diversificadas como pesca, agricultura, agropecuária, piscicultura e artesanato que são as principais fontes de trabalho e renda para os educandos e educandas nas comunidades que sofrem pela falta de atendimento do poder público em determinados locais.

Zona Franca de Manaus

Também chamada de Polo Industrial de Manaus ou Polo Industrial da Amazônia Brasileira foi um projeto de desenvolvimento socioeconômico implantado através da Lei Nº 3.173 de 6 de junho de 1957, que reformulava, ampliava e estabelecia incentivos fiscais para implantação de um Polo industrial, comercial e agropecuário numa área física de 10 mil km², tendo como sede a cidade de Manaus. Apesar da aprovação em 1957, tal projeto só foi de fato, implantado, pelo Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

A princípio, os benefícios desse projeto se estendiam à Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Em 20 de agosto de 2008, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá, que foi incluída no Conselho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e assim, o Amapá recebeu o mesmo benefício destinado aos Estados.

Dimensão Socioambiental

A temática amazônica: A Amazônia ocupa uma área total de 6,5 milhões de quilômetros quadrados distribuídos em nove Países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Sabe-se que 85% de toda região amazônica fica em território brasileiro e é chamada de Amazônia Legal, que corresponde a 61% da área do País. Essa região concentra extraordinária biodiversidade, ricas em jazidas de minérios, cerca de 20% das reservas mundiais de água doce e abriga a maior floresta tropical úmida do planeta. Nela vivem 12% dos brasileiros. Por tais dimensões de riqueza – se impõe como parte destacada do projeto nacional de desenvolvimento.

A Amazônia brasileira é patrimônio dos brasileiros e a solução para o seu desenvolvimento sustentável deve surgir do povo brasileiro, da cultura do povo da região e dos cientistas conhecedores das particularidades da Amazônia. Isso está relacionado com uma presença mais efetiva do Estado brasileiro, que deve priorizar a Amazônia como uma questão de interesse nacional.

Na questão ambiental nossos educandos estão diretamente envolvidos em atividades de extrativismo, pesca, agricultura, além de muitas comunidades sofrerem pelas ações de queimadas de matas virgens para a criação de pastos para o desenvolvimento da agropecuária, e plantio de roças entre outros. O desmatamento também é muito comum, outra problemática é a questão de muitas áreas não possuírem local adequado para tratamento de lixo, o que acaba gerando poluição tanto de rios, como dos próprios lençóis freáticos já que muitos possuem o costume de enterrar seu lixo.

Dimensão Cultural

Nesta dimensão nossos municípios possuem uma diversidade cultural muito grande, cada um com suas festas tradicionais específicas como, por exemplo, Parintins com destaque internacional para a festa dos bois bumbas Garantido e Caprichoso, Caapiranga com a tradicional festa do Cará, Manaquiri com o festejo da Laranja, Manacapuru com a festa da Ciranda, Careiro com a AGROPEC, Careiro da Várzea com tradicionais festas religiosas, Itacoatiara com o FECANI, Manaus com o boi Manaus.

Artesanato: Com grande variedade e destaque para a influência da cultura indígena. Em geral usam-se elementos da floresta como contas, sementes e cipós.

Controle Social: Conselho Municipal e Estadual de Cultura do Amazonas, órgãos colegiados com finalidade de propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais.

Equipamentos públicos disponíveis: cinemas, teatros, centros e associações culturais, museus, praças, dentre outros, estão localizadas em sua grande maioria na capital do estado, as turmas do projeto alocadas no interior não possuem tanta diversidade de serviços públicos, nos municípios a parte cultural é marcada pela realização de festivais religiosos, folclóricos como é o caso dos bois bumbas em Parintins, festas juninas, Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani) que acontece em Itacoatiara valorizando os artistas locais e é o maior festival de diversidade artístico e cultural da Amazônia Brasileira, em Manacapuru temos as Cirandas que se tornaram tradicionais no município considerada a segunda maior festividade folclórica do interior do Amazonas, em Careiro Castanho temos a Agropecuária do Careiro Castanho (Agropec) realizada na segunda quinzena de agosto, em Caapiranga temos o festival do Cará que visa expressa a manifestação da população local, em Careiro da Várzea temos a Tradicional Festa do Leite e a festa da Padroeira do município Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e em Manaquiri o Festival Folclórico do município é realizado anualmente pela população local.

Caracterização dos Núcleos

Parceiro

Patrocinio

Apoio

Para conhecer um pouco mais sobre as especificidades das regiões e comunidades atendidas pelo MOVA-Brasil, no Polo Amazonas em 2014, apresentamos a seguir os dados sobre a realidade dos Núcleos.

MANAUS

Situada à margem esquerda do rio Negro, distante 20 km da confluência com o Solimões, a cidade se originou do pequeno arraial que se formou em torno da fortaleza de São José do Rio Negro.

Fundada em 1669, tornou-se em 1758, sede da capitania de São José do Rio Negro, criada no mesmo ano, função esta que perderia em 1799, para recuperar depois no princípio do século XIX, sendo elevada à categoria de vila no ano de 1833 com o nome de Manaus. Quando recebeu o título de cidade em 1848, era somente um pequeno aglomerado urbano e sem nenhuma importância.

No período de 1890 a 1920, conhecida como cidade da borracha, ela se transformou; os 20 mil habitantes em 1889 foram multiplicados para 65 mil, em 1910, gozando de uma prosperidade total, desconhecida até mesmo no sul do País; grandes obras públicas foram iniciadas, aterros, rede de esgotos, canalizações de água, construções de pontes sobre os vários igarapés que cortam a cidade, aberturas das novas vias públicas, surgiram várias construções imponentes e históricas, dentre as quais o luxuoso Teatro Amazonas, retrato vivo da opulência que a cidade vivia já naquela época.

Seguiu-se esse próspero período uma fase depressiva devido à queda do preço da borracha no mercado internacional.

Após um difícil período de estagnação quase que total Manaus voltou nas últimas décadas a se desenvolver graças à criação da Zona Franca e implantação de seu Distrito Industrial.

No ano de 2014 o estado do Amazonas teve a honra de ser um dos estados sede da copa do mundo e Manaus por se tratar da capital do Estado foi uma das 12 cidades sede do mundial, e para isso ganhou o belíssimo estádio antes chamado Vivaldo Lima e hoje batizado de Arena da Amazônia que recebeu 04 jogos desse mundial e um Centro de Convenções muito sofisticado, houve educandos que se envolveram em atividades para geração de renda neste período como ambulantes, vendedores de churrasco, frentistas enfim foi a oportunidade que encontraram para contribuir com o sustento de suas famílias, apesar do clima quente-úmido a cidade foi muito elogiada por todos pela organização e receptividade para com os visitantes que por aqui passaram.

No núcleo Manaós dentro das dimensões observadas na leitura de mundo tivemos um destaque para questão da dimensão social e política, em relação à falta de assistência das autoridades competentes em garantir serviços básicos à população como segurança, transporte público, saúde que geraram os temas geradores nas turmas de alfabetização.

População: 1.802.525 habitantes

Núcleos em Manaus: 01

Total de turmas do MOVA: - 17 Manaós

Turmas no campo: 00

NUCLÉO MANAÓS

- Ana Carolina da Silva Amaral
- Antonia Maria dos Santos

Parceiro



Patrocinio



Apoio





- Brenda Dias Albuquerque
- Eleny Alves Dias
- Maiana Paes de Castro
- Francisca Simay da Silva Belém Freitas
- Karoline Monteverde Belém
- Marinez Oliveira de Souza
- Maria Lidiane Araújo Soares
- Cristiane de Almeida Leitão
- Stefanny Lima Guimarães
- Raiza Madalena S. C. Lima
- Vânia Auxiliadora Paulo Macena
- Wanderlete Xavier de Souza
- Patrícia Ferreira Antunes
- Vanessa Carvalho Freire

Turma: Coração do Zumbi

Tema Gerador: Meio Ambiente

Monitora: Brenda Dias Albuquerque

Onde esta instalada: Rua Dr.Barsilio s/n Zumbi II

A festa cultural da comunidade será no dia 12/10/14 com celebração da Nossa Senhora Aparecida e a comemoração do dia das crianças.

Perfil dos educados: Mostram bastante interesse em aprender, são dedicados e apesar de não saber ler, dialogam bastante em atividades que envolvem a oralidade.

Principais Avanços e Desafios: estão aprendendo juntar as letras, fazem pequenas contas de cabeça, porém tem dificuldade de escrever, alguns têm mais dificuldades do que os outros, são extrovertidos e mostram interesse em aprender, pois aprendem de acordo com o seu mundo vivido, a fazer uma leitura de mundo de sua realidade.

Turma: Vitória

Tema gerador: Saneamento Básico

Monitora: Wanderlete Xavier

Parceiro



Patrocinio



Apoio



As aulas estão sendo lecionadas na Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo do Socorro que está situado na Rua Castelo Branco s/n Compensa II, a comunidade terá a festa junina a qual foram reunidas todas as 12 comunidades cristãs católica e comunidades vizinhas.

Os educandos têm grandes perspectivas no projeto, tendo como objetivo principal lê e escrever. São participativos, envolvidos e interessados nas aulas, embora sejam pessoas não alfabetizadas, mas com conhecimentos ricos, adquiridos com suas experiências passadas. Conhecem algumas letras, mas não conseguir formar as palavras, faz, mas sem correção ortográfica.

Muitos são desempregados, trabalham por conta própria, outros empregados sem registros. Tem diversas profissões como: domésticas, pedreiros, mestre de obras, merendeiras, motoristas, ajudantes de obra, garis, vendedoras, ajudantes de lavanderia, aposentados e pensionistas.

Os principais avanços são em relação aos desenvolvimentos de alguns educandos referentes à visão do mundo atual; a participação; interesse; alguns conseguem assimilar assuntos dados e expõem suas opiniões.

Turma: Unidos pela Educação

Tema gerador: Meio Ambiente

Monitora: Maria Lidiane

A turma Unidos pela Educação, do Projeto MOVA-Brasil, Polo Amazonas, Núcleo Manaus esta instalada na Rua: Marajá N 29 Bairro: Zumbi dos Palmares III, Manaus-Am, igreja Ministério Palavra viva. Teve seu inicio das aulas no dia 14 de abril de 2014, onde contamos com a maioria dos educandos com idade acima dos 40 anos, sendo também a sua maioria de cor parda, uma grande parte de desempregados e três aposentados, e quatro lutando por sua aposentadoria. São pessoas que precisam ter acompanhamentos médicos, por terem sua saúde um pouco debilitadas, devido sua trajetória de vida, os tipos de trabalhos que precisaram enfrentar para sua sobrevivência, geraram alguns tipos de doenças como: diabetes, reumatismos, problema no coração, mal de Parkinson entre outros.

Turma: Diamante

Tema gerador: Segurança

Monitora: Marinez Oliveira

Onde está instalada: Beco Bom Jesus no Bairro Santo Agostinho.

Perfil do educando: de 29 a 65 anos de idade, são pessoas desinibidas com vontade de seguir em frente, alguns são casados tem filhos, trabalham autônomos ou empregados, domésticas, de pouca leitura, mais com bastantes experiências de vida.

Principais avanços e desafios: alguns conseguem identificar algumas letras, e ler pequenos textos, fazem conta com registro no papel, querem continuar seus estudos, são insistentes e persistentes e muitos extrovertidos.

Turma: Jorge Teixeira

Tema gerador: Segurança



Monitora: Eleny Dias

Onde está instalada: Rua Orquídeas nº 35 bairro Jorge Teixeira I

Perfil dos educandos: de 30 até 73 anos de idade, são pessoas com vontade de seguir em frente, alguns são casados, tem filhos trabalham autônomos, domésticas e bastante experiência de vida.

Turma: Betânia

Tema gerador: Saúde e Segurança Pública

Monitora: Vanessa Carvalho

A turma está situada na Rua São Jerônimo nº 220, no Bairro Betânia, tem como Festa Cultural o arraial da igreja católica, o perfil dos educandos, são pessoas bem diferenciadas algumas que se interagem e possuem uma facilidade de aprendizado, e outras que são tímidas, devido ao longo período que ficaram sem estudar.

Os maiores avanços, com certeza, é tirar os educandos do anonimato da sociedade e o principal desafio é motivá-los a dar continuidade aos estudos mesmo após o término do projeto.

Turma: Bela Vista

Tema gerador: Infraestrutura

Monitora: Ana Carolina

A turma está situada na Rua Princesa Dayana S/N na comunidade Bela Vista, no Centro de Capacitação do Trabalhador Rural (CETRU).

Perfil dos educandos: são mulheres de 25 a 35 anos e os homens entre 19 a 70 anos.

As profissões são diferenciadas entre serviços gerais, caseiros, agricultores e domésticas.

Uma especificidade da turma é que uma educanda possui problemas auditivos, onde a monitora precisa falar alto para que ela consiga escutar. E também educandos que conseguiram emprego no período do funcionamento das aulas, mas os mesmos não querem desistir do projeto e da oportunidade de aprender.

Turma: Águas Claras

Tema gerador: Saúde

Monitora: Vânia Auxiliadora

A turma está situada na Rua Nossa Senhora da Conceição nº 191, na comunidade Bela Vista.

Perfil dos educandos: São pessoas idosas, porém muito esforçadas a aprender ler e escrever, e seguir em frente. Alguns são casados e trabalham como autônomos, domésticas, pescador e a maioria não sabem ler e nem escrever, mais possuem bastantes experiências de vida.

O avanço é que alguns educandos já estão começando a conhecer as letras do alfabeto e outros já escrevem pequenas palavras. O desafio é que alguns não querem sair de casa para compartilhar o benefício que o projeto lhes oferece, onde relatam estar cansados e ficarem com os netos.

Turma: Estrela

Monitora: Karoliny Monteverde

Tema: Educação (Melhorias)

Onde esta instalada: Casa do Cidadão Compensa II - /anexo do Cras

Perfil dos Educandos: de 19 até 80 anos de idade, são pessoas com vontade de aprender, pois os mesmos já possuem uma visão de mundo, a grande maioria casados, pais de família e dona do lar na qual não veem obstáculos para melhorar sua aprendizagem.

Profissão dos Educandos: Diferenciadas, comerciante, revendedoras e dona do lar.

Principais avanços e desafios: alguns conseguem escrever e copiar do quadro, fazem conta, registro no papel, querem continuar seus estudos, contam sua historias de vida seu dia a dia com a família e nossa comunidade, porém alguns ainda têm desafios com a escrita.

Turma: LAGO DO ALEIXO

Monitora: Francisca Simay Freitas

Tema: Meio Ambiente

Onde esta instalada: Está instalada na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, na rua Pr. Mario, S/N bairro 11 de maio na Colônia Antonio Aleixo.

Perfil dos Educandos: São de 20 a 60 anos, alguns casados, com filhos, que trabalham como autônomos e empregados, poucos conhecem algumas letras, com o objetivo de ler e escrever, com os mesmos ideais.

Principais avanços: Alguns já conhecem algumas letras, outros leem algumas silabam.

Turma: Santo Antonio

Monitora: Raiza Madalena de Lima

Tema: Saúde, Meio ambiente e Infraestrutura.

Onde esta instalada: Está instalada na rua Av. Brasil S/N Santo Antonio.

Perfil dos Educandos: Faixa etária de 27 a 70 anos, onde os mesmos trabalham, mais são incentivadas com o sonho de querer aprender a ler e escrever para melhorarem de vida e ensinarem seus filhos e netos.

Principais avanços e desafios: Os educandos se dedicam cada dia mais, uns já escrevem como falam e outras já conseguem reconhecer as letras do alfabeto.



Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas;

- Saneamento Básico
- Segurança
- Saúde
- Meio Ambiente
- Infraestrutura
- Educação

Considerações:

A capital da cidade de Manaus enfrenta problemas devido a seu grande crescimento, a questão da saúde chama muita atenção, já que a população enfrenta grande dificuldade neste sentido, a questão da infraestrutura devido ao crescimento desordenado pela criação de novos bairros impacta bastante na questão da infraestrutura e meio ambiente.

MANACAPURU

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, contabilizada pelo IBGE em 2010, era de 85 144 habitantes. Cidade de Manacapuru é conhecida como a Princesinha do Solimões, a Vila e o município foram criados em 27 de setembro de 1894, pela Lei n^o 83, na gestão do governo de Eduardo Ribeiro, mas somente em 16 de julho de 1932 é que foi elevada à categoria de Cidade pelo Ato de n^o 1.639 do então interventor Waldemar Pedrosa, tendo sido inaugurada no dia 11 de agosto. Em 10 de dezembro de 1981 foram desmembradas diversas partes do território do Município de Manacapuru em favor dos Municípios de Iranduba, Beruri, Manaquiri, Anamã e Caapiranga.

O PIB do Município, em 2007, representou cerca de R\$ 378, 165 milhões, que o coloca na 4^a posição no ranking dos Municípios do Amazonas de maior PIB.

A receita tributária municipal foi de R\$ 2.744.976,00 e os repasses estadual e federal foram, respectivamente: R\$ 15.131.017,00 e R\$ 26.539.980,00, em 2009. As principais atividades econômicas do Município, em 2009, foram: Comércio Varejista (48,84%), Construção (13,64%), Indústria de Transformação (10,23%), Transporte, Armazenagem e Correio (5,86%), Comércio por Atacado, exceto Veículos Automotores e Motocicletas (4,94%), Outras Atividades (22,48%).

Quanto ao porte dos empreendimentos econômicos do município, os que mais pontuaram, em 2009, foram os de Microempresa, com (78,9%) de participação percentual. No setor primário despontaram, em 2007, atividades: agrícolas: Mamão, Maracujá, Mandioca, Malva e Juta; Pecuária: Bovinocultura Mista, Bubalinos, Avícola: avicultura.

O Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU, revela a qualidade de vida do Município, com base na renda, educação e expectativa de vida, classificando-o como de médio desenvolvimento.

IDH Educação 0,761.

Parceiro



Patrocinio



Apoio





IDH Renda 0, 544.

IDH Municipal 0, 663.

A festa mais tradicional de Manacapuru e que, nos últimos anos tem atraído grande número de turistas, é a Festa das Cirandas, realizada no mês de agosto. Devido a isso, Manacapuru também está sendo chamada de "Terra das Cirandas". As cirandas da cidade são: "Guerreiros Mura" (cor dourada) "Flor Matizada" (lilás) e "Tradicional" (vermelha e branca). Antes do evento, diversas festas são realizadas com o intuito de angariar fundos para a grande final. Esses eventos, realizados pelos coordenadores da Ciranda, são chamadas de Cirambar.

Os eventos religiosos realizados na região são: Festas de Santo Antônio da Terra Preta, 13 de junho; Festa de São Pedro do Miriti, 26 a 29 de junho; Festa de São Francisco, 04 de outubro; Círio de Nossa Senhora de Nazaré, 28 de outubro; Festa de Nossa Senhora da Conceição, 08 de dezembro.

Os eventos populares são: Carnaval, fevereiro/março; Semana da Pesca (data variável); Jogos Estudantis de Manacapuru (data variável);

Aniversário da Cidade e Festival Folclórico, 12 a 16 de julho.

Manacapuru possui 113 escolas de nível pré-escolar, 171 escolas de nível fundamental, 68 de ensino médio e 2 instituições públicas de nível superior. A taxa de analfabetismo, segundo as faixas etárias, são as constantes da tabela. Seu índice de analfabetismo é de 8.818 (com 15 anos ou mais idade) com percentual de 20,6.

Em 2009, o Município apresentava um total de 20 Unidades de Saúde, compreendendo os Sistemas Municipal, Estadual e Federal, contando com cerca de 39 médicos, 10 enfermeiros e 48 Auxiliares e Técnicos de Enfermagem.

Aptos 55.536 Partic. no Eleitorado 2,79 % do Amazonas. Seu atual Prefeito foi eleito em 2012, para um mandato de 04 anos.

A Secretaria de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares (Searp) articulam com o Governo do Estado políticas públicas a população como Inclusão Digital, visando atender a população mais carente.

Dentre os projetos que Manacapuru possui em prol a preservação ambiental, destaca-se o "Projeto Educação Ambiental: Estratégia de conservação do Peixe-boi da Amazônia nas comunidades ribeirinhas e alunos das escolas no município de Manacapuru – Amazonas" é uma iniciativa da Associação Amigos do Peixe-boi (Ampa) e do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI) e é patrocinado pela "Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza". O programa também aborda outros assuntos e atividades voltados não só para o peixe-boi, mas também para outros mamíferos aquáticos da região e assuntos ambientais da atualidade. As ações consistem em palestras, atividades lúdicas, gincanas, jogos ambientais, exposições, comemoração de dias ambientais, tudo voltado, principalmente, para crianças e jovens do ensino fundamental das redes municipal e estadual.

Será realizado, ainda, o projeto de pesquisa "Nova ameaça aos golfinhos da Amazônia:

Analisando a utilização do boto - vermelho e do tucuxi (boto cinza) como isca na pesca da piracatinga. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) identificaram que a população de boto - vermelho tem diminuído 10% ao ano em algumas regiões da Amazônia.



Em Manacapuru o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 1 – Princesinha do Solimões

Turmas do MOVA: 15

Turmas na cidade: 06

Turmas no campo: 09

NÚCLEO PRINCESINHA DO SOLIMÕES

Monitores:

- Carina Silva Martins
- Cleicimar Ferreira Ramos
- Ana Paula Batista Matos Pinto
- Aurea Batista da Costa
- Ângela Botelho da Silva
- Azenate Nogueira dos Santos
- Ingrid Souza de Lima
- Jarede Ferreira de Lima Fernandes
- Luciane Oliveira da Silva
- Lucimar Nascimento de Oliveira
- Raiane Fernandes de Souza
- Silvia Lima Martins
- Vanderleia Soares Barroso
- Nara Gomes de Souza

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas:

- Infraestrutura
- Meio Ambiente
- Violência
- Saúde

Considerações:

O problema enfrentado pela maioria das turmas do núcleo Princesinha do Solimões é a falta de infraestrutura e segurança. As ruas estão esburacadas e bairros com índice de roubo e furto. A enchente prejudicou muitas comunidades, principalmente, pelo acúmulo de lixo, que gerou muitas doenças e o fato dos moradores não poder abandonar as casas com medo de ficar sem seus pertences, sendo que os marginais aproveitam o fenômeno da enchente para saquear casas que são abandonadas durante o período.

O núcleo Princesinha possui 15 turmas de alfabetização, nove no campo e seis na sede do município totalizando 325 educandos/das.

O perfil das turmas apresenta algumas semelhanças e peculiaridades de acordo com as suas realidades.

TURMA VALE-VERDE

Localizada na sede do município composta por 20 educandos dos quais 80% são idosos e 20% são adultos.

Por ser uma turma localizada na cidade suas atividades econômicas variam entre agricultura a serviços terceirizados.

Essa turma tem como problemática a falta de políticas públicas como: saneamento básico, posto de saúde, policiamento e iluminação pública.

Mediante essas problemáticas os temas geradores foram escolhidos a fim de buscarem uma solução para tais problemas.

TURMA NOVO MANACÁ

Localizada na sede do município composta por 25 educandos dos quais 70% são adultos e 30% são idosos.

Tem como atividade econômica o ofício de pedreiro e aposentados.

Como problema a serem ressaltados destaca-se a infraestrutura na falta de saneamento básico e segurança pública, temas estes abordados durante a leitura de mundo subsidiando os temas geradores desta turma.

TURMA TERRA PRETA

Localizada na sede do município composta por 20 educandos, sendo 70% por adultos 10% idosos e 20% jovens.

Como atividade econômica existe uma grande variação de rendas como: autônomos, agricultura, costureira, manicure e empregadas do lar.

Por se localizar em uma área nobre do município a comunidade encontra-se provida das principais necessidades de infraestrutura e saneamento básico, levando os educandos a observarem que os temas saúde, policiamento e cultura seriam os escolhidos durante a leitura de mundo por se tratarem da realidade que os cercam.



TURMA SÃO JOSÉ

Localizada na sede do município composta por 20 educandos em seu 80% adultos e 20% idosos.

Exercem como atividade econômica a agricultura, pedreiros, moto táxi e empregadas domésticas, sofre com a falta de infraestrutura e saneamento básico onde no período da enchente a população é obrigada a fechar casas e comércios, direcionando-se através de pontes.

Os temas geradores observados durante a leitura de mundo foram: infraestrutura, saúde e policiamento.

TURMA SÃO JOSÉ III

Localizada na sede do município composta por 20 educandos em seu 80% adultos e 20% idosos.

Exercem com atividade econômica, pedreiros, moto taxi e empregadas domésticas.

Tem como problemática a falta de segurança pública por ser um bairro distante do centro da cidade, bem como a falta de infraestrutura adequada ao tamanho da população que vem crescendo gradativamente, tornando-se desta forma os temas geradores desta turma.

TURMA CORRENTEZA

Localizada na sede da cidade composta por 20 educandos sendo 70% adultos e 30% idosos.

Como atividade econômica tem em sua maioria agricultores e pescadores por ter proximidade com o rio Solimões.

Como problemática podemos ressaltar a falta de infraestrutura, saneamento básico e policiamento por se tratar de um bairro de invasão e com crescimento sem estrutura, originado-se a partir daí os temas geradores desta turma.

TURMA PALESTINA

Localizada no campo composta por 20 educandos com 60% adultos e 40% idosos.

Tem como atividade econômica a pesca e aposentados.

A comunidade sofre com problemas de ramais não asfaltados, falta de iluminação pública e policiamento também foi diagnosticado durante a leitura de mundo a falta de posto de saúde dando base para os temas geradores dessa turma.

TURMA CIPOAL

Localizada no campo composta por 20 educandos com 80% adultos e 20% idosos.

Exercem como atividade econômica a pesca e agricultura.

A comunidade tem como problemática a falta de infraestrutura, posto de saúde e policiamento subsidiando a partir da leitura de mundo os temas geradores dessa turma.

TURMA MEMBECA

Localizada no campo composta por 25 educandos com 80% adultos e 20% idosos.

Exercendo como atividade econômica o ofício de artesanato, agricultura e pesca.

Saindo à leitura de campo foi diagnosticado a falta de iluminação pública, infraestrutura e saneamento básico tornando-se desta forma os temas geradores desta turma.

TURMA VILA DO JACARÉ

Localizada no campo composta por 25 educandos com 80% adultos e 20% idosos.

Exerce como atividade econômica em sua maioria a pesca, agricultura e fabricação de farinha.

Como problemática ressaltamos a segurança pública, uso de entorpecentes e infraestrutura gerando a partir da leitura de mundo os temas geradores dessa turma.

TURMA NOSSA SENHORA DO CARMO

Localizada no campo composta por 20 educandos com 70% adultos e 30% idosos.

Exercem também como atividade econômica a pesca, agricultura e fabricação de farinha.

Ressaltamos que por se tratar de uma área vermelha a falta de segurança e o uso de entorpecentes são umas das problemáticas encontradas nessa comunidade originando os temas geradores dessa turma.

TURMA REPARTIMENTO DO TUIUÉ

Localizada no campo composta por 25 educandos com 70% adultos e 30% idosos.

Tem como atividade econômica a pesca, agricultura e fabricação de farinha.

Como problemas a serem ressaltados destacamos a falta de segurança pública, iluminação e infraestrutura subsidiando assim os temas gerados discutidos durante a leitura de mundo.

TURMA REPARTIMENTO DO TUIUÉ II

Localizada no campo composta por 25 educandos com 80% adultos e 20% idosos.

Tem como atividade econômica a pesca, agricultura e fabricação de farinha.

Como problemas a serem ressaltados destacamos a falta de segurança pública, iluminação e infraestrutura subsidiando assim os temas gerados discutidos durante a leitura de mundo dessa turma.



TURMA VILA DO CAVIANA

Localizada no campo composta por 20 educandos dos quais 80% são idosos e 20% são adultos.

Por ser uma turma localizada no campo suas atividades econômicas variam entre sua maioria agricultura, pesca e fabricação de farinha.

Essa turma tem como problemática a falta de políticas públicas como: saneamento básico, posto de saúde, policiamento e iluminação pública.

Mediante essas problemáticas os temas geradores foram escolhidos a fim de buscarem uma solução para tais problemas.

TURMA BELA VISTA

Localizada no campo composta por 20 educandos, sendo 70% por adultos 10% idosos e 20% jovens.

Como atividade econômica existe uma grande variação de rendas como: autônomos, agricultura, pesca, fabricação de farinha, costureira, manicure.

Por se localizar em uma área do campo a comunidade encontra-se com problemas de infraestrutura, iluminação e saneamento básico, levando os educandos a observarem que os temas saúde, ruas esburacadas e policiamento seriam os escolhidos durante a leitura de mudo por se tratarem da realidade que os cercam.

CAREIRO (CASTANHO)

É um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, é um dos municípios integrantes da Grande Manaus. O nome do município originou-se da palavra Careiro, que significa caminho do índio, está vinculado ao traçado do rio que o corta.

A história do município de Careiro está vinculada a de Manaus. O primeiro morador da região, de acordo com os registros primórdios, foi Francisco Ferreira, um caboclo.

Careiro tornou-se um Distrito da capital do Amazonas em 1938, através do Decreto-Lei nº 176, a qual criou em conjunto, outros diversos distritos e municípios no estado. A emancipação política e territorial do Careiro, com status de município, ocorreu apenas em 1955, quando este foi desmembrado do município de Manaus e passou a ser município autônomo. Pelo mesmo ato, a Vila do Careiro, então sede do lugar, é elevada à categoria de cidade.

Por estar localizada numa região de várzea, a sede é transferida em 1977 para uma área de terra firme, situada no km 102 da BR-319, que passa a abrigar o principal núcleo urbano do município.

O município de Careiro está localizado no estado do Amazonas, na Mesorregião do Centro Amazonense, que engloba 31 municípios do estado distribuídos em seis microrregiões, sendo que a microrregião à qual o município pertence é a Microrregião de Manaus, que reúne sete municípios: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri e Manaus. Careiro está distante 102 km a sul da capital amazonense.

Seus municípios limítrofes são Careiro da Várzea, Iranduba e Manaus ao norte; Manaquiri ao oeste; Autazes ao leste; Itacoatiara ao nordeste; e Borba ao sul. Sua população estimada em 2012 era de 33 517 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE.

Este município depois de realizadas todas as atividades de Leitura do Mundo, as dimensões política e social, foram as que mais se destacaram pela situação precária que se encontra a cidade em vários quesitos como saúde, educação, segurança, infraestrutura, moradia, transporte público dentre outros.

Bairros urbanos

Vista Alegre, Novo Horizonte, Novo Horizonte 2, Sebastião Borges, Centro, Bairro Novo e Distrito.

Bairros rurais

P.A. Papelão e Taquarinha.

Distritos

Araçá, Purupuru, Anveres, Janauacá e Mamori.

Careiro está situado às margens do Rio Negro, atualmente seu maior meio de transporte. O acesso por via fluvial, saindo de Manaus, leva cerca de 12 horas. Por via terrestre, a rodovia BR-319 é responsável por ligar o município à capital do estado, e aos municípios de Autazes, Careiro da Várzea e Borba.

O município está sendo atendido pelo projeto pela primeira vez nesta 6ª etapa e demonstrou ser um município que realmente necessita do projeto, dentro das dimensões a dimensão social chama atenção bem como a dimensão política o município carece de melhor infraestrutura com ruas esburacadas, falta de espaços de lazer para a comunidade, e ações de mobilização e intervenção social estão sendo planejadas pelas turmas que visam mudar a realidade do município.

Em Careiro o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 1 – Careiro – Cuidando da Nossa Gente.

Turmas do MOVA: 11

Turmas na cidade: 03

Turmas no campo: 08

NÚCLEO CAREIRO

Monitores:

- Alfredo Monteiro de Araujo
- Janaina Castro Quaresma
- Alessandra Braga dos Santos
- Crissia Maria de Souza Cavalcante



- Regina Alves dos Santos
- Priscila Kelly Alves da Conceição
- Lorena de Castro Macena
- Shirley de Freitas Almeida
- Fábria Pereira Gomes
- Sinamor Silveira Leal
- Lucinei da Silva Castro

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas:

- Infraestrutura
- Saúde
- Meio Ambiente

Considerações:

O município de Careiro Castanho é o novo município agregado ao Polo Amazonas nesta 6ª etapa e tem como principais dificuldades a questão da infraestrutura referente a ruas esburacadas, ramais que dificultam o acesso às turmas por não serem asfaltados, dificuldade com telefonia, transporte, além de possuir hospitais que não atendem a todas as necessidades da população.

PRINCIPAIS FESTAS CULTURAIS DA COMUNIDADE

- Festas Juninas das Escolas E Pio Lanteri 13º.
- Festa da Padroeira N.S. DE FÁTIMA.
- AGROPEC.
- Festa da Mandioca.
- Festa do Abacaxi.
- Festa Evangélica.

PERFIL DAS TURMAS

- As turmas são muito participativas, interagem com o grupo e socializam com os monitores.
- Estão atuando dentro do previsto na questão de frequência.

PERFIL DOS EDUCANDOS

Parceiro



Patrocinio



Apoio



- As turmas têm por predominância mais mulheres do que homens na cor parda, alguns são indígenas e branco, ainda é possível encontrar educandos que não tem documentos como CPF E RG, e o interesse em participar do curso profissionalizante é satisfatório. A economia solidária (artesanatos) foram desenvolvidas em algumas turmas e os educandos demonstraram interesse em realizar. Com relação à escolaridade dos educandos foi constatado que, um número pequeno já frequentou até um ano e outros nunca foram a uma sala de aula. A faixa etária dos educandos é de 19 a 82 anos.

AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DAS TURMAS

- A falta da merenda escolar em algumas turmas;
- Dificuldade de se deslocarem até a escola;
- Problemas oftalmológicos;
- Os parceiros tem sido os grandes aliados para o funcionamento deste Projeto nas comunidades. Temos como principais parceiros atuantes:
 - Prefeitura Municipal do Careiro Castanho, com suas Secretarias de Saúde, de Pesca, de Educação, pelo Estado o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas - IDAM, escolas Municipais e Estaduais, Pio Lanteri, CETAM.

PRINCIPAIS AVANÇOS DENTRO DO NÚCLEIO

- Os monitores já estão bem familiarizados com a Metodologia do MOVA-Brasil e a tendência é melhorar os ensinamentos dos educandos (as), os coordenadores locais estão garantindo dentro dos Núcleos parcerias para divulgar o projeto através de rádios, Tv e estão tendo o apoio de representantes das instituições, onde estão acompanhando os coordenadores a visitas as turmas, com palestras sobre vários temas. Os cursos profissionalizantes estão sendo esperados com bastante expectativa, percebemos que existem por parte dos educandos (as) vários cursos que gostariam de fazer, e muitos voltados para Economia Solidária.

FORMAÇÃO SEMANAL

- As formações semanais têm sido muito produtivas, os monitores estão empenhados, as dúvidas que surgem estão esclarecendo, os planos semanais tem sido realizados nas formações.

FESTA CIDADÃ

- Da festa cidadã no Núcleo Careiro Cuidando da Nossa Gente participaram na quinta-feira dia 15 de maio um evento promovido pelo MOVA-Brasil neste município. Foi realizado por sala, o que atraiu pessoas de todas as idades da comunidade. Em seguida fizeram apresentações, filmaram os educandos dando depoimentos, passaram slides relacionando sobre o tema gerador.

Porém, as aulas não foram concluídas devido o apagão geral na cidade e comunidade.

QUANTAS TURMAS NA CIDADE E NAS COMUNIDADES

- Na cidade são três turmas, e nas comunidades são oito.

Na Cidade:

Centro dos Idosos.



Colônia dos Pescadores.

Esc. Munic. João Lobo.

Nas Comunidades:

Vila do Samauma.

Purupuru duas Turmas.

Ramal São José.

Ramal Floresta.

Tilheiro

Nossa Senhora do Perpetuo Socorro (Nova Felicidade)

Terra Santa

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS TURMAS

- Algumas são bem estruturadas, com salas climatizadas, ventiladores e é possível encontrar sem nenhuma ventilação, com carteiras para todos, quadro branco. Com relação às deficiências das salas já estão sendo providenciados pelos parceiros aquelas salas de aula que ainda faltam algum material.

ONDE ESTÃO SENDO INSTALADAS AS TURMAS

As turmas são instaladas em Escolas Estaduais, Municipais, Igrejas, Associações de Pescadores, Centro de Idosos.

ENCHENTE DE 2014

A enchente de 2014 já está prejudicando os educandos de quatro comunidades, que são: Ramal do São José, Ramal do Floresta, N.S. DO Perpetuo do Socorro, na BR- 319 - Km 82 e Nova Felicidade na BR-319 - Km 123. Os educandos são obrigados a deslocarem de canoas e barcos. Em algumas comunidades na qual se desenvolve o projeto, já é possível ver inúmeras casas de educandos completamente alagadas, enfrentando assim grandes dificuldades como falta de transporte, mudanças para outras comunidades, observando a frequência baixa dos educandos.

CAREIRO DA VÁRZEA

Registra-se como primeiro morador da região, em 1870, o caboclo Francisco Ferreira. Mas somente no ano de 1938, através do Decreto Lei nº 176, cria-se no município de Manaus, o distrito do Careiro. Em 1955, é desmembrado do município de Manaus o seu território e o Careiro passa a ser município autônomo. No mesmo ato, a vila do careiro, sede do município, é elevada à categoria de cidade. Através da Lei nº1828 de 30.12.1987, o município, sede da antiga Vila do Careiro, é criado sob a denominação de careiro da Várzea.

Dos momentos culturais, destacam-se: Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, em 08 de dezembro; Festival do Leite, no mês de março e a Festival do Repolho, no mês de abril.

O PIB do Município, em 2008, representou cerca de R\$ 101.247 milhões, que o coloca na 24ª posição no ranking dos Municípios do Amazonas de maior PIB. A receita tributária municipal foi de R\$ 835.275,46 e os repasses estadual e federal foram, respectivamente: R\$ 5.394.531,10 e R\$ 136.464.64, em 2010. Em termos de geração de emprego, as principais atividades econômicas do Município, em 2010, foram:

Administração Pública com participação de (97,4%) destaque na área de Dirigente do serviço público estadual e distrital; Serviços (1,24%) e Serviços industriais de utilidade pública com (1,12%). As principais atividades econômicas foram: Serviços (55,58%), Agropecuária (7,52%) e Indústria (7,52%).

Representando, respectivamente, (2,49%), (0,06%) e (0,38%) do total de rendimento econômico do Estado. No setor primário despontaram, em 2009, atividades: Agrícolas, relativas à cultura de: Banana, Goiaba, Laranja,

Manga, Abacaxi, Milho, Tomate e Mandioca. A Pecuária apresentou Bovinocultura Mista, Bubalinocultura, e Avicultura, além da criação de Suínos.

A atividade de piscicultura alcança novos horizontes no município, com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal sustentável do Amazonas (Idam). O órgão desenvolve por meio da Unidade Local (Unloc) no Careiro da Várzea várias ações de capacitação do setor, entre elas cursos, palestras, debates e atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

A equipe da Unloc de Careiro da Várzea também levou aos piscicultores do município novas técnicas e conhecimentos sobre piscicultura, aquicultura e associativismos. Neste ano, a Cooperativa dos Piscicultores e Aquiculturas do Careiro da Várzea (Coopacarv) iniciará a exportação de peixes ornamentais para os demais estados brasileiros e para o exterior. Além dos peixes ornamentais, também há a produção de tambaquis, Matrinchã e pirarucu, destinados ao abastecimento do mercado local.

Por ano, são comercializadas dez toneladas de tambaqui, conforme dados da própria Associação.

O Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU revela a qualidade de vida do Município, com base na renda, educação e expectativa de vida, classificando-o como de médio desenvolvimento:

IDH Educação 0, 825,

IDH Renda 0, 568.

IDH Municipal 0, 711.

Segundo o PNUD, o IDH referente aos municípios passará por modificações, e deverá ser medido pela ótica de valores dos brasileiros, ou seja, o que pensa e como quer agir o cidadão brasileiro.

A principal atração turística-cultural do Município é o Festival do Leite, que ocorre no mês de março. Como fica próximo de Manaus e possui uma rica flora e inúmeras belezas naturais. O município é visitado por muitos turistas locais nos finais de semana. Como ponto de atração, a cidade conta também, com a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, localizada próxima ao belo igarapé do Janauacá.

O Município de Careiro da Várzea possui 51 escolas de nível pré-escolar, 56 escolas de nível fundamental e sete escolas de ensino médio. De acordo com o Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, realizado pelo Ministério da Educação, em 2009, o município recebeu notas 3.0 e 3.7, respectivamente, na Educação fundamental nos anos iniciais e na dos anos finais. O índice de analfabetismo ainda é muito alto com 2.284(15 anos ou mais de idade) percentual de 21,4%.

Em Dezembro de 2009, o Município apresentava um total de 11 Unidades de Saúde, e uma Unidade móvel Fluvial, compreendendo os Sistemas Municipal, Estadual e Federal, contando com cerca de 12 médicos e seis enfermeiros e sete técnicos de enfermagem.

Eleitores Aptos 14.166. Participação no Eleitorado AM 0,69%. Seu atual Prefeito foi eleito em 2012, para um mandato de quatro Anos. Dentre os movimentos sociais existentes no Careiro da Várzea, o Movimento da Juventude de Careiro da Várzea é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, em processo

de criação e tem como missão promover práticas de mobilização entre jovens e adolescentes na luta pelos seus direitos, Movimento Socioambiental SOS Encontro das Águas, Organização Mulheres e Homens do município Careiro da Várzea/AM.

Saneamento Básico: Este serviço foi privatizado e atualmente a COSAMA detêm responsabilidade pelo tratamento e fornecimento de água para o município. O abastecimento é feito através da captação de águas do Paraná do Careiro e do Rio Solimões. A Empresa conta com projetos de valor estimado em três milhões para expansão da rede até o ano de 2025. O fornecimento de energia está a cargo da Empresa Eletrobrás Amazonas Energia, que possui potencia instalada de 2.068 KW e demanda máxima de 1.302 kWh/h.

A Comunidade São João Batista, no Careiro da Várzea, passa a se chamar Aldeia Mura-Tucumã assumindo a sua identidade indígena. Os ribeirinhos, caboclos que ocupam a terra há pelo menos 55 anos, optaram por se definir indígenas após um período de busca pelas suas origens. O próximo passo da nova tribo é regularizar-se culturalmente, reaprender a língua Mura, falada em mínimas palavras entre alguns membros do grupo.

O núcleo dentro das dimensões teve destaque na questão social, política e ambiental, já que o município vem sofrendo bastante pela falta de iniciativa das autoridades em combate a drogas que invadem o município, a questão ambiental sempre é um destaque pela questão da enchente que afeta 99,9% do município.

No Careiro da Várzea o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 1 – Encontro das águas

Total de turmas do MOVA: 15

Turmas na cidade: 03

Turmas no campo: 12

NÚCLEO ENCONTRO DAS ÁGUAS

Monitores:

- André Felipe Matos Pereira
- Antônio Carlos da Costa Souza
- Josiane Oliveira da Silva
- Josivan Trindade Cabral
- Maria José Lima Carvalho
- Marijane Barbosa da Silva
- Renier Ramos Vieira
- Silvia da Silva Pinheiro

Parceiro

Patrocinio

Apoio



- Tereza Souza dos Anjos
- Francisco Filho Duarte
- Wanessa Pereira do Nascimento
- Laurinte Melo dos Santos
- Rosenilda do Nascimento Mota
- Raimunda Eliane de Souza Castro
- Geisiane dos Santos e Santos

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas;

- Enchente
- Meio Ambiente
- Drogas
- Saúde
- Infraestrutura

Considerações:

A realidade do Careiro da Várzea é a enchente. Sabemos que a cheia não é uma eventualidade, no entanto, é possível que os gestores dos municípios estejam preparados estruturalmente para o fenômeno, e foi o que ocorreu neste ano de 2014, apesar de a cheia não ter tido a mesma proporção que a que ocorreu em 2012 e assemelhar-se a de 2013 os gestores de escolas, prefeitura e moradores se organizaram e não sofreram tanto os efeitos causados pela mesma, inclusive graças a este planejamento as turmas do projeto mesmo se encontrando em sua totalidade em áreas de várzea não foram tão afetadas pela cheia deste ano. Temos no município quinze turmas do MOVA e este ano, o mais grave é que a cidade, ou melhor, a Sede da cidade foi atingida. Por isso a reivindicação de infraestrutura é justa e emergencial.

Fora do contexto da enchente, o abastecimento de água da cidade é precário. O tratamento não é adequado, ela chega suja na torneira e compromete a saúde de toda a população. E a empresa responsável pelo abastecimento faz pouco caso das situações.

A questão ambiental também chama atenção, a poluição dos rios, o desmatamento são questões que vem sendo tratadas fortemente pelas autoridades que veem os recursos ambientais que o município dispõe sendo de certa forma destruídos pela falta de consciência ambiental de algumas pessoas, e nesta questão o MOVA com sua visão Eco vem ajudando e dando sua parcela de contribuição ao município.

A falta de atendimento qualificado, nos postos de saúde, também é um grande questionamento das turmas. Faltam profissionais, faltam medicamentos e falta o principal: mais postos de saúde, para atenderem uma população que necessita de um olhar mais cuidadosa por parte de nossas autoridades.

PARINTINS

O município de Parintins como quase todos os demais municípios brasileiros, foi primitivamente habitado por indígenas. Sua descoberta ocorreu em 1749, quando, descendo o Rio Amazonas, o explorador José Gonçalves da Fonseca notou uma ilha que, por sua extensão, se sobressaía das outras localizadas à direita do grande rio.

A fundação da localidade só foi realizada em 1796, por José Pedro Cordovil, que veio com seus escravos e agregados para se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, chamando-a Tupinambarana. A rainha Dina Maria I deu-lhe a ilha de presente. Ali instalado, fundou uma fazenda de cacau, dedicando-se à cultura desse produto em grande escala. Ao sair dali, algum tempo depois, ofertou a ilha à rainha. Tupinambarana foi aceita e elevada à Missão Religiosa, em 1803, pelo Capitão – Mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao Frei José das Chagas, recebendo a denominação de Vila Nova da Rainha. A eficiente atuação de Frei José provocou um surto de progresso e desenvolvimento na Vila, mediante a organização da comarca do Alto Amazonas. Em 25.07.1833, passasse a Freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Era ainda Tupinambarana simples freguesia quando iniciou a revolução dos Cabanos no Pará e se alastrou por toda a província. O seu vigário – Padre Torquato Antônio de Souza teve atuação destacada durante a sedição servindo de delegado dos legalistas no Baixo Amazonas. Tupinambarana, talvez porque estivesse bem defendida, foi poupada aos ataques dos “Cabanos”.

Em 24.10.1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz, e constituiu o município até então ligado a Maués. Em 15.10.1852, pela Lei nº 02, é confirmada a criação do município. Em 14.03.1853, dá-se a instalação do município de Parintins.

Em 24.09.1858 é criada pela Lei Provincial a Comarca, compreendendo os termos judiciários de Vila Bela da Imperatriz e Vila Nova da Conceição.

Em 30.10.1880, pela Lei Provincial nº 499, a sede do município recebe foros de Cidade e passou a denominar-se Parintins.

Em 1881, foi desmembrado do município de Parintins o território que constituiu o município de Vila Nova de Barreirinha.

A divisão administrativa de 1911 figura o município com quatro distritos: Parintins, Paraná de Ramos, Jamundá e Xibuí.

Em 1933, aparece no quadro da divisão administrativa com um distrito apenas – o de Parintins.

Em 01.12.1938 pelo Decreto-Lei Estadual nº 176 é criado o distrito da Ilha das Cotias, passando assim o município a constituir-se de dois distritos: Parintins e Ilha das Cotias.

Em 24.09.1952, pela Lei Estadual nº 226, a comarca de Parintins perde os termos judiciários de Barreirinha e Uruará, que são transformados em comarcas.

Em 19.12.1956, pela Lei Estadual nº 96, é desmembrado do município de Parintins o distrito da Ilha das Cotias, que passa a constituir o município de Nhamundá.

Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o território de Parintins é acrescido do distrito de Mocambo.

População: 102.066 habitantes.

Setor Primário

Agricultura: junto com a pecuária, completa a formação econômica do setor primário. É representada pelas culturas temporárias: abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão e milho. Culturas permanentes: abacate, banana, cacau café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina.

Pecuária: é atividade de maior peso no setor primário. Compreende principalmente a criação de bovinos, vindo a seguir a criação de suínos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios.

Pesca: desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Estado, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios.

Avicultura: está voltada para o criatório em moldes domésticos, sendo representada principalmente pela criação de galinhas, seguida de perus, patos, marrecos e gansos.

Extrativismo Vegetal: é pouco representativo na formação do setor primário, mas destaca-se a exploração de borracha, cumaru, gomas não elásticas, madeira, óleo de copaíba e puxuri.

Setor Secundário

Indústrias: esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, sacos/fios/tela de juta, beneficiamento de arroz, moinho de café, beneficiamento de pau-rosa, estaleiros, serrarias, olarias, marcenarias.

Setor Terciário

Comércio: varejista e atacadista.

Serviços: hotéis, agências de viagem, agências bancárias, restaurantes, cinemas, hospitais, oficinas mecânicas, clínicas odontológicas, clínicas médicas.

Em Parintins destaca-se a dimensão social, política e ambiental pela precariedade em relação à oportunidade de empregos para a comunidade, infraestrutura, saúde dentre outros.

Distância da capital: 368 km via fluvial.

Em Parintins o MOVA-Brasil encontra-se:

Núcleos do MOVA: 01 - Parintins

Total de turmas do MOVA: -15 turmas Núcleo de Parintins.

Turmas na cidade: 12

Turmas no campo: 03

NUCLÉO PARINTINS

Monitores:

Parceiro

Patrocinio

Apoio



- Anderson Oliveira Batista
- Ariadna Santos Rodrigues
- Ana Cândida Ribeiro da Silva
- Cleisimar Serrão Paz
- Giselen de Souza Menezes
- Erick de Souza de Andrade
- Jackson Trindade Sarmento
- Maria Loreto Cunha Teixeira
- Mary Jane Silva Araújo
- Nicleia Colares Pinto
- Pedro Henrique Raposo
- Nair Antonia Belém de Souza
- Maria Raildes Belém de Souza
- Luciano Pantoja Barbosa
- Iza Cristiane Pereira Pinheiro

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas;

- Desemprego
- Meio Ambiente
- Saúde
- Violência
- Infraestrutura

Considerações de Parintins

Parintins, uma cidade de um povo alegre, hospitaleiro, cheio de histórias para contar e belezas naturais e artísticas para mostrar. Um povo que lida com as dificuldades e desafios do cotidiano apresentado pela natureza com a vinda da cheia ou da seca. Um povo caboclo, gerado da miscigenação que o mundo trouxe, com ribeirinhos da várzea e terra firme, pessoas humildes, guerreiras, que lutam pela sobrevivência e busca de dias melhores. Muitos, em meio às dificuldades sociais e econômicas apresentadas em sua realidade, não tiveram a oportunidade de receber uma educação sistemática, trabalhada em sala de aula. Desconhecendo assim, o mundo letrado.

O Projeto MOVA-Brasil, em 2014 já está em seu terceiro ano de atuação nesta cidade, promovendo de

maneira significativa mudanças na vida de muitos indivíduos, trazendo a eles a realização do sonho de aprender escrever o próprio nome, conhecer os seus direitos e deveres como cidadãos, aprendendo a olhar tudo a volta de maneira crítico-reflexivo.

Neste ano, o Projeto MOVA-Brasil atua em Parintins, com o núcleo que recebe o mesmo nome da cidade, tendo em sua coordenação local Katy Sumaira Alves dos Santos Souza. O “Núcleo Parintins” se constitui de 15 turmas, sendo que 12 funcionam na sede e 03 na zona rural da cidade.

As turmas situadas na sede estão distribuídas em diferentes bairros da cidade. Cada turma foi nomeada a partir da escolha em conjunto entre monitores e educandos. As turmas são as seguintes:

- **Turma Paulo Correa**

Situada no bairro Paulo Correa, um bairro localizado na periferia da cidade, que atualmente passa por muitos problemas voltados à infraestrutura. Neste bairro, a turma funciona em salas cedidas pela parceira local Igreja Batista Monte das Oliveiras. Atendendo moradores do próprio bairro e bairros próximos a ele. Com 24 educandos cadastrados, sendo 15 mulheres e 09 homens, diretamente acompanhados pela monitora Ana Cândida Ribeiro da Silva. O público atendido nesta turma constitui-se pessoas que são beneficiários e outros trabalham como autônomos, em áreas como artesanato.

- **Turma Paulo Correa II;**

Situada no bairro Paulo Correa, em uma sala cedida pela parceira local Igreja Batista Monte das Oliveiras, esta turma atende moradores do próprio bairro com 22 educandos cadastrados, sendo 17 mulheres e 05 homens, diretamente acompanhados pela monitora Giselen de Souza Menezes. O público atendido nesta turma constitui-se em sua maioria de aposentados e pessoas que trabalham como autônomos, diversificando suas áreas de atuação.

- **Turma Bairro da União**

Esta turma está localizada no bairro da União, bairro novo na cidade, originário de invasão de terras. Neste sentido, enfrenta problemas voltados à infraestrutura, saneamento básico etc. Possui 25 educandos cadastrados, sendo 18 mulheres e sete homens, que apresentam um perfil de trabalhadores nas áreas de pesca, tricicleiros, carroceiros, diaristas, auxiliar de cozinha, do lar, e em sua grande maioria trabalhadores autônomos. Estão sendo diretamente acompanhados pelo monitor Jackson Trindade Sarmento.

- **Turma São Vicente**

Esta turma se localiza no bairro São Vicente de Paulo, tem 25 educandos cadastrados, sendo 08 homens e 17 mulheres acompanhados pela monitora Mary Jane Silva Araújo. Os educandos desta turma estão subdivididos entre trabalhadores autônomos, gari, pensionistas e desempregados.

- **Turma São Jorge Reviver**

Esta turma tem 24 educandos cadastrados, sendo 19 mulheres e cinco homens, em sua maioria aposentados

e autônomos, que são acompanhados pela monitora Iza Cristiane Pereira Pinheiro; O bairro Santa Rita, onde esta turma está instalada sofre com o período da enchente, pois muitas das casas são afetadas, levando muitas famílias a alugarem casas em outros locais ou continuarem dentro de suas casas alagadas; Este fato prejudicou esta turma no início das aulas.

- **Turma Paulo Freire**

Esta turma tem 22 educandos cadastrados, sendo seis homens e 16 mulheres, que estão sendo diretamente acompanhados pela monitora Cleisimar Serrão Paes. A turma constitui-se de aposentados e domésticas sem registro, um artesão e autônomos; está situada no bairro do Palmares, na Rua Urucará, em uma comunidade base do referido bairro.

- **Turma Novo Amanhecer**

Esta turma está instalada no bairro Itaúna I, em um espaço cedido pela parceria local com a “Associação de moradores do bairro Itaúna I”, tem 24 educandos cadastrados, sendo 18 mulheres e 06 homens, diretamente acompanhados pelo monitor Erick de Souza de Andrade; Esta turma é constituída de adultos que trabalham como autônomos em diversas áreas.

- **Turma Unidos pela Educação**

Esta turma está localizada no bairro Paulo Correa, em uma sala de aula do “Centro Educacional Maria das Graças” cedido pela parceria local com esta instituição. Atende 23 educandos que estão cadastrados, sendo 09 homens e 14 mulheres diretamente acompanhados pela monitora Nicléa Colares Pinto. Os educandos constituem uma turma de adultos que trabalham como autônomos.

- **Turma Francesa**

Esta turma tem 27 educandos cadastrados, sendo 08 homens e 19 mulheres diretamente acompanhados pela monitora Nair Antônia Belém da Silva. A turma encontra-se instalada em uma sala de aula da escola Estadual Professor Anderson de Menezes. A principal rua que liga a turma aos outros bairros foi afetada com a enchente que ocorreu em grande proporção neste ano, dificultando o acesso à turma, mas com muito esforço e dedicação não houve grande abalo na frequência destes.

- **Turma Itauna**

Esta turma tem 25 educandos cadastrados, sendo 18 mulheres e 07 homens, diretamente acompanhados pela monitora Maria Loreto Cunha Teixeira. Esta turma se constitui de adultos e idosos, que estão desempregados ou aposentados, e encontram uma chance de adquirir recursos no período do festival folclórico de Parintins, onde trabalham em diversas áreas como vendas, limpeza pública, etc. Com período da cheia muitos educandos desta turma foram prejudicados, dificultando a vinda às aulas.

- **Turma Itaúna II**

Parceiro

Patrocinio

Apoio



Esta turma tem 23 educandos cadastrados, sendo 11 homens e 12 mulheres, diretamente acompanhados pelo monitor Pedro Henrique Raposo. Esta turma está instalada em uma Associação de moradores do bairro Itaúna II.

- **Turma Tupinambarana**

Esta turma está situada na sede Parintins, no bairro Santa Clara em uma sala cedida pelo Centro Pastoral da Igreja de Santa Clara. A turma constitui-se de 26 educandos cadastrados sendo 19 mulheres e 07 homens, que se subdividem entre trabalhadores autônomos, aposentados e empregados com registro.

As turmas a seguir estão situadas na Zona Rural da cidade de Parintins, são elas:

- **Turma Os Valerianos**

Esta turma está localizada na Zona Rural da cidade, especificamente na Comunidade da Valéria, constitui-se de educandos jovens, adultos e idosos trabalhadores que lidam com a roça, pesca e caça. A principal forma de chegar à comunidade é por meio da estrada, que se encontra atualmente em condições precárias, dificultando à ida dos produtores a cidade para comercializar seus produtos, e também por meio de embarcações fluviais. Esta turma possui 28 educandos cadastrados, sendo 21 homens e 07 mulheres, acompanhados pelo monitor Luciano Pantoja Barbosa.

- **Turma Felicidade**

Esta turma está instalada em uma comunidade rural, chamada “Bom Socorro do Zé Açú”, em uma sala que atende 23 educandos cadastrados, sendo 15 mulheres e 08 homens, que trabalham como produtores rurais e pescadores. A monitora Maria Raildes Belém de Souza acompanha esta turma.

- **Turma Santa Teresinha**

Esta turma está instalada em uma comunidade rural, chamada “Santa Teresinha que é uma das comunidades do Caburi (comunidade base)”. Funciona em uma sala da escola Municipal Santa Teresinha, atendendo 23 educandos cadastrados, sendo 15 mulheres e 08 homens, que trabalham como produtores rurais e pescadores. O monitor Anderson de Oliveira Batista acompanha esta turma.

As turmas acima apresentadas têm suas individualidades sejam em eventos festivos ou dificuldades enfrentadas. Os eventos festivos valem ressaltar estão voltados a festas de padroeiros que acontecem tanto nas comunidades rurais, como na sede Parintins, neste mês de julho teremos a festa da padroeira Nossa Senhora do Carmo, evento este, que faz as comunidades rurais comparecerem em grande massa, para participar do evento e assim pagarem suas promessas.

Outro grande evento ocorre no mês de Junho, a grande festa do Festival Folclórico de Parintins, conhecido em muitos lugares do mundo, como a festa que apresenta a disputa dos bumbás Garantido e Caprichoso. Este evento traz oportunidades de trabalhos, mesmo que em curto prazo, auxiliam muitas famílias parintinenses.

Anterior às festividades dos bumbás, acontece a apresentação de pastorinhas e do boizinho em miniatura, eventos que mechem com a população. Neste contexto, o Projeto MOVA-Brasil, também se entrelaça a essas dinamicidades do cotidiano parintinense, fazendo a diferença e trazendo a significância do indivíduo

como ser social.

ITACOATIARA

O nome Itacoatiara é originário da língua indígena e significa "Pedra Pintada", devido às inscrições gravadas em algumas pedras localizadas no rio Urubu em frente à cidade. Teve como primeiros habitantes os índios Muras, Juris, Abacaxis, Anicorés, Aponariás, Cumaxiás, Barés, Jumas, Juquis, Pariguais e Terás.

Em meados do século XVIII, na foz do rio Maturá, afluente do Rio Madeira, foi fundado pelo jesuíta Frei João da Silva o primeiro povoamento em território do atual município de Itacoatiara, entretanto a aldeia foi atacada pelos índios Muras, obrigando seus habitantes a se retirarem para o rio Canumã. Novamente os Muras voltam a atacar, e desta vez, os habitantes partem para o rio Abacaxis, afluente do Paraná Tupinambarana, onde teve início a aldeia de Abacaxis administrada pelos padres jesuítas. Estas disputas fizeram com que Itacoatiara mudasse de sede cinco vezes.

Em 1757 essa aldeia transfere-se para a margem esquerda do rio Amazonas, onde é hoje a cidade de Itacoatiara. Antes de ser chamada de Itacoatiara, o povoado foi batizado de Vila de Serpa, em 1759.

Em 10 de fevereiro de 1827, o termo judiciário de Serpa é reunido com os do município de Silves.

Um dos fatos históricos do Brasil no qual figura Itacoatiara, é a Cabanagem, uma revolta que teve início na província do Grão-Pará entre 1835 e 1836, em função da vida primitiva que esses revolucionários levavam, sentindo-se privados de seus direitos como cidadãos brasileiros, habitando em cabanas, daí a origem do nome do movimento.

A restauração do município é finalmente definida por força da Lei nº 74 de 10/12/1857, a cidade voltou a ser Vila de Serpa e mais tarde passou a chamar-se Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e, finalmente, o nome de Itacoatiara foi instituído pela Lei pronuncial nº 283, de 25 de abril de 1874 com base em projeto o deputado Damasco de Souza Barriga.

Outro fato histórico em que figura Itacoatiara é um combate naval que aconteceu em 24 de agosto de 1932 no Rio Amazonas bem defronte da cidade. O combate foi travado entre os revoltosos de Óbidos que haviam aderido a Constitucionalista de São Paulo, e as forças mandadas de Manaus, para combatê-los. Os revolucionários, formados em sua maioria por caboclos e índios do Pará, tencionavam ocupar Manaus invadindo as cidades próximas com uma "frota" de dois navios: Jaguaribe e Andirá. Em frente de Itacoatiara eles ameaçaram, com um tiro de canhão, bombardear a cidade caso não se entregassem. Mas o tiro "saiu pela culatra" com a chegada, no porto da Vila de Serpa dos navios Baependi e Ingá das forças do governo que bombardearam e afundaram a "frota" dos rebeldes.

O PIB do Município, em 2008, representou cerca de R\$ 822.215 milhões, que o coloca na 3ª posição no ranking dos Municípios do Amazonas de maior PIB. A receita tributária municipal foi de R\$ 5.193.709,67 e os repasses estadual e federal foram, respectivamente: R\$ 27.653.615,64 e R\$ 685.555,45, em 2010.

Em termos de geração de emprego, as principais Atividades Econômicas do Município foram: Administração Pública com (52,69% destaque para o aumento de professores na educação de jovens e adultos; Serviços (16,06%), Comércio (15,81%), destaque para comércio varejista, e indústria de Transformação com (12,48%) As Principais atividades Econômicas foram: Agropecuária com (35,42%), Indústria com (14,03%) e Serviços com (50,53%) Representando, respectivamente, (2,49%) (0,06%) e (2,77%) do Total do Rendimento Econômico do Estado. No setor primário despontaram, em 2009, atividades: Agrícolas: Abacaxi, Abacate, Banana, Coco, Laranja, Limão, Mamão, Tangerina, Cana-de-açúcar, Arroz, Feijão Mandioca; Pecuária: Bovinocultura Mista, Bubalinos e, Avícola: Avicultura.

O Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU revela a qualidade de vida do Município, com base na renda, educação e expectativa de vida, classificando-o como de médio desenvolvimento: IDH.

Educação 0, 825 IDH Renda 0, 568 IDH Municipal 0, 711 Segundo o PNUD, o IDH referente aos municípios passará por modificações e deverá ser medido pela ótica de valores dos brasileiros, ou seja, o que pensa e como quer agir o cidadão brasileiro.

Itacoatiara também demonstra a ligação com elementos de sua tradição, cujos aspectos se remetem à influência indígena e europeia constante no estado. Tais facetas podem ser facilmente percebidas nas festividades de um povo, transparecendo, do mesmo modo, no município. Destacam-se, portanto, as seguintes atrações: O Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI); Festa do Aniversário da cidade, em 25 de abril; o Festival Folclórico de Itacoatiara, no mês de março; A Feira Industrial; a Festa da Padroeira; a Procissão Fluvial de São Pedro; e a Festa de São Pedro, de 20 a 29 de junho.

Em 2009, o município apresentava um total de 14 Unidades de Saúde, compreendendo os Sistemas Municipal, Estadual e Federal, contando com cerca de 96 médicos, 73 enfermeiros e 38 técnicos de enfermagem. O município de Itacoatiara possui 106 escolas de nível pré-escolar, 156 escolas de nível fundamental e 12 de ensino médio.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), realizado pelo Ministério da Educação, em 2009, o município recebeu notas 3.5 e 3.6, respectivamente, na Educação fundamental nos anos iniciais e na dos anos finais. Sua taxa de analfabetismo é de 5.559 (população com 15 anos ou mais idade) com percentual de 11,8%.

Dentre os movimentos sociais de Itacoatiara o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) destaca-se pela luta. São 30 mulheres ligadas ao MMC que lutam por direitos reivindicavam melhores condições para saúde para as mulheres. Participam de audiência pública onde entregando pauta de reivindicações.

O município de Itacoatiara é contemplado por 27 sítios arqueológicos e mais seis novos sítios, descoberto recentemente. Até agora, dois sítios em área urbana foram considerados relevantes a receber visitas públicas: Jauari e Ponta do Juarí. Entre os critérios para a escolha está à vontade da comunidade pela implantação do projeto, a divulgação voltada para moradores e turistas, a capacidade de gestão e manutenção do poder público municipal, o ambiente de localização e o significado histórico.

O sítio do Jauari corresponde a uma área de seringal, ligado à produção da borracha do período pré-colonial. O mais interessante é que esse seringal está dentro de outro sítio, onde podem ser encontrados objetos que foram usados pelos indígenas nessa época. No sítio Ponta do Jauari é possível visualizar várias gravuras desenhadas em rochas feitas pelos índios.

No município de Itacoatiara tivemos destaques para a dimensão ambiental e social no que se refere à questão da poluição dos rios, infraestrutura e segurança.

Em Itacoatiara o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 1 – Velha Serpa

Total de turmas do MOVA: 15

Turmas na cidade: 12

Turmas no campo: 03

Parceiro



Patrocinio



Apoio

Ministério da
Educação



NÚCLEO VELHA SERPA

Monitores:

- Antonia Tavares Barbosa
- Barbara Borges da Silva
- Ivete Barbosa Nogueira
- Daiane da Silva Imbiriba
- Jorgea Tânia Amazonas Barros
- Elias Alves Amazonas
- Maria da Glória Lima de Souza
- Marinalva Monteiro de Castro
- Michel de Souza Dolzanes
- Nelza Medeiros Araújo
- Shirlene Silva de Oliveira
- Zenildo Marques Barbosa
- Raimunda Tavares Ktezinger
- Adelson Pereira da Conceição
- Maria Vanessa Marinho Barros

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas;

- Meio Ambiente
- Poluição
- Infraestrutura
- Segurança

Considerações:

No Núcleo Velha Serpa, a grande dificuldade gira ao redor da infraestrutura e segurança. Em algumas áreas onde funcionam turmas do MOVA, em determinado horário é perigoso andar nas ruas, pois os marginais cobram pedágio das pessoas. São áreas consideradas de risco onde a polícia não faz intervenções.

E a infraestrutura também é outro gargalo da população, rua em condição precária muito buraco. Os moradores precisam de recapeamento asfáltico.

A questão ambiental é um problema sério, pois a coleta do lixo não está cumprindo com seus deveres, ruas que ficam com acúmulo de lixo, o que gera fedor e doença causada por ratos e baratas, além de interferir até mesmo quanto ao turismo no que se relaciona a organização e limpeza dos locais públicos, que de certa forma estão desassistidos pelas autoridades do município.

No Núcleo Velha Serpa, Itacoatiara, Amazonas, funcionam 15 turmas, sendo 12 turmas na sede, duas em ramais ligados a estrada AM 010 e apenas uma ribeirinha. Mas a dificuldade da enchente do rio não só influencia a turma ribeirinha mais as duas turmas do bairro do Mutirão, uma no Bairro da Paz, uma no Tiradentes, uma no bairro da Colônia e uma no bairro Nogueira Jr., pois os acessos desses bairros à sede ficam inundados e não só a rua de acesso, mas também a maioria das casas dos comunitários, incluindo casas de educandos impedindo assim sua locomoção as turmas, pois a maioria de nossos educandos é idosa.

A idade de nossos educandos vai de 15 anos e seis meses a 105 anos a mais idosa. Nossos maiores parceiros nesse município são: Secretaria Municipal de Educação, Pastoral da Igreja Católica, Igreja Presbiteriana de Itacoatiara – IPI, e a Associação da Colônia de Pescadores – Z13 onde funcionam as nossas turmas. 60% de nossos educandos são mulheres, sendo 50% pardos, 30% brancos e 20% negros. A maioria de nossos educandos vive da pesca e da agricultura e apenas 20% são aposentados.

Nossa principal dificuldade é a falta da merenda escolar, pois muitos de nossos educandos são de classe muito humilde e muitas vezes não tem duas refeições diárias, levando dessa forma que nossos monitores sejam os únicos parceiros na merenda escolar, tirando de seus próprios recursos para que a merenda escolar seja levada a sala de aula aos educandos.

Nossos temas geradores são: Meio ambiente com subtemas reciclagem, lixo, esgoto doméstico; saúde com subtema prevenção e saúde da mulher; segurança com subtema segurança pública e violência doméstica; infraestrutura com subtema saneamento básico e pavimentação. Nossas festas culturais têm como base as festas católicas dos (as) Padroeiros (as) de cada comunidade, festas folclóricas Festival da música evangélica de Itacoatiara (Femevi), Academia de Letras com exposições de livros, filmes, e poesias e Festival da canção de Itacoatiara (Fecani), que na sua festividade trás todos os tipos de atrações culturais e artes e é conhecido em todo o Brasil fazendo parte do calendário turístico de nosso País.

CAAPIRANGA

Caapiranga é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas. Pertencente à Microrregião de Coari e Mesorregião do Centro Amazonense, possui uma população de 11 303, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012.

"Caapiranga" é um termo oriundo da língua tupi. Significa "mata vermelha", através da junção dos termos *ka'a* ("mata") e *pyrang* ("vermelho").

O curso histórico de Caapiranga se prende ao de Manacapuru. Em 15 de fevereiro de 1786, foi fundada, com o nome de Manacapuru, uma aldeia no local onde havia uma comunidade de índios Muras.

Em 27 de setembro de 1894, com o seu desenvolvimento, Manacapuru foi desmembrado de Manaus e passou a constituir município autônomo. Em 1939, Manacapuru perdeu parte de seu território para Manaus, ficando sua estrutura administrativa composta por três distritos: Manacapuru (sede), Beruri e Caapiranga. Em 28 de dezembro de 1981, pela Emenda Constitucional Doze, o Distrito de Caapiranga foi



desmembrado de Manacapuru e, acrescido de território adjacente até então pertencente à Anori, passou a constituir o novo Município de Caapiranga, sendo instalado a 01 de janeiro de 1983, com a posse de prefeito e vereadores.

Sua latitude é de 3.19.39 e a longitude de 61.12.32, possuindo uma área total de 9 457 km². Sua população estimada em 2010 era de 10 909 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sua economia tem como base o cará (raiz característica da Amazônia)

Neste núcleo após as realizações das festas cidadãs, foram definidos temas relacionados às dimensões ambientais e social no que se refere ao tratamento do lixo nas comunidades, segurança, mobilidade etc.

Em Caapiranga o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 1 – Luz do Saber

Total de turmas do MOVA: 15

Turmas na cidade: 05

Turmas no campo: 10

NÚCLEO LUZ DO SABER

Monitores:

- Ana Paula Pereira Matos
- Áurea do Socorro Pereira de Moraes
- Alcivan Vasconcelos Goês
- Edineuza de Cesar Mesquita
- Geiza Daiane Silva Cesar
- Janderson Mesquita Marques
- Diefesson Lucas de Vasconcelos
- Rogerio F. Medeiros
- Makeline Souza Martins
- Francimara V. Seabra
- Natacia dos Santos Batista
- Maria Simone Dantas de Souza

Parceiro



Patrocinio



Apoio





- Naidiane da Silva Martins
- Jozilene Lopes Sales
- Juciane Garcia da Silva

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas

- Meio Ambiente
- Saúde
- Infraestrutura

Considerações:

O núcleo Luz do Saber tem como destaque a questão de Saneamento Básico, a cidade sofre pela falta de coleta de lixo, até mesmo falta de lixeiras nas vias públicas o que faz com que a população jogue mais e mais lixo nas ruas.

A questão da saúde também é preocupante as unidades de saúde não possuem a aparelhagem adequada para atender a população que na maioria das vezes tem que se deslocar para Manaus para atendimentos de saúde mais específico.

A infraestrutura chama atenção também, falta de iluminação publica ruas emburradas e mesmo falta de segurança publica.

O núcleo Angelim de Caapiranga tem 15 turmas de alfabetização, cinco na cidade e dez no campo,

Com um total de 308 educandos/das, 90% os educandos são da cor parda, 5% são branca e 5% pretos.

TURMA SEM LIMITES

Localizada na comunidade de vila nova no lago de Caapiranga o monitor é o Rogerio Ferreira Medeiros, essa turma é composta por 21 educandos dos quais 70% são adultos 20% são idosos e 10 % são jovens.

Esta funcionando na escola municipal Nossa Senhora Aparecida.

A agricultura é as atividades econômicas das pessoas dessa comunidade, com destaque para a produção de farinha de mandioca.

Tema gerador Meio Ambiente e subtema Lixo, ação de mobilização de educandos/das estão produzindo placas de conscientização sobre o meio ambiente e estão buscando junto à secretaria responsável pela área no município para aplicação de ações relacionadas ao lixo na comunidade.

TURMA GADITAS

A turma esta localizada na sede do município na Rua Antonio Macena, Bairro Santa Luzia a sua composição



de 70% de adulto 20% de idosos e 10% de jovens. Sua atividade econômica esta centrada na agricultura e pesca.

Possui 20 educandos, o tema gerador é Infraestrutura e o subtema ruas esburacadas, a monitora é Makeline Souza Martins.

As ações de intervenção na realidade ainda estão sendo definidas segundo a monitora.

TURMA NOVA ESPERANÇA

Essa turma está instalada na comunidade de Mamual rio Manacapuru, com 20 educandos/das, sua composição é de 70% adulto 20% idosos e 10% jovens e os educandos são pescadores e agricultores e tem como atividade econômica a produção de farinha da mandioca e pesca.

Na comunidade não funciona a EJA.

A Monitora é a Jozilene Lopes Sales e a turma escolheu trabalhar com o tema infraestrutura e subtema ruas esburacadas, ainda não aconteceu intervenção na turma.

TURMA PATUÁ

Monitora Juciane Garcia da Silva

Tema Gerador: Infraestrutura

Subtema: Ruas esburacadas

80% da turma são agricultores e 20% pescadores, turma possui 20 educandos.

A Turma está inserida na Comunidade por nome de Patuá. Na Escola Municipal Francisco Ferreira de Souza.

Turma Mais Saber

Monitor Alcivan Vasconcelos Góis

Tema Gerador Saúde, Agricultura.

Subtema Falta de Remédio, Escoamento da produção.

A Turma está inserida na Comunidade Umari.

70% São Agricultores, 15% Carpinteiro, 15 Artesãos.

A Turma possui 20 Educandos.

TURMA SAMAUMA II

Monitora: Edineuza de Cesar Mesquita

A turma tem 23 Educandos



Tema Gerador: Meio Ambiente

Subtema: Água, Lixo nos Rios, Lixo nas Ruas

Funciona na Escola Municipal São Francisco

Na Comunidade Samauma 2.

90% são agricultores e 10% pescadores.

TURMA NUNCA É TARDE

Monitora: Nadiane da Silva Martins

Está Localizada na Sede do Município na Rua Antonio Macena, Bairro Santa Luzia.

A Turma Funciona na escola Municipal Queiroz Neto.

A turma tem 20 Educandos.

Tema Gerador: Meio Ambiente, Infraestrutura.

Subtema: Rua Esburacada, Lixo.

90% são agricultores e 10% pescador.

TURMA APRENDENDO MAIS

Monitora: Francimara Vilacio Seabra

A Turma funciona na sede do município, no Bairro Novo Horizonte, Escola Municipal Novo Horizonte.

A Turma tem 20 Educandos.

Tema Gerador: Infraestrutura.

Subtema: Ruas esburacadas.

Horário de funcionamento 18 as 21.

90% dos educandos são agricultores e 10% pescador.

TURMA QUEIROZ NETO

Monitora Aurea do Socorro Pereira de Moraes.

Funciona na sede do Município, na Rua Antonio Macena, Bairro Santa Luzia.

Tema Gerador: Infraestrutura

Subtema: Rua esburacada



Funciona na Escola Municipal Queiroz Neto

20 educandos matriculados.

100% agricultores.

Horário de Funcionamento das 19 as 22.

TURMA ALFA

Monitora Ana Paula Pereira Matos

Tema Gerador Meio Ambiente, Agricultura.

Subtema, Lixo, escoamento de produção.

80% da turma são agricultores, 10% pescadores, 5% carpinteiros e 5% serradores.

Localizada na Comunidade Uixi rio Manacapuru.

20 Educandos.

Horário de funcionamento de 19 as 22

TURMA RENASCER SÃO JORGE

21 educandos matriculados.

Monitor: Diefesson Lucas de Vasconcelos

Tema: Gerador Infraestrutura, Saúde.

Subtema> Pavimentação das ruas falta de Remédio.

Localizada na Comunidade de São Jorge, rio Manacapuru.

Funciona na Escola Municipal Agirineu Percil da Cruz

Horário de Funcionamento. 19 as 22.

90% agricultor, 10 % serrador.

TURMA DEUS É FIEL

Monitora: Maria Simone Dantas de Souza

Tema Gerador: Infraestrutura.

Subtema: Falta de luz nos portes.

Localiza-se na Comunidade Monte Alegre



Tem 22 educandos matriculados.

Funciona na Igreja Evangélica Assembleia de Deus

100% são agricultores.

Horário de funcionamento: das 18 as 21.

TURMA PROJETO DE DEUS

Monitora: Geisa Daiane Silva Cesar

Tema Gerador: Meio Ambiente, Agricultura.

Subtema: Água, Escoamento da produção.

Localiza-se na comunidade Samauma

Local de funcionamento, Escola Municipal Hermenegido Soares.

Tem 20 educandos

Horário de funcionamento: 19 as 22h

100% agricultores.

TURMA VENCEDORES

Monitora: Natacia Dos Santos Batista.

Tema Gerador: Infraestrutura

Subtema: Ruas esburacadas

Localizada na comunidade de Canaã, rio Manacapuru.

Local de funcionamento: Escola municipal Adelino Galdino

Horário de funcionamento da turma: 19 às 22

60% dos educandos são agricultores, 20% pescadores e 20% serradores.

Tem 20 educandos matriculados.

TURMA CONSTRUINDO O FUTURO

Monitor: Janderson Mesquita Marques

Tema Gerador: Infraestrutura

Subtema: Ruas esburacadas



Localiza-se na sede do município, bairro Novo Horizonte

Funciona na escola municipal Novo Horizonte.

Horário de funcionamento: 18 as 21h

Tem 20 educandos.

100% são agricultores.

TURMA MAIS SABER

Monitor: Alcivan Vasconcelos Góis

Tema gerador: saúde, agricultura.

Subtema: falta de remédio, escoação da produção.

Localizada na comunidade de Umari, rio Manacapuru.

Funciona na Escola Municipal São Tomé

Horário de funcionamento: das 18 às 21h

Tema 20 educandos

100% dos educandos são agricultores.

MANAQUIRI

Manaquiri é um município brasileiro do estado do Amazonas. Situa-se ao sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 54 quilômetros. Sua altitude é de apenas 48 metros acima do nível do mar.

Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, é um dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 24 325 habitantes.

Em 1849, o cientista britânico Alfred Russel Wallace passou dois meses em Manaquiri, fazendo pesquisas sobre peixes, insetos, aves e mamíferos, como ele mesmo narra no seu livro *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, tradução brasileira do original inglês *A Narrative of Travells on the Amazon and Rio Negro, with an Account of the Native Tribes, and Observations on the Climate, Geology, and Natural History of the Amazon Valley*.

Naquele tempo, meados do século XIX, Manaquiri era apenas uma pequena fazenda do português Antônio José Brandão, que ali criava animais de grande e de pequeno porte, cultivava fumo e cana-de-açúcar, e produzia todo tipo de frutas tropicais, como goiaba, banana, laranja e muitas outras.

Ele era casado com uma mestiça, neta do chefe Manaus Comadri, de Mariuá, havida por uma filha desse cacique com um português da tropa ao serviço do governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que fora a Mariuá estabelecer a vila que seria sede da Capitania de São José da Barra do Rio Negro.

O referido governador escolheu Mariuá, cujo nome alterou para Barcelos, atendendo às determinações do *Diretório dos Índios*, proposta do seu irmão Marquês de Pombal, e aprovado por alvará de 1758. Este

documento legal determinava, entre outras providências, a mudança dos nomes de aldeias e vilas de língua indígena para a portuguesa.

Durante a chamada Cabanagem, revolução que se iniciou no Pará e se estendeu até o alto Amazonas, os índios vizinhos de Antônio José Brandão, com quem se davam bem, foram aliciados pelos cabanos, atacaram a fazenda, chacinaram quase todos os empregados, mataram os animais e incendiaram a casa de moradia. Sua família não foi trucidada porque logrou esconder-se na floresta, durante três dias, até que conseguiu sair para a Barra do Rio Negro, como se chamava Manaus, naquele tempo.

Antônio José Brandão reconstruiu sua fazenda, mas não refez sua casa-grande, por desgosto. Pai de doze filhos, ele era sogro de Henrique Antony (nome de rua em Manaus), casado com Leocádia Brandão Antony, de quem descende toda a família Antony, do Amazonas; e, também, de Alexandre Paulo de Brito Amorim, português de Arcos de Valdevez, casado com Amélia Brandão de Amorim, o qual, como Vice-Cônsul, foi o primeiro representante consular do governo português em Manaus, de 1854 a 1873, e um dos fundadores da Associação Comercial do Amazonas.

Em 1866, Alexandre Paulo de Brito Amorim constituiu a Companhia de Navegação do Alto Amazonas, que obteve concessão para explorar as linhas do rio Negro, Purus e Madeira, a partir de Manaus.

Na capital amazonense, existe, em sua homenagem, a Rua Alexandre Amorim. Ele foi o pai de Antônio Brandão de Amorim, tupinólogo, autor do livro *Lendas em Nheengatu e em Português*, publicado originalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1928, e, depois, em 1987, pela Associação Comercial do Amazonas.

Em relação ao município de Manaquiri tivemos destaque na dimensão social e política, já que a cidade sofre por falta de iniciativa das autoridades, dificuldades em relação à saúde, infraestrutura, transporte público, falta de oportunidade de empregos, dentre outras.

Em Manaquiri o MOVA-BRASIL encontra-se:

Núcleos do MOVA: 01

Total de turmas do MOVA: 15

Turmas na cidade: 07

Turmas no campo: 08

NÚCLEO ANGELIM

Monitores:

- Bruna de Souza Cramer
- Estela Mendes da Silva
- Erica Freitas Arruda
- Eliciane do Nascimento

Parceiro

Patrocinio

Apoio



- Eliane dos Santos Gomes
- Rosana Silva Vasconcelos
- Márcia dos Santos Souza
- Tilene Vilhena Achão
- Luana Moraes Magalhães
- Luan Nascimento Passos
- Rosenilda da Silva Monteiro
- Simone Mendes Pontes
- Maria Laiana dos Santos Silva
- Ana Tereza da Silva Oliveira
- Tânia Rios da Siva

Temas Geradores identificados a partir da Leitura do Mundo Inicial das Turmas;

- Saúde
- Infraestrutura
- Meio Ambiente
- Infraestrutura

Considerações:

A cidade de Manquiri enfrenta alguns problemas relacionados à infraestrutura com ruas esburacadas, falta de iluminação pública.

Outro fator também diz respeito à falta de um posto de saúde qualificado para atendimento da população que se vê a mercê em certas situações.

O desemprego também é alarmante em Manquiri a maioria dos moradores trabalha por conta própria, já que a única fonte de emprego praticamente é a prefeitura do município, que não pode atender a população total em relação à contratação de funcionários.

O núcleo Angelim de Manquiri tem 15 turmas de alfabetização, sete na cidade e oito no campo,

Com um total de 324 educandos/das.

O perfil das turmas apresentam algumas semelhanças e peculiaridade, apresentarei o perfil e os temas trabalhados e as peculiaridades de cada turma.

Turma Igarapé do Piauí

Localizada na comunidade do Piauí no Lago do Januacá.

Essa turma é composta por 22 educandos dos quais 70% são adultos 20% são idosos e 10 % são jovens.

A agricultura e a pesca são as atividades econômicas das pessoas dessa comunidade, com destaque para a produção de farinha de mandioca.

A comunidade sofre por falta de assistências de algumas políticas públicas como: falta de um poço artesiano, pois a água do lago não é apropriada para o consumo e quando esta no período da seca a situação complica ainda mais, pois a água impura fica escassa.

Falta de um posto de saúde, escola de EJA, asfaltamento do ramal que no período de chuva fica impossível trafegar e escoar a produção.

Mediante todos esses problemas a turma escolheu trabalhar com o tema meio ambiente, pois, para eles a implantação de um **poço artesiano na comunidade** traria muitos benefícios para todos como a falta está trazendo muitas complicações, como: doenças transmitidas pela contaminação da água e a partir desses temas a turma vai trabalhar a leitura, escrita e a matemática.

A ação de intervenção social da turma será uma mobilização de educandos/das, junto à secretaria de infraestrutura e secretaria de meio ambiente reivindicando a implantação de um poço artesiano na comunidade, mostrando também os graves problemas causados por sua falta.

Turma Vila do Januacá

Essa turma fica na comunidade do Januacá distante da cidade de Manaquiri 40 km. A turma tem a sua composição de 60% de adultos, 10% de idosos e 30% de jovens. Sua atividade econômica está centrada na agricultura e pesca.

A comunidade tem aproximadamente 500 comunitários.

A turma na sua Leitura de Mundo identificou vários problemas como: lixo nas ruas, pesca predatória, esgoto, contaminação das águas, desmatamento, falta de posto de saúde que atendam as necessidades básicas das pessoas, segurança pública, política de desenvolvimento econômico, área de lazer e de esporte.

A turma escolheu trabalhar com o tema **meio ambiente e subtema lixo**, por achar que a situação do lixo está muito complicada é trazendo graves problemas para as pessoas e para a comunidade como contaminação dos rios, contaminação do solo, proliferação de doenças e mau cheiro e é com esse tema que a turma vai trabalhar a escrita, leitura, conhecimentos matemáticos e o social.

Como ação de intervenção na realidade a turma vai fazer um relatório com os problemas causados pelo lixo com fotos e um abaixo assinado dos educandos e comunitários e levar para a secretaria do meio ambiente de Manaquiri.

Turma Barro Alto

Essa turma está instalada na comunidade do Barro Alto a 20 minutos de Manaquiri

Com 20 educandos/das, sua composição é de 65% adulto 5% idosos e 30% jovens e 65% homens, 35%

mulheres a cor parda é predominante.

Os educandos são na sua maioria trabalhadores rurais e tem como atividade econômica a produção de farinha da mandioca.

A turma na leitura de mundo levantou varias problemas que a comunidade vem passada e consequentemente os comunitários como: iluminação pública, falta de asfalto nas ruas e ramos, lixo nas ruas, contaminação dos rios, desemprego, escola de EJA, tratamento da água, valorização da cultura local como produtos feito artesanalmente na comunidade, posto de saúde e segurança pública.

A turma escolheu trabalha com o **tema infraestrutura e subtema iluminação pública**, a razão é que a comunidade vem sofrendo com a falta de iluminação e apagão, como paralisação do comércio local, a falta de segurança, pois no escuro fica, mas propenso à criminalidade.

Como intervenção a turma vai fazer um baixo assinado com os educandos e comunitários e leva para a Amazonas energia e secretária de infraestrutura comprando uma solução para o problema.

Turma ramal da Esmeralda

Essa turma fica no ramal da Esmeralda na estrada do Manaquiri no Km 21.

Com 22 educandos/das a turma é composta de 70% adulto, 28% jovens e 5% idosos e tem 70% homens e 30% mulheres, todos são pardo e trabalhadores rurais a principal atividade econômica é a produção de frutais como abacaxi, mamão, banana e farinha de mandioca.

Na leitura de mundo a turma levantou vários problemas com os quais a comunidade vem enfrentando como: falta de uma escola na comunidade, asfaltamento do ramal, política agrária, documentação de terra, compras dos produtos e assistência técnica para os produtores.

A turma escolheu trabalhar com o tema **infraestrutura** e o subtema, **ramal**, por que acha que esse problema é mais significativo para todos eles, pois é pelo ramal que eles tiram os produtos e têm acesso à cidade, quando chove é impossível trafegar no ramal e chove muito nessa área.

Como ação de intervenção a turma vai fazer uma mobilização na secretaria de infraestrutura reivindicando o asfaltamento do ramal.

Turma ramal 2000

Essa turma fica na comunidade Nova Esperança no ramal 2000 na estrada do Manaquiri Km 28. Com 20 educandos/as a turma tem 65% de adulto, 30 de jovens e 10% de idoso, com 40% mulheres e 60% homens cor predominante é a parda, todos são trabalhadores rurais a atividade econômica e a produção de farinha é cupuaçu.

Na leitura de mundo a turma levantou vários problemas com os quais a comunidade vem enfrentada como: falta de uma escola na comunidade, asfaltamento do ramal, política agrária, documentação de terra, compras dos produtos e assistência técnica para os produtores.

A turma escolheu trabalha com o **tema infraestrutura e subtema ramal** por acha que esse problema é mais significativo para todos eles, pois é pelo ramal que eles tiram os produtos e tem acesso à cidade, quando chove é impossível trafegar no ramal com isso as crianças deixam de ir à escola e os produtos ficam retidos na comunidade e se acontecer de alguém passar mal a ambulância não ira pegar a pessoa.

Como ação de intervenção a turma vai fazer uma mobilização é um abaixo assinado e leva na secretaria de infraestrutura reivindicando o asfaltamento do ramal.

Turma lago do Jaraqui

Essa turma fica na comunidade do jaraqui ha 6 km de Manaquiri com 20 educandos/das a turma tem 51% de homens e 49% mulheres e composta por 90% de adultos e 10% de jovens que são trabalhadores rurais a principal atividade econômica é a produção de farinha e o extrativismo de castanha do para é seringa.

Na Leitura do Mundo a turma levantou vários problemas que a comunidade vem enfrentando com: falta de um poço artesiano, valorização da produção local.

Reforma agrária, assistência técnica ao produtor, escola e valorização da cultura local.

A turma escolheu trabalhar com o **tema infraestrutura e subtema água potável**, pois, a comunidade sofre muito com a falta de um poço artesiano principalmente na época da seca, nessa época eles chegam a bebe água de cacimba.

Sua ação de intervenção será fazer um abaixo assinado dos educandos e comunitários e levar a secretária de infraestrutura reivindicando esse direito.

Turma do Puraque

Essa turma fica no lago do Puraque a 7 km da cidade na comunidade Santa Rosa que tem cerca de 80 pessoas com 25 educandos a turma tem na sua composição 53 % de homens e 47% mulheres e 50% de adulto, 30 % idosos e 20% jovens. Todos são pardos e trabalhadores rurais mesmo os que já são aposentados. A principal atividade econômica é a produção de farinha extrativismo de castanha e açaí.

Na leitura de mundo os educandos levantaram muitos problemas que afeta a comunidade como: poluição do lago falta de políticas públicas, construção de uma ponte, assistência técnica para os produtores reconhecimento do artesanato, transporte escolar.

A turma escolheu trabalhar com o **tema meio ambiente e subtema poluição do lago**, pois a poluição do lago vem causando muitos problemas para a comunidade como: morte de peixe, transmissão de bactérias, água imprópria para a utilização e consumo.

Como intervenção a turma veio conscientizar os comunitários a não jogarem lixo no lago e buscar junto à secretaria do meio ambiente a implementação de pontos de coleta do lixo.

Turma centro 1

Essa turma fica no centro da cidade de Manaquiri, com 20 educandos a turma tem a sua composição de 80% de mulheres, 20 % de homens e 60% idosos 40% adultos todos são pardos cerca de 30% dos educandos não trabalham vive da aposentadoria, temos nessa turma: vigia trabalhadores rurais, donas de casas, empregadas domésticas.

Na leitura de mundo os educandos/das frisarão vários problemas que a comunidade enfrenta como: esgoto a céu aberto, desemprego, falta de área de lazer, lixo nas ruas, ruas esburacadas, iluminação precária.

A turma escolheu trabalhar com o **tema meio ambiente e o subtema saneamento básico**, pois, a comunidade não tem rede de esgoto e o esgoto doméstico vai todo para o rio causando a sua poluição e também causando mau cheiro por onde passa.

Como ação de intervenção turma vai fazer uma mobilização junto à secretaria do meio ambiente e secretaria de infraestrutura uma rede de esgoto reivindicando esse direito.

Turma centro 2

Essa turma fica no centro da cidade com 20 educandos/das, sua composição é 80% e mulheres e 20% de homens, 60% são de adultos e 20% de idosos e 20% de jovens. Os educandos são trabalhadores rurais, domésticas, donas de casa e aposentados.

Na leitura de mundo muitos problemas foram levantados como: iluminação pública, esgoto a céu aberto, falta de um bom atendimento médico, ruas esburacadas, lixo nas ruas, construção de casas populares.

Como tema essa turma escolheu trabalhar **a infraestrutura e o subtema iluminação pública** a razão é que a comunidade sofre com a escuridão, “não dar para ir à igreja ao comércio e nem dar uma volta, relata uma educanda”.

Como ação de intervenção a turma vai fazer uma mobilização junto à empresa Amazonas Energia e a secretaria de infraestrutura com baixo assinado reivindicando esse direito.

Turma conjunto novo 1

Essa turma fica no bairro novo com cerca de 2700 pessoas esse bairro e composto na sua grande maioria por pessoas de baixa renda.

A turma tem 20 educandos sendo que 52% são homens é 48% são mulheres, 85% são adultos e 15% são idosos.

Na turma têm trabalhadores rurais, donas de casas, autônomo, pedreiro.

Na leitura de mundo a turma levantou vários problemas que afetam a comunidade como: falta de creche, educação de baixa qualidade, ruas esburacadas, iluminação pública, esgoto a céu aberto, desemprego, lixo nas ruas.

Como tema gerador essa turma escolheu trabalhar com o tema **infraestrutura e subtema educação**. Pois para eles a educação é a base de tudo, educação ambiental educação escolar, educação sexual, educação dos direitos e deveres de cada cidadão.

Como ação de intervenção a turma vai fazer um baixo assinado e manda para a secretaria de educação municipal reivindicando a abertura de uma turma de EJA na comunidade.

Turma Coari

Localizada na comunidade do Coari no lago do Januaca essa turma tem 20 educandos que são 55% homens e 45% mulheres. Essa turma está no processo de leitura de mundo inicial, pois ela começou a funcionar 16 do mês de junho.

Turma conjunto novo 2

Essa turma fica no bairro novo, com 20 educandos/das tem sua composição de 51% de homens e 49% de mulheres 70% são adultos 20 % são idosos e 10% são jovens. Os educandos são trabalhadores rurais, aposentados, funcionário público, costureira e autônomo.

Na leitura de mundo a turma levantou vários problemas que afetam a comunidade como: saúde pública, iluminação pública, desemprego, ruas esburacadas, lixo nas ruas, esgoto, falta de energia.

Como tema gerador a turma escolheu trabalhar com o **tema meio ambiente e subtema lixo**, pois segundo a turma é grande a quantidade de lixo que tem nas ruas e o destino que dão ao lixo não é adequado.

Como ação de mobilização a turma vai reivindicar na secretaria de meio ambiente um destino melhor para o lixo e conscientizar a comunidade para não jogar lixo nas ruas.

Turma bairro novo 1

Essa turma fica no bairro novo com 20 educandos, a composição da turma é de 75% mulheres e 25% homens, 80% são adultos e 20% são idosos. Na turma temos trabalhadores rurais, donas de casa e aposentados.

Na leitura de mundo a turma levantou muitos problemas que a comunidade vem sofrendo como: falta de um bom atendimento hospitalar, lixo nas ruas, desemprego, segurança pública, saúde pública, ruas esburacadas.

A turma escolheu trabalhar com o **tema saúde pública e subtema mulher**, por achar que as mulheres sofrem muito como violência dos parceiros, falta de especialista médico da mulher, falta de lazer e estudo.

Como ação de mobilização a turma vai buscar conscientizar as mulheres de seus direitos.

Bairro novo 2

Essa turma fica no bairro novo com 17 educandos, sua composição é de 70 % de mulheres e 30 % e 55% são de aposentados 45% de adulto.

A turma é composta de trabalhadores rurais e aposentados.

Na leitura de mundo a turma levantou vários problemas como: falta de iluminação pública, ruas esburacadas, esgoto, fossa séptica, lixo nas ruas.

A turma vai trabalhar com o tema gerador **meio ambiente e o subtema lixo nas ruas**, por achar que a situação do lixo esta ficando grave e causando sérios problemas para as pessoas.

Como ação de intervenção a turma vai realiza uma ação de conscientização dos comunitários a não jogarem lixo nas ruas.

Turma bairro novo 3



Essa turma fica no bairro novo com 20 educandos.

Na Leitura do Mundo os educandos levantaram vários problemas que a comunidade vem enfrentando como: falta de iluminação pública, ruas esburacadas, esgoto, fossa séptica, lixo nas ruas, saúde pública.

A turma escolheu trabalhar com **a saúde pública e o subtema saúde da criança.**

Como ação de intervenção a turma vai mandar um relatório com as necessidades básicas das crianças para a secretaria de saúde para chamar a atenção para a saúde das crianças.

5 - PLANO DE AÇÃO DO POLO AMAZONAS

O presente Plano de Ação do Projeto MOVA-Brasil do Polo Amazonas contemplou 10 ações a serem desenvolvidas ao longo de sua 6ª Etapa:

PRÉ-SELEÇÕES DE MONITORES E COORDENADORES LOCAIS

Justificativa

Momento em que as parcerias do projeto dialogam para selecionar colaboradores e organizar turmas para o desenvolvimento do trabalho, visando à alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Objetivos

- Selecionar colaboradores para a realização do trabalho no Polo.
- Mapear e montar as turmas de alfabetização do Polo.

Metas

Organizar 118 turmas de alfabetização distribuídas em oito municípios, de acordo com a demanda identificada.

Cronograma

A pré-seleção acontecerá na semana de 10 a 18 de fevereiro nos municípios de Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Caapiranga e Manaus com início das aulas em 14/04/ 2014.

10.02.2014 – Caapiranga

11.02.2014 – Manacapuru

12.02.2014 – Careiro da Várzea

12.02.2014 – Careiro Castanho

Parceiro



Patrocinio



Apoio





13.02.2014 – Manaquiri

14.02.2014 – Itacoatiara

17.02.2014 – Parintins

18.02.2014 – Manaus

RECEBIMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS CADASTROS DE NÚCLEO, COORDENADORES LOCAIS, TURMAS, MONITORES E EDUCANDOS

Justificativa

Organizar todos os materiais referentes a cadastros de Coordenadores Locais, Núcleos, turmas, monitores e educandos para inserção de dados no sistema MOVA.

Objetivos

- Garantir que todos os colaboradores estejam devidamente cadastrados no sistema.
- Cumprir prazo de cadastramento dos 2.360 educandos do Polo Amazonas.

Metas

Garantir que todas as turmas instaladas nesta 6ª etapa mantenham-se até ao final do projeto.

Cronograma

A organização e inserção dos cadastrados acontecerão até o mês 07/2014.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Justificativa

Momento em que os assistentes pedagógicos juntamente com a coordenação de Polo, possam garantir o acompanhamento e o suporte necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos que serão desenvolvidos pelos educandos nas salas de aula, além de visitas as turmas e em reuniões semanais, como garantir formações mensais e bimestrais a todos os colaboradores.

Objetivos

- Garantir o acompanhamento às turmas através de visitas.
- Dar suporte através de acompanhamentos em reuniões de formação semanal, para uma maior qualidade em relação ao preenchimento dos instrumentais, além de verificar se a metodologia do projeto vem sendo aplicada.
- Planejamento de formações mensais e bimestrais.

Metas

Facilitar a compreensão didático-pedagógica dos colaboradores visando o cumprimento de prazos referentes a entregas de instrumentais e atividades a serem desenvolvidas como Encontro de Educandos, seminários de práticas pedagógicas, mobilizações e intervenções e etc.

Cronograma

Durante toda a etapa.

FORMAÇÕES INICIAIS E CONTINUADAS

Justificativa

A ideia de incompletude do ser, sobre o qual nos fala o mestre Paulo Freire, e a consciência de toda a complexidade envolvida na tarefa de alfabetizar na perspectiva da cidadania planetária, exige que o Projeto MOVA-Brasil propicie momentos formativos no âmbito individual e coletivo de todas as equipes do MOVA, nas dimensões política, pedagógica e administrativa.

FORMAÇÕES				
Quantidade.	Total de dias e horas	Público	Responsabilidade	Orientação
01 Formação Inicial.	03 dias x 8h = 24h	Coordenadores Locais	Realizada pela coordenação de Polo e acompanhada pela coordenação pedagógica Nacional (Rodrigo Costa).	Compartilhar a proposta de pauta com a coordenação nacional até 15/03, e enviar proposta de demanda aos seus coordenadores pedagógicos até 15/03.
01 Formação Inicial	40h	Monitores e Coordenadores Locais.	Realizada pela coordenação de Polo e acompanhada pela Coordenação Pedagógica Nacional.	Compartilhar a proposta de pauta com os coordenadores da Coordenação Nacional até de 15/03. Enviar proposta e solicitação de demanda

				a coordenação pedagógica até dia 15/03.
07 Formações continuadas.	03 dia x 8h = por encontro (até o mês de julho). 02 dias x 08h = 16h (a partir do mês de agosto á novembro). 01 dia x 08h = 08h (mês de dezembro). 02 formações x 24h = 48h 04 formações x 16h = 64h 01 formação x 08h = 08h	Coordenadores locais	Realizada pela coordenação de Polo e acompanhada pela Coordenação Pedagógica Nacional.	Compartilhar pauta e relatoria com a coordenação pedagógica nacional mensalmente.
03 formações gerais continuadas.	03 formações x 16h = 48h (maio, setembro e dezembro).	Monitores e Coordenadores Locais.	Realizada pela coordenação de Polo e acompanhada pela Coordenação Pedagógica Nacional.	Enviar cronograma das formações até 12/04 com relação de local, endereços e demandas.
36 formações	01 dia x 4h = 4h – por encontro. 36 formações x 4h = 144h.	Monitores	Realizada pelo coordenador local e acompanhada pela coordenação de Polo.	Coordenação de Polo deve organizar relação para acompanhamento junto ao coordenador local.



Cronograma das Atividades do Projeto MOVA-Brasil - 6ª etapa -2014

Ação / periodicidade/ total de horas	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Início das aulas			14								
Término das aulas										28/nov	
Formaturas											01 a 05
Encontro de Educandos							04 a 28	13 a 23	31		
Seminário de práticas								8			
Inserção dos cadastros no Sistema MOVA-Brasil			Início	Término no dia 16							
Pré-Seleção e seleção dos coordenadores locais e monitores (equipe e articulação social)	10 a 18										
Contratação pelo IPF dos coordenadores locais			1								
Contratação pelo IPF dos monitores			7		9						
Término do contrato do monitor											12
Término do contrato do coordenador local											19
Lançamento do livro do MOVA – 10 anos				19							
Formação inicial da coordenação de Polo (coordenadores dos Polos, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos) realizada pela equipe pedagógica do projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF. (5 dias x 8h = 40h)		17 a 21 SP									
Formação continuada da Coordenação dos Polos (coordenadores dos Polos, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos) realizada pela equipe pedagógica do projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF. (4 dias x 8h x 4encontros = 128h).				06 a 09 CE			05 a 08 PE		17 a 20 Porto Alegre		15 a 18 SP

Parceiro



Patrocínio



Apoio





Formação inicial dos coordenadores locais realizada pelas coordenações dos Polos e acompanhadas pela coordenação pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe do IPF. (3 dias x 8h = 24h).			01 a 03								
Formação inicial dos monitores e coordenadores locais realizada pelas coordenações dos Polos e acompanhadas pela coordenação pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe do IPF. (5 dias x 8h = 40h).			07 a 11								
Formação continuada com os coordenadores locais e equipe de Polo. O encontro será uma vez ao mês em cada Polo. (16h x 8 encontros =128h)				12 a 14 (3 dias)		01 a 03 (3 dias)	12 a 13	02 a 03	07 e 08	04 e 05	02 e 03
Formação permanente aos coordenadores e monitores. O encontro será a cada dois meses em cada Polo, preferencialmente na semana seguinte ao encontro de formação continuada dos coordenadores de Polo. (3 encontros de x16h=48h)				19 a 21 (Manaus) 26 a 27 (Parintins)				08 a 09 (Manaus) 16 e 17 (Parintins)			12 (Manaus)
Formação continuada aos monitores (semanal) preferencialmente as sexta-feira, nas sedes dos Núcleos com a coordenação local. (4h x36 encontros =144horas)			25	09, 16, 23 e 30	06, 13 e 27	04, 11, 18 e 25	01, 08, 15, 22 e 29	05, 12, 19 e 26.	03, 10, 17, 24 e 31	07, 14 e 28	
X Encontro Nacional da Rede MOVA - Porto Alegre									17 a 20		

Parceiro



Patrocínio



Apoio





FESTA COMUNITÁRIA CIDADÃ

Justificativa

Abordar, debater e definir, após a leitura de mundo dos aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos de cada turma os temas geradores que serão trabalhados ao longo de toda a etapa, com a participação direta dos educandos, comunidade e parceiros.

Objetivos

- Organizar os grupos para uma participação ativa em toda a Festa por meio de apresentações artísticas-culturais que traduzem a Leitura do Mundo realizada em cada turma.
- Garantir que os educandos apresentem as informações que foram coletadas durante a incursão pela comunidade.
- Planejamento das ações de mobilização e intervenção social que serão desenvolvidas ao longo do projeto.

Metas

Mobilizar 08 coordenadores locais, 118 monitores e 2.360 educandos para a realização em suas turmas das festas cidadãs.

Cronograma

Maio- (Parintins, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Careiro Castanho, Caapiranga).

SEMINÁRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Justificativa

A realização do III Seminário de Práticas do Projeto MOVA-Brasil é uma das possibilidades e espaço para o processo de reflexão coletiva sobre as práticas de alfabetização e educação profissional dos educandos, considerando as diferentes e diversificadas experiências desenvolvidas em sala de aula, bem como um importante momento de ação-reflexão-ação na busca da qualidade social do serviço educacional prestado a milhares de jovens, adultos e idosos que decidiram ler e escrever as palavras para melhor entender o mundo.

Objetivos

- Conhecer, refletir, valorizar práticas pedagógicas das monitoras e monitores do MOVA-Brasil.
- Socializar e qualificar as ações desenvolvidas pelas monitoras e monitores nas salas de alfabetização com vistas a integrar a educação profissional com a alfabetização.

Metas

Mobilizar 126 monitores e coordenadores do Projeto para apresentarem e discutirem suas práticas de sala de aula no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos e educação profissional, entre os meses de junho e outubro de 2014.

Cronograma

Etapa	Data/período
Monitores apresentam seus trabalhos no Seminário Regional, por núcleo, e escolhem a prática representativa do Núcleo, durante uma formação semanal de monitores.	Junho/julho
Seminário Estadual de Práticas de alfabetização e qualificação profissional (apresentação de 01 trabalho por núcleo) durante uma das formações bimestrais e monitores e coordenadores locais.	08/09 (Manaus). 16/09 (Parintins).
Atualização das Práticas apresentadas no Encontro Estadual – Formação Continuada de coordenadores locais	Setembro
Os trabalhos selecionados serão apresentados durante o Seminário Nacional, na penúltima Formação de Coordenadores de Polo.	13 a 16/10.

Cronograma de Apresentação das Práticas Pedagógicas nos Núcleo.

Núcleo: Angelim Município: Manaquirí		Mês: Julho / Agosto				
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25	01/ago	
Bairro Novo I / Bruna Cramer	X					
Bairro Novo II / Irenilda Andrade				X		
Bairro Novo III / Érica Arruda	X					
Barro Alto / Eliciane Souza		X				
Centro I / Tânia Rios					X	
Centro II / Tiene Achão		X				
Coari / Ana Tereza Silva			X			
Conjunto Novo I / Luã Nascimento		X				
Conjunto Novo II / Rosenilda Monteiro	X					
Igarapé do Piauí / Marcia Souza					X	
Jaraqui / Eliane Gomes			X			
Lago do Puraque / Estela Mendes			X			
Ramal 2000 / Jéssica Moraes				X		
Ramal Esmeralda / Rosana Silva				X		
Vila Janaucá/ Maria Laiana					X	
Núcleo: Caapiranga Município: Caapiranga		Mês: Julho				
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25		
Alfa Uixi / Thiago Hermes				X		
Aprendendo Mais / Francimara Vilaço			X			
Canaã / Natacia dos Santos			X			



Construindo o Futuro / Janderson Mesquita		X					
Deus é Fiel / Maria Simone			X				
Gaditas Guerreiros / Makeline Souza	X						
Mais Saber / Alcivan Vasconcelos			X				
Nova Esperança / Jozinener Lopes				X			
Nunca é Tarde / Naidiane da Silva				X			
Pataua / Kelly Cesar				X			
Projeto de Deus / Geisa Daiana Silva	X						
Queiroz Neto / Áurea do Socorro Moraes		X					
Renascer São Jorge / Diefesson Lucas		X					
Samaumma II / Edineuza de Cesar	X						
Sem Limites / Rogério Ferreira		X					
Núcleo: Careiro - Cuidando da nossa gente Município: Careiro Castanho Mês: julho							
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25			
Colônia de Pescador / Críssia Cavalcante				X			
Desvendando o Saber / Alesandra Braga			X				
Flor da Castanheira / Shirley Freitas			X				
Nova Esperança / Fábria Pereira	X						
Nova Esperança - Sede / Priscila Kelly				X			
Nova Floresta / Janaína Quaresma		X					
Novo Saber / Alfredo Monteiro			X				
Os Vencedores / Sinamor Leal		X					
Terra Santa / Regina Alves	X						
Tilheiro / Lorena Macena		X					
Vivendo e Aprendendo / Lucinei Castro	X						
Núcleo: Encontro das águas Município: Careiro da Várzea Mês: Julho							
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25			
Assembléia de Deus - Miracauera/ Antônio Carlos	X						
Coronel Fiúza I / Raimunda Elizete				X			
Coronel Fiúza II / Laurinete Melo			X				
Grêmio / Francisco Filho			X				
Gutierrez / Wanessa Pereira				X			
Km 05 / Rosenilda Mota	X						
Miracauera / André Felipe		X					
Monte das Oliveiras / Geisiane Santos				X			
Nossa Senhora Aparecida / Tereza Anjos		X					
Nossa Senhora Conceição / Josiane Oliveira			X				
Nossa S. Perpetuo Socorro/Marijane Barbosa			X				
São Francisco Gurupá / Maria José Lima				X			
São Lázaro / Renier Ramos		X					

Terra Nova / Sílvia Pinheiro	X						
Terra Nova II / Josivan Trindade		X					
Núcleo: Itacoatiara Município: Itacoatiara		Mês: Julho					
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25	01/ago		
Bairro da Paz / Antônia Tavares			X				
Bairro Eduardo Braga II / Michel de Souza					X		
Colônia / Zenildo Marques				X			
Com. São João Batista - Sudam / Neuza Medeiros		X					
Javary I / Adelson Pereira				X			
Javary II - Col de Pescadores Z 13 / Ivete Barbosa				X			
Mamard Armed / Shirlene Silva					X		
Multirão / Maria da Glória				X			
Multirão II / Barbara Cristina			X				
Nogueira Jr. / Raimunda Tavares					X		
Olga de Marais - Tiradente / Jorgea Tânia			X				
Prainha / Maria Vanessa Marinho		X					
Santo Antônio Rondon I / Elias Alves					X		
São Raimundo / Dayane da Silva		X					
Vila do Batista / Marinalva Monteiro					X		
Núcleo: Manacapuru Município: Manacapuru		Mês: Julho					
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25	01/ago		
Bela Vista/ Sílvia Lima Martins	X						
Caviana / Raiane Fernandes		X					
Correnteza / Carina Silva					X		
Membeca / Lucimar Nascimento	X						
Nossa Senhora do Carmo / Nara Gomes	X						
Novo Manaca / Jarede Ferreira					X		
Palestina / Angela Botelho	X						
Ramal do Cipoal- Nova Aliança / Luciane Oliveira		X					
Repartimento de Tuiú / Áurea Batista		X					
Repartimento do Tuiú / Vanderleia Soares		X					
São José III / Azenate Nogueira				X			
São José III / Cleicimar Ferreira				X			
Terra Preta / Eliete Martins				X			
Vale Verde / Ana Paula Batitsa					X		
Vila do Jacaré / Ingrid Souza					X		
Núcleo: Manaós Município: Manaus		Mês: Julho / Agosto					
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25	01/ago	08/ago	
Águas Claras / Vânia Auxiliadora				X			
Açutuba / Francidalva Franco						X	

Açutuba 2 / Sheila de Souza						X	
Bela Vista / Ana Carolina Amaral	X						
Betânia / Vanessa Carvalho					X		
Caboclo / Parícia Ferreira		X					
Coração do Zumbi / Brenda Albuquerque			X				
Diamante / Marinez Oliveira		X					
Esperança / Antônia Maria		X					
Estrela / Karoliny Monteverde				X			
Jorge Teixeira I / Eleny Dias				X			
Lago do Aleixo / Francisca Simay	X						
Luz do Saber/ Maiana Paes					X		
Santo Antônio / Rayza Madalena	X						
Tancredo Neves / Sthefanny Lima					X		
Unidos pela Educação / Maria Lidiane			X				
Vitória - Compensa 2 / Wanderlete Xavier			X				
Núcleo: Parintins Município: Parintins							
Mês: Julho / Agosto							
Turma/Monitor (a)	4	11	18	25	01/ago	08/ago	
Bairro União / Jackson Trindade				X			
Felicidade / Maria Raíldes					X		
Francesa / Nair Belém					X		
Itaúna / Maria Loreto					X		
Itaúna II / Claudenilza Areia			X				
Novo Amanhecer / Erick Souza			X				
Os Valerianos / Luciano Pantoja		X					
Paulo Correa / Giselen Souza				X			
Paulo Correa II / Ana Candida Ribeiro				X			
Paulo Freire / Cleissimar Serrão			X				
Santa Terezinha do Caburi / Anderson Oliveira						X	
São Jorge Reviver / Tyciane Pontes						X	
São Vicente de Paula / Izete Correa						X	
Tupinambarana / Ariadna Santos		X					
Unidos pela Educação / Nicléa Colares		X					

ENCONTROS DE EDUCANDOS E EDUCANDAS DO POLO AMAZONAS EM NÍVEL LOCAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL.

Justificativa

A importância de ouvir as diversas vozes dos educandos como sujeitos de sua aprendizagem sob a égide da pedagogia libertadora, na perspectiva da cidadania planetária, aprofundando a gestão democrática e a qualidade social da educação.

Objetivos

- Mobilizar os educandos e educandas para participar como sujeitos do processo de construção da cidadania planetária a partir da sala de aula, lendo o mundo e a palavra.
- Dialogar com os educandos e educandas do MOVA sobre o índice de analfabetismo no seu estado/município e sobre possíveis contribuições para redução desse índice, como exercício de cidadania, num processo de responsabilidade partilhada.
- Refletir e propor alternativas de continuidade dos estudos para os educandos e educandas do Projeto MOVA-Brasil em outros programas de EJA e/ou sistema de ensino municipal e estadual.
- Construir propostas de participação nos espaços de formulação das políticas sociais (fóruns, encontros, seminários, congressos e outras reuniões abertas da educação; assembleias e outras reuniões abertas dos conselhos da saúde, transporte, moradia, tutelar e outros; sessão da Câmara de Vereadores; reuniões abertas com representantes do governo municipal, estadual ou federal; reuniões abertas do orçamento participativo etc.).
- Refletir sobre a educação profissional na Educação de Jovens e Adultos e avaliar as ações do Projeto para inserção dos (as) educandos (as) no mundo do trabalho.

Metas

Realizar encontros regionais em todos os Núcleos, 01 encontro estadual e mobilizar educandos neste processo de reflexão sobre os significados da alfabetização para a cidadania planetária e educação profissional.

Ouvir, registrar e sistematizar depoimentos, opiniões e reflexões dos educandos e educandas sobre o papel da alfabetização na construção da cidadania planetária e da educação profissional no Projeto MOVA-Brasil.



Cronograma de Encontro de Educandos por Sala

Núcleo: Angelim																
Mês: Agosto																
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28
Bairro Novo I / Bruna Cramer		X														
Bairro Novo II / Irenilda Andrade		X														
Bairro Novo III / Érica Arruda		X														
Barro Alto / Eliciane Souza										X						
Centro I / Tânia Rios				X												
Centro II / Tilene Achão				X												
Coari / Ana Tereza Silva	X															
Conjunto Novo I / Luã Nascimento		X														
Conjunto Novo II / Rosenilda Monteiro		X														
Igarapé do Piauí / Marcia Souza	X															
Jaraqui / Eliane Gomes									X							
Lago do Puraque / Estela Mendes											X					
Ramal 2000 / Jéssica Moraes					X											
Ramal Esmeralda / Rosana Silva						X										
Vila Janauacá/ Maria Laiana			X													
Núcleo: Caapiranga																
Mês: Agosto																
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28
Alfa Uixi / Thiago Hermes						X										
Aprendendo Mais / Francimara Vilaço													X			
Canaã / Natacia dos Santos			X													
Construindo o Futuro / Janderson Mesquita											X					
Deus é Fiel / Maria Simone												X				
Gaditas Guerreiros / Makeline Souza	X															



Mais Saber / Alcivan Vasconcelos		X															
Nova Esperança / Jozinener Lopes														X			
Nunca é Tarde / Naidiane da Silva	X																
Pataua / Kelly Cesar								X									
Projeto de Deus / Geisa Daiana Silva										X							
Queiroz Neto / Aurea do Socorro Moraes	X																
Renascer São Jorge / Diefesson Lucas				X													
Samaumma II / Edineuza de Cesar										X							
Sem Limites / Rogério Ferreira					X												
Núcleo: Careiro - Cuidando da nossa gente																	
Mês: Agosto																	
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28	
Colônia de Pescador / Críssia Cavalcante								X									
Desvendando o Saber / Alesandra Braga										X							
Flor da Castanheira / Shirley Freitas								X									
Nova Esperança / Fábria Pereira																	X
Nova Esperança - Sede / Priscila Kelly								X									
Nova Floresta / Janaína Quaresma													X				
Novo Saber / Alfredo Monteiro											X						
Os Vencedores / Sinamor Leal												X					
Terra Santa / Regina Alves																X	
Tilheiro / Lorena Macena														X			
Vivendo e Aprendendo / Lucinei Castro																	X
Núcleo: Encontro das águas																	
Mês: Agosto																	
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28	
Assembléia de Deus - Miracauera/ Antônio Carlos												X					
Coronel Fiúza I / Raimunda Elizete											X						
Coronel Fiúza II / Laurinete Melo								X									



Grêmio / Francisco Filho											X						
Gutierrez / Wanessa Pereira								X									
Km 05 / Rosenilda Mota								X									
Miracauera / André Felipe												X					
Monte das Oliveiras / Geisiane Santos										X							
Nossa Senhora Aparecida / Tereza Anjos							X										
Nossa Senhora Conceição / Josiane Oliveira									X								
Nossa S. Perpetuo Socorro/Marijane Barbosa											X						
São Francisco Gurupá / Maria José Lima							X										
São Lázaro / Renier Ramos										X							
Terra Nova / Sílvia Pinheiro								X									
Terra Nova II / Josivan Trindade								X									
Núcleo: Itacoatiara																	
Mês: Agosto																	
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28	
Bairro da Paz / Antônia Tavares							X										
Bairro Eduardo Braga II / Michel de Souza					X												
Colônia / Zenildo Marques								X									
Com. São João Batista - Sudam / Neuza Medeiros										X							
Javary I / Adelson Pereira	X																
Javary II – Col de Pescadores Z 13 / Ivete Barbosa	X																
Mamard Armed / Shirlene Silva					X												
Multirão / Maria da Glória			X														
Multirão II / Barbara Cristina			X														
Nogueira Jr. / Raimunda Tavares				X													
Olga de Marais - Tiradente / Jorgea Tânia						X											
Prainha / Maria Vanessa Marinho		X															
Santo Antônio Rondon I / Elias Alves									X								



São Raimundo / Dayane da Silva		X															
Vila do Batista / Marinalva Monteiro												X					
Núcleo: Manacapuru																	
Mês: Agosto																	
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28	
Bela Vista/ Sílvia Lima Martins	X																
Caviana / Raiane Fernandes	X																
Correnteza / Carina Silva		X															
Membeca / Lucimar Nascimento		X															
Nossa Senhora do Carmo/ Nara Gomes	X																
Novo Manaca / Jaredo Ferreira	X																
Palestina / Angela Botelho			X														
Ramal do Cipoal- Nova Aliança / Luciane Oliveira				X													
Repartimento de Tuiú / Áurea Batista													X				
Repartimento do Tuiú / Vanderleia Soares													X				
São José III / Azenate Nogueira					X												
São José III / Cleicimar Ferreira						X											
Terra Preta / Eliete Martins							X										
Vale Verde / Ana Paula Batitsa												X					
Vila do Jacaré / Ingrid Souza												X					
Núcleo: Manaós																	
Mês: Agosto																	
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28	
Águas Claras / Vânia Auxiliadora					X												
Açutuba / Francidalva Franco																	X
Açutuba 2 / Sheila de Souza																	X
Bela Vista / Ana Carolina Amaral				X													
Betânia / Vanessa Carvalho										X							
Caboclo / Parícia Ferreira								X									



Coração do Zumbi / Brenda Albuquerque														X		
Diamante / Marinez Oliveira											X					
Esperança / Antônia Maria								X								
Estrela / Karoliny Monteverde		X														
Jorge Teixeira I / Eleny Dias			X													
Lago do Aleixo / Francisca Simay		X														
Luz do Saber/ Maiana Paes						X										
Santo Antônio / Rayza Madalena	X															
Tancredo Neves / Sthefanny Lima											X					
Unidos pela Educação / Maria Lidiane															X	
Vitória - Compensa 2 / Wanderlete Xavier												X				
Núcleo: Parintins																
Mês: Agosto																
Turma/Monitor (a)	4	5	6	7	11	12	13	14	18	19	20	21	25	26	27	28
Bairro União / Jackson Trindade													X			
Felicidade / Maria Raildes									X							
Francesa / Nair Belém									X							
Itaúna / Maria Loreto											X					
Itaúna II / Claudenilza Areia										X						
Novo Amanhecer / Erick Souza				X												
Os Valerianos / Luciano Pantoja	X															
Paulo Correa / Giselen Souza													X			
Paulo Correa II / Ana Candida Ribeiro			X													
Paulo Freire / Cleissimar Serrão												X				
Santa Terezinha do Caburi / Anderson Oliveira														X		
São Jorge Reviver / Tyciane Pontes										X						
São Vicente de Paula / Izete Correa		X														
Tupinambarana / Ariadna Santos											X					
Unidos pela Educação / Nicléa Colares																X

Parceiro



Patrocínio



Apoio





Cronograma do Encontro de Educandos Municipal por Núcleo

Núcleo / Município	Data
Angelin / Manaquiri	16/set
Caapiranga / Caapiranga	20/set
Careiro - Cuidando da Nossa Gente / Careiro Castanho	17/set
Encontro das Águas / Careiro da Várzea	23/set
Itacoatiara / Itacoatiara	13/set
Manacapuru / Manacapuru	20/set
Manaós / Manaus	18/set
Parintins / Parintins	19/set

Cronograma do Encontro de Educandos Estadual

Polo	Data
Amazonas	23/out

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E FREQUENCIA DE EDUCANDOS (AS) NAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO

Justificativa

Acompanhar as ações desenvolvidas nos 10 Núcleos que compõem o Polo, para garantir um bom desenvolvimento e cumprimento das demandas solicitadas.

Objetivo

- Monitoramento de atividades realizadas pelos Núcleos.
- Garantir um maior controle em relação a frequências dos educandos.
- Criar estratégias que evitem as evasões.

Meta

Garantir o acompanhamento de todas as 118 turmas durante toda a etapa.

Cronograma

Durante toda a etapa.



REALIZAÇÕES DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAIS ESTABELECIDOS PELAS TURMAS

Justificativa

Garantir ações que visem à melhoria da realidade em que os educandos se encontram inseridos, através de mobilizações e intervenções sociais que estejam ligadas aos temas geradores definidos por cada turma.

Objetivo

- Transformação da realidade das comunidades através de intervenções sociais.

Meta

Educandos como sujeitos ativos em suas comunidades, sabendo de seu papel como agentes transformadores de suas realidades.

Cronograma

Maio a novembro

FORMATURAS DOS EDUCANDOS E EDUCANDAS DO Polo AMAZONAS

Justificativa

É uma ocasião para celebrar os conhecimentos e aprendizagens adquiridas e aperfeiçoadas em decorrência da participação no Projeto, assim como a realização da entrega dos portfólios de conclusão do curso de alfabetização.

Objetivo

- Certificar os educandos que participam do Projeto.
- Reconhecer as aprendizagens significativas e necessárias ao seu cotidiano.

Meta

Certificar no mínimo 80% de educandos que participaram do processo de alfabetização no Projeto.

Cronograma

Semana de 01 a 05 de dezembro.

GARANTIA DE PARCERIAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EDUCANDOS DO PROJETO MOVA-BRASIL, ATRAVÉS DE CONVENIOS COM INSTITUIÇÕES COMO IFAM, CETAM, SEBRAE, CRAS, SEDUC, SEMED, SESI, UFAM E REFERENTE À ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Justificativa

Qualificação e Inserção dos educandos no Mercado de Trabalho através de parcerias firmadas nos municípios através dos parceiros locais, articuladores juntamente com a equipe e Polo e coordenadores locais com instituições presentes em cada núcleo, e a implantação de atividades de economia solidária em todas as turmas pertencentes ao Polo.



Objetivo

- Garantir que todos os 08 Núcleos firmem parcerias e insiram seus educandos nos cursos de qualificação profissional.
- Garantir que todos os educandos participem de atividades relacionadas à economia solidária para poder garantir estratégias que possibilitem que os educandos ao final do projeto aprendam formas de melhorar sua renda.

Meta

Garantir que 10% dos educandos do Polo Amazonas estejam inseridos nos cursos de qualificação profissional.

Garantir que todas as turmas trabalhem assuntos e atividades relacionadas à economia solidária.

Cronograma

Levantamento das expectativas dos educandos: 14/04 a 19/06. .

Mapeamento de cursos e organizações que atuam na formação profissional: 03/06 a 25/06.

Firmar parcerias: período 22/04 a 31/07.

Encaminhar educandos: Agosto a novembro. (obs: Referente a estes meses de encaminhamento de educandos para cursos de qualificação, alguns Núcleos já iniciaram em meses anteriores a data prevista, e outros ainda estão estudando juntamente com as instituições as datas que a instituição poderá liberar cursos e profissionais para atenderem estes educandos, esperamos que todos os cursos sejam finalizados na data prevista de 28/11.

13- ENCAMINHAMENTO DE 50% DOS EDUCANDOS DESTA 6ª ETAPA PARA AS TURMAS DE EJA.

Justificativa

Reduzir de forma satisfatória os índices de Analfabetismo em cada município.

Objetivos

- Educandos dando continuidade aos seus estudos nos cursos de EJA.
- Garantir a continuidade dos estudos de pelo menos 50% dos educandos participantes desta 5ª etapa

Meta

Inserir 50% dos educandos nas turmas de EJA.

Cronograma

Encaminhamento no final da etapa.



REFERÊNCIAS

ead.unifreire.org

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*/Paulo Freire 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Orientações para Construção do PEPP/2014.

Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania. Rio de Janeiro: Comitê Gestor do Projeto – Petrobras, Federação Única dos Petroleiros, (FUP); São Paulo: Instituto Paulo Freire (IPF), 2012.

Sistema Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sistema MOVA-Brasil.

Parceiro



Patrocínio



Apoio

Ministério da
Educação